




UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
PROFHISTÓRIA



JOSÉ AUGUSTO PIMENTEL DE FREITAS

**ALÉM DA REVOLTA DA CHIBATA: REFLEXÕES SOBRE CIDADANIA,
RESISTÊNCIA E EXCLUSÃO SOCIAL NA REPÚBLICA BRASILEIRA NO PÓS-
ABOLIÇÃO**

CAMPO GRANDE
2025

<p>JOSÉ AUGUSTO PIMENTEL DE FREITAS</p>	<p> UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> DE MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE NACIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA</p> <p>JOSÉ AUGUSTO PIMENTEL DE FREITAS</p>
<p>ALÉM DA REVOLTA DA CHIBATA: REFLEXÕES SOBRE CIDADANIA, RESISTÊNCIA E EXCLUSÃO SOCIAL NA REPÚBLICA BRASILEIRA NO PÓS-ABOLIÇÃO</p>	<p>ALÉM DA REVOLTA DA CHIBATA: REFLEXÕES SOBRE CIDADANIA, RESISTÊNCIA E EXCLUSÃO SOCIAL NA REPÚBLICA BRASILEIRA NO PÓS-ABOLIÇÃO</p> <p>CAMPO GRANDE 2025</p>

JOSÉ AUGUSTO PIMENTEL DE FREITAS

**ALÉM DA REVOLTA DA CHIBATA: REFLEXÕES SOBRE CIDADANIA,
RESISTÊNCIA E EXCLUSÃO SOCIAL NA REPÚBLICA BRASILEIRA NO PÓS-
ABOLIÇÃO**

Dissertação apresentada à banca de defesa do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Área de concentração: Ensino de História

Orientador(a): Prof. Dr. Rodrigo Bianchini
Cracco

CAMPO GRANDE

2025

F936a Freitas, José Augusto Pimentel de

Além da revolta da chibata: reflexões sobre cidadania, resistência e exclusão social na república brasileira no pós-abolição / José Augusto Pimentel de Freitas. – Campo Grande, MS: UEMS, 2025.

146 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Profhistória – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Bianchini Cracco

1. Ensino de História. 2. Revolta da Chibata (1910). 3. História do Brasil. 4. Racismo estrutural. 5. Branqueamento da população. I. Rodrigues, Marinete A. Zacharias II. Título

CDD 23. ed. - 981.06

ALÉM DA REVOLTA DA CHIBATA: REFLEXÕES SOBRE CIDADANIA, RESISTÊNCIA E EXCLUSÃO SOCIAL NA REPÚBLICA BRASILEIRA NO PÓS-ABOLIÇÃO. José Augusto Pimentel De Freitas. 2025. 146 p. Dissertação de Mestrado apresentada à Banca de Defesa, do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande - MS, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Ensino de História. Área de concentração: Ensino de História. Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Bianchini Cracco

Defendido em: ____/____/____

BANCA DE DEFESA

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Bianchini Cracco
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

Prof.^a Dr.^a Manuela Areias Costa
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

Prof.^a Dr.^a Priscila Miraz de Freitas Grecco
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Aos meus queridos filhos, que ainda trilharão
inúmeras jornadas repletas de possibilidades,
dedico este trabalho

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de toda sabedoria e guia constante em minha jornada, elevo meus mais sinceros agradecimentos. Foi por Sua divina providência que alcancei este momento, sendo agraciado com a honra de participar do Prof-História, um programa de pós-graduação de imensurável relevância para minha formação acadêmica e profissional. Sua luz me conduziu através dos desafios, iluminando o caminho da pesquisa e do conhecimento.

À minha amada esposa, Mônica, dedico este trabalho como um testemunho de gratidão. Seu incentivo constante e sua crença inabalável em meu potencial foram a força motriz que me impulsionou a trilhar o caminho do mestrado. Aos meus filhos, Fernando, Daniel e Letícia, cujas vidas transbordam de significado e são uma fonte inesgotável de inspiração, expresso meu profundo amor. Vocês são a razão de minha jornada e minha força para prosseguir.

Aos meus genitores, cuja memória permanece viva em meu coração, dedico estas palavras como um tributo à sua inestimável influência. Em meio às adversidades da vida, não se furtaram ao compromisso de guiar sete filhos pelos caminhos da existência, legando-nos um patrimônio valioso: o amor incondicional e o exemplo de conduta íntegra.

Com grande estima, expresso meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, Prof. Dr. Rodrigo Bianchini Cracco, cujo apoio, incentivo e estímulo foram fundamentais para a conclusão desta dissertação. Sua orientação perspicaz e dedicada não apenas aprimorou a qualidade deste trabalho, mas também me inspirou a buscar a excelência acadêmica. Agradeço profundamente por sua paciência, sabedoria e generosidade ao compartilhar seu conhecimento e experiência.

A cada docente do Programa de Mestrado Profissional em História da UEMS, pela paixão e dedicação ao ensino, que me estimularam a seguir em frente e a superar os desafios do mestrado.

Aos meus colegas de turma, pelas trocas enriquecedoras, pelo apoio mútuo e pelos momentos inesquecíveis que compartilhamos.

Expresso minha sincera gratidão ao Programa de Mestrado Profissional em História da UEMS e à FUNDECT pelo apoio financeiro, por meio da concessão de bolsa, que possibilitou a concretização deste trabalho.

Faço convite a todos os que se preocupam com a democracia para uma viagem pelos caminhos tortuosos que a cidadania tem seguido no Brasil.

- José Murilo de Carvalho

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto o ensino sobre a Revolta da Chibata, por meio de uma perspectiva crítica, na qual serão abordados subtemas como a Proclamação da República, as teorias raciais e a política de branqueamento da população brasileira. Pretende-se deste modo, contemplar os objetos de conhecimento propostos pela Base Nacional Comum Curricular (2017), documento normativo curricular oficial da educação, buscando subsídios teóricos, científicos, que fujam do convencional livro didático. Para tanto, foram elencados os seguintes objetivos específicos: compreender em qual contexto da Proclamação da República estavam inseridos os descendentes de ex-escravizados (por serem grande parte membros da Marinha); investigar as condições sociais, físicas e econômicas as quais estavam inseridos esses trabalhadores e os motivos que levaram a revolta; analisar o que a literatura educacional aborda sobre a temática e sobre os recursos que podem ser utilizados em sala de aula, para o ensino da temática e a construção do produto final, após o levantamento, análise das fontes e desenvolvimento da pesquisa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com abordagem documental e bibliográfica, na qual o percurso metodológico consiste no levantamento e na análise crítica de fontes primárias e secundárias. Dentre os documentos analisados, destacam-se as Constituições brasileiras e demais legislações pertinentes, além de projetos e ementas que permitam compreender o contexto histórico e jurídico da Revolta da Chibata. Dentre esse material, consta também uma gama significativa de documentos cedidos pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), entre eles o Manifesto dos Marinheiros Insurgentes (1910). O estudo também abarca literatura educacional para subsidiar a construção de estratégias pedagógicas voltadas ao ensino da temática. O produto foi pensado a partir da didática crítica de Paulo Freire, Libâneo e Zabala, na qual o estudante é agente ativo na construção do conhecimento, mediado pelo professor, com o uso de recursos didáticos diversos.

Palavras-chave: Revolta da Chibata. História do Brasil. Ensino de História. Teorias raciais. Pedagogia Crítica.

ABSTRACT

This research focuses on teaching the Revolta da Chibata (Revolt of the Lash) from a critical perspective, addressing subthemes such as the Proclamation of the Republic, racial theories, and the policy of whitening the Brazilian population. The aim is to cover the knowledge objects proposed by the Base Nacional Comum Curricular (2017), the official curricular document of education, seeking theoretical and scientific support that moves away from the conventional textbook approach. To this end, the following specific objectives were outlined: to understand the context in which the descendants of former enslaved individuals (who were largely members of the Navy) were inserted during the Proclamation of the Republic; to investigate the social, physical, and economic conditions these workers faced and the reasons that led to the revolt; to analyze what educational literature discusses regarding the theme and the resources that can be used in the classroom to teach the topic and construct the final product, after surveying, analyzing sources, and developing the research. This is a qualitative research with a documentary and bibliographical approach, in which the methodological process consists of surveying and critically analyzing primary and secondary sources. Among the documents analyzed, the Brazilian Constitutions and other relevant legislations stand out, as well as projects and syllabi that help understand the historical and legal context of the Revolta da Chibata. This material also includes a significant collection of documents provided by the Directorate of Historical Heritage and Navy Documentation (DPHDM), including the Manifesto dos Marinheiros Insurgentes (1910). The study also includes educational literature to support the development of pedagogical strategies for teaching the topic. The product was designed based on the critical pedagogy of Paulo Freire, Libâneo, and Zabala, in which the student is an active agent in the construction of knowledge, mediated by the teacher, using diverse didactic resources.

Keywords: Revolta da Chibata. Brazilian History. History Teaching. Racial Theories. Critical Pedagogy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Padrão de medidas cranianas	27
Figura 2. A redenção de Cam de Modesto Brocos, 1895	37
Figura 3. edição 9326, de 18 de abril de 2010, do jornal “O Paiz”.....	51
Figura 4. almirante Alexandrino, Marechal Hermes, comandante Batista das Neves, senador Pinheiro Machado, deputado Penido e outros membros da comitiva na proa do Minas Gerais.	52
Figura 5. Cópia do Memorial dos Marinheiros Nacionais Revoltados	66
Figura 6. Continuação da Cópia do Memorial dos Marinheiros Nacionais Revoltados	67
Figura 7. Charge do presidente Hermes da Fonseca no momento da assinatura da anistia, encorajado pela política e pela burguesia, e no segundo plano, o Zé povo consola a pátria decepcionada.	71

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL: TRANSIÇÃO E EXCLUSÃO	14
1.1 A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA: QUEM DEVE COMEMORAR?	18
1.1.1 Teorias Raciais	24
1.1.2 Teorias raciais no Brasil	29
1.2 POLÍTICA DE BRANQUEAMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA	35
2 MARINHEIROS, TRABALHADORES, CIDADÃOS: A REVOLTA DA CHIBATA E A QUESTÃO SOCIAL NO INÍCIO DA REPÚBLICA	42
2.1 ENTRE A CRISE NAVAL E A ESCASSEZ DE EFETIVOS: A MARINHA BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX	48
2.2 DO DESAMPARO À CASERNA: A MARINHA COMO ALTERNATIVA PARA OS MARGINALIZADOS	56
2.3 A REVOLTA QUE DEU VOZ AOS SILENCIADOS	58
2.4 A REVOLTA E SEUS DESDOBRAMENTOS	63
2.5 JOÃO CÂNDIDO, O LÍDER	73
3 SEQUÊNCIA DIDÁTICA: OUTROS OLHARES SOBRE A REVOLTA DA CHIBATA	80
3.1 SLIDES DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA: OUTROS OLHARES SOBRE A REVOLTA DA CHIBATA 83	
3.1.1 Proposta de Atividades	88
3.1.2 Texto de apoio	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	101
ANEXO A	107
ANEXO B	133

INTRODUÇÃO

A pesquisa *Além da Revolta da Chibata: Reflexões sobre Cidadania, Resistência e Exclusão Social na República Brasileira no Pós-Abolição*, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado Profissional em História (ProfHistória) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), busca analisar as complexas dinâmicas sociais, políticas e culturais que marcaram o Brasil no período pós-abolição, com foco especial na Revolta da Chibata (1910) e suas reverberações na construção da cidadania e na luta contra a exclusão social.

A Revolta da Chibata, liderada por João Cândido, conhecido como o "Almirante Negro", foi um dos mais significativos movimentos de resistência negra no início da República, evidenciando as contradições de um país que havia abolido a escravidão formal, mas mantinha estruturas profundamente excludentes e racistas. Este estudo propõe-se a refletir sobre como esse evento histórico pode ser compreendido como um marco na luta por direitos e na reivindicação de cidadania por parte da população negra, ao mesmo tempo em que explora as continuidades e rupturas no processo de exclusão social no Brasil.

A pesquisa sobre a Revolta da Chibata justifica-se pela urgência de desconstruir narrativas históricas que perpetuam o mito da democracia racial no Brasil, ao mesmo tempo em que busca resgatar e valorizar as lutas e resistências da população negra no período pós-abolição. A Revolta da Chibata, ocorrida em 1910 e liderada por João Cândido, o "Almirante Negro", foi um dos mais significativos movimentos de insurreição contra as práticas de violência e exclusão social que marcaram a Primeira República. Esse evento não apenas expôs as contradições de um país que havia abolido a escravidão, mas mantinha estruturas profundamente racistas e excludentes, como também evidenciou a luta por dignidade e cidadania por parte dos marinheiros, em sua maioria negros e pobres.

Trabalhar sobre a Revolta da Chibata é fundamental para desvelar como o mito da democracia racial, ainda presente no imaginário social brasileiro, oculta as desigualdades e violências sofridas pela população negra. Ao analisar esse evento, a pesquisa contribui para desconstruir a ideia de que o Brasil é uma nação harmoniosa em termos raciais, mostrando como o racismo estrutural e a exclusão social foram e continuam sendo elementos centrais na formação da sociedade brasileira. Além disso, ao resgatar a história de João Cândido e dos marinheiros revoltosos, o estudo valoriza a resistência negra como parte essencial da construção

da cidadania no país, oferecendo uma perspectiva crítica sobre o passado que dialoga diretamente com as lutas antirracistas do presente.

A relevância desta pesquisa é ainda mais evidente quando consideramos a legislação brasileira que trata do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, como a Lei nº 10.639/2003, alterada pela Lei nº 11.645/2008. Essas leis tornam obrigatório o ensino desses conteúdos em todas as etapas da educação básica, com o objetivo de combater o racismo e promover a valorização da história e da cultura dos povos originários e afro-brasileiros. A Revolta da Chibata, como um marco da resistência negra, insere-se diretamente nesse contexto, oferecendo um exemplo concreto de luta contra a opressão e a exclusão social. Ao abordar esse tema, a pesquisa não apenas cumpre com as diretrizes legais, mas também contribui para a formação de uma educação antirracista, que reconhece e valoriza a diversidade étnico-racial como parte fundamental da identidade nacional.

Portanto, esta pesquisa justifica-se não apenas pelo seu caráter historiográfico, mas também pelo seu potencial educativo e transformador. Ao trazer a Revolta da Chibata para o centro do debate, busca-se fomentar uma reflexão crítica sobre as desigualdades raciais e sociais, contribuindo para a formação de uma consciência histórica que reconheça e valorize a diversidade e as lutas por direitos no Brasil. A elaboração de uma sequência didática alinhada a essas diretrizes reforça o compromisso com uma educação que combate o racismo e promove a equidade, conectando o passado histórico às demandas sociais do presente.

A pesquisa está organizada em três capítulos interligados, que buscam oferecer uma análise abrangente e contextualizada do tema. O primeiro capítulo situa o leitor no período republicano brasileiro, destacando as teorias raciais que permeavam o pensamento social da época, como o darwinismo social e o mito da democracia racial. Utilizando como referência teórica Bolsanello (1986) e Munanga (2016), o capítulo explora como essas ideias “justificavam” a marginalização da população negra, mesmo após a abolição da escravidão, e como elas influenciaram as políticas públicas e as relações sociais no país.

O segundo capítulo dedica-se à análise da Revolta da Chibata, abordando não apenas o evento em si, mas também a legislação vigente, os movimentos de resistência que o antecederam e a figura central de João Cândido. Este capítulo busca compreender como a revolta foi um ato de insurgência contra a violência institucionalizada e a negação de direitos básicos aos marinheiros, em sua maioria negros e pobres.

Por fim, o terceiro capítulo propõe uma sequência didática para o ensino da Revolta da Chibata na educação básica, alinhada às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A proposta visa não apenas transmitir conhecimentos históricos, mas também

fomentar reflexões críticas sobre cidadania, resistência e exclusão social, temas que ainda carecem de reflexão na sociedade brasileira contemporânea.

Como produto final, a pesquisa oferece uma sequência didática completa, composta por um PowerPoint editável, disponibilizado na plataforma *Canva*, uma apostila complementar com textos e atividades, e um conjunto de questões dissertativas e objetivas. Esse material foi desenvolvido com o intuito de auxiliar professores e estudantes no ensino e na aprendizagem da Revolta da Chibata, proporcionando uma abordagem interativa e reflexiva que conecta o passado histórico às questões do presente. Ao unir análise acadêmica e aplicação didática, esta pesquisa busca contribuir tanto para o campo da historiografia quanto para a prática educativa, reforçando a importância de se discutir temas como cidadania, resistência e exclusão social no contexto da história do Brasil.

1 A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL: TRANSIÇÃO E EXCLUSÃO

Se a História do Brasil fosse um mosaico, ele não representaria uma bela paisagem repleta de imagens agradáveis aos olhos de quem o contemplasse. Um observador atento perceberia a diversidade no tamanho, na textura e na cor das pequenas peças que compõem a obra e notaria que algumas delas, tingidas de sangue, não se encaixavam perfeitamente. As peças do mosaico são os agentes de nossa história. As que estão mal encaixadas e manchadas de sangue rompem com o aspecto asséptico da obra e representam os indígenas e os africanos, estes últimos arrancados de suas terras e trazidos à força para esta região da América. Ambos foram violentamente submetidos ao trabalho escravo que sustentou a estrutura socioeconômica responsável por erguer o Estado brasileiro.

A trajetória dos indígenas e africanos no Brasil é uma parte vital e complexa do mosaico histórico do país, abrangendo tanto suas contribuições significativas quanto as injustiças que enfrentaram. Essa dualidade é essencial para compreender a formação da identidade brasileira e as dinâmicas sociais contemporâneas.

O epicentro desta dissertação é uma revolta ocorrida em 1910, na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República. Nessa insurreição, marinheiros, predominantemente negros e mestiços, tomaram o controle dos mais modernos e poderosos navios da Marinha de Guerra do Brasil. No segundo capítulo, exploraremos esse evento de maneira mais abrangente. Contudo, neste momento, é necessário voltar os olhos para terra firme e analisar os elementos que provocaram a revolta, buscando conectá-la ao conjunto de fatores de exclusão social enfrentados pelos ex-escravizados. Pretendemos examiná-la como parte de um movimento mais amplo em defesa da inclusão e da cidadania das populações em situação de vulnerabilidade social após a abolição. De acordo com Emília Viotti da Costa,

Nenhuma revolução é feita em nome de ideias que não tenham alguma receptividade e as razões que explicam por que certas ideias surgem ou vencem em determinado momento só podem ser entendidas quando se analisa a realidade vivida pelos homens que lutam a favor ou contra elas (Costa, 1999, p. 453).

Nenhum fato histórico se encerra no período em que ocorreu. Assim, é essencial que voltemos no tempo da história do país em busca de elementos que nos ajudem a entender as razões por trás de uma ação tão radical, protagonizada por homens considerados inexpressivos no cenário político nacional.

Desde que o primeiro colonizador português forçou o nativo a cultivar a primeira planta de cana-de-açúcar nesta terra chamada Brasil, por volta de 1545-1550, quando ocorreram as

primeiras chegadas sistemáticas de africanos escravizados ao país, enviados para os engenhos construídos em Pernambuco, Bahia e outras regiões, um cruel sistema de escravidão foi estabelecido e perdurou por quase quatrocentos anos (Schwarcz; Gomes, 2018).

A economia brasileira durante os períodos colonial e imperial foi fortemente baseada na agricultura, especialmente na produção de açúcar, cuja viabilidade dependia do trabalho escravo. Os indígenas foram os primeiros a serem escravizados, mas gradualmente foram substituídos por africanos, que se tornaram a principal força de trabalho nas plantações. Essa dependência do trabalho escravo estabeleceu as bases para uma economia agrária que perdurou por séculos. Sobre a importância do açúcar na economia colonial, Caio Prado Júnior enfatiza que “O Brasil é, pode-se afirmar parodiando Heródoto, ‘um dom do açúcar’. E, ainda no termo da história colonial, representa seu principal esteio econômico” (Prado Júnior, 2011, p. 150).

Embora posteriormente substituídos por africanos na lavoura da cana-de-açúcar, por motivações econômicas, os povos originários exerceram um papel relevante na construção da sociedade e da economia brasileira. Para o colonizador, os africanos escravizados não eram vistos como seres humanos, mas sim como propriedade móvel. Schwarcz e Gomes (2018, p. 171) destacam que “De fato, segundo o direito colonial português, o escravo era considerado um bem semovente, definido em termos jurídicos como uma coisa, privado de direitos, impedido de possuir propriedade e incapaz de manter qualquer obrigação”.

Essa condição do negro escravizado perdurou por todo o período colonial e imperial. Ora, se algo nem sequer é considerado humano, como lhe dispensar o tratamento dado aos humanos? Ainda mais quando esse status de escravizado era previsto na legislação lusitana e endossado pela Igreja Católica Apostólica Romana, religião oficial do Estado português, cujos teólogos forjavam uma explicação bíblica para a escravidão.

Conforme Oliveira (2017), a Igreja Católica desempenhou um papel central na legitimação da escravidão africana no Brasil. Através de bulas papais, como a *Dum Diversas* de 1452, o Papa autorizava os monarcas portugueses a conquistar e escravizar povos não cristãos, como os africanos. Essas concessões papais refletiam a concepção hierárquica entre cristãos e não cristãos, fundamentando a formação de uma sociedade desigual. Além disso, a Igreja justificava a escravidão com base em concepções de pecado e na suposta inferioridade ética e espiritual de alguns povos, como os africanos, considerados herdeiros do pecado de Cam e predestinados ao cativeiro como parte do funcionamento harmonioso da sociedade colonial.

Dessa forma, Estado e Igreja legitimavam a escravidão do africano; não havia um sentimento de culpa por parte dos escravizadores e traficantes, nada lhes perturbava a consciência, uma vez que consideravam estar agindo em conformidade com as leis

estabelecidas e a “sã” doutrina da Igreja. A escravidão, sendo justificada tanto pelo direito colonial português quanto pela Igreja Católica, perpetuava a visão de que o escravizado era uma propriedade desprovida de direitos.

Mesmo a promulgação da Lei de 7 de novembro de 1831, conhecida como Lei Feijó, elaborada sob pressão da Inglaterra para pôr fim ao tráfico negreiro — declarando livres todos os escravizados vindos de fora do Império e prevendo punição aos traficantes — não produziu efeitos concretos, evidenciando a forte resistência à mudança. Segundo Costa,

[...] a lei acabou se mostrando ineficaz. Os proprietários de terras e comerciantes de escravos estavam demasiadamente interessados na continuidade do tráfico. O governo regencial, no qual os setores agrícolas e os negociantes de escravos possuíam forte representação, nada fez para fazer vigorar a lei, não queria contrariá-los (Costa, 1999, p. 82).

O sistema escravagista utilizava um aparato de violência para manter o controle sobre os escravizados, o que também moldou a cultura de repressão e brutalidade que se perpetuou na sociedade brasileira. Essa violência não apenas sustentou a escravidão, mas também deixou marcas profundas nas relações sociais e na forma como o país lida com as desigualdades.

Desde o século XVI, indígenas e africanos escravizados já buscavam formas de se libertar dessa condição tenebrosa, sendo a fuga apenas uma entre as diversas estratégias de resistência por eles adotadas. No entanto, foi somente no final da década de 1860 que o movimento abolicionista começou a ganhar força, contando com o apoio crescente de diferentes setores da sociedade, incluindo intelectuais, políticos (tanto conservadores quanto liberais), militares e até mesmo uma parcela significativa dos proprietários de terras.

Finalmente, após um longo processo marcado por intensos embates na arena política e pela atuação de importantes segmentos políticos e sociais, a escravidão foi oficialmente abolida em 1888. A Lei Áurea, nome pelo qual ficou conhecida a lei que decretou o fim da escravidão, foi assinada em 13 de maio de 1888 pela princesa Isabel, que naquele momento exercia o governo interinamente. Esse ato representou o reconhecimento legal, por parte do Estado brasileiro, de que a escravidão havia se tornado obsoleta, economicamente insustentável e anacrônica. Embora a economia do país ainda se baseasse majoritariamente na agricultura, já surgiam iniciativas que apontavam para a consolidação do capitalismo industrial (Schwarcz; Gomes, 2018).

Além das transformações internas, o Brasil sofreu intensas pressões externas e internas para abolir a escravidão. No cenário internacional, destacam-se a proibição do tráfico negreiro

pelo *Bill Aberdeen*¹, em 1845, que impôs maior vigilância britânica sobre os navios brasileiros (Alencastro, 2000), a influência de correntes humanitárias e liberais europeias que condenavam a escravidão (Conrad, 1985) e o crescente isolamento diplomático do Brasil, que, ao lado de Cuba e Porto Rico, era um dos últimos territórios a manter a escravidão no Ocidente (Prado Júnior, 2011).

No contexto interno, a resistência ativa dos escravizados, incluindo fugas, formação de quilombos e revoltas, somava-se ao fortalecimento do movimento abolicionista, impulsionado por intelectuais, jornalistas, advogados e políticos, como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio (Schwarcz; Gomes, 2018). Além disso, setores da elite começaram a buscar novas formas de organização econômica baseadas no trabalho livre, ao passo que a Guerra do Paraguai (1864-1870) intensificou o debate sobre a libertação de escravizados que serviram no Exército. Esses fatores, combinados, culminaram no fim formal da escravidão no Brasil, ainda que as desigualdades e a marginalização da população negra tenham persistido nas décadas seguintes, evidenciando os desafios estruturais deixados por quase quatro séculos de escravidão (Schwarcz; Gomes, 2018).

A Lei de 13 de maio de 1888 referendou a luta dos próprios escravizados, que durante séculos nunca aceitaram a condição que lhes fora imposta; entretanto, as frias letras da lei jamais seriam suficientes para apagar a mentalidade, do elemento colonizador, que predominou durante todo o longo período que antecedeu a assinatura da lei, estendendo para a incipiente República, o sentimento reinante, na elite brasileira, de sua superioridade em relação à população pobre, notadamente a população negra. Ortiz (1985, p.30) aponta que “[...] se abolição significa o reconhecimento da falência de um determinado tipo de economia, ela não coincide ainda com a implantação real do trabalho livre, ou sequer apaga a tradição escravocrata da sociedade brasileira”.

As comportas que represaram as fétidas águas do cativeiro, não foram capazes de impedir que transbordassem um grande volume de problemas sociais que inundaram o mundo dos recém libertos. Desamparados pelo Estado, eles enfrentaram uma árdua batalha pela sobrevivência, tentando não sucumbir diante das dificuldades impostas pela nova conjuntura.

A abolição foi recebida com festas nas ruas e nas senzalas de todo o país. Mas, ao contrário do que pretendia Nabuco e os abolicionistas, os ex-escravos foram abandonados a sua própria sorte, sem receberem qualquer tipo de assistência. O próprio movimento abolicionista desmobilizou-se logo em seguida, e não mais se preocupou com o destino daqueles por quem tanto lutaram (Basile, 2000 p. 276).

¹ O Bill Aberdeen foi uma lei aprovada pelo Parlamento do Reino Unido em 1845 que autorizava a Marinha britânica a atacar navios negreiros. A lei foi promulgada em 8 de agosto de 1845 (Alencastro, 2000).

Assim, em 1888, as cortinas se fecharam para a escravidão e as luzes da ribalta se acenderam para iluminar o palco onde seria encenado um novo drama chamado pós-abolição. Nesta peça, cujo espaço cênico é o Brasil, o enredo é a difícil situação na qual os libertos foram lançados, um “labirinto sem o fio de Ariadne, um Minotauro”² chamado racismo ávido para devorá-los. Nesse torvelinho do início da República, facções da própria classe dominante disputavam aguerridamente a hegemonia política do país e os libertos, ou os “treze de maio”, como eram nominados, pejorativamente, na época, lutavam para alcançar um papel além de meros figurantes da história. A parábola com o teatro visa demonstrar os diversos atores políticos e sociais envolvidos e seus papéis desempenhados no eclético tecido social da jovem república brasileira. Era o momento de definições e redefinições de papéis.

Foi necessário fazer este recuo panorâmico na história a fim de começarmos a compreender por que os negros foram excluídos na República brasileira. A elite que os manteve escravizados no império é a mesma que vai assumir as rédeas do poder na nova ordem política. Apesar da mudança na forma de governo, permaneceram os corações e mentes.

1.1 A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA: QUEM DEVE COMEMORAR?

“A não ser que nos salvemos, dando-nos as mãos agora, eles nos submeterão à República. Para que as coisas permaneçam iguais, é preciso que tudo mude”. Essa frase, proferida por Barack Obama em 2009, em seu discurso de posse como 44º presidente dos Estados Unidos, foi extraída do romance histórico *O Leopardo*, do escritor italiano Giuseppe Tomasi di Lampedusa. O romance descreve a decadência da aristocracia siciliana durante a Unificação Italiana. Publicado em 1958, o livro chegou ao público muito tempo após a Proclamação da República no Brasil.

Sem conhecer a famosa frase de Lampedusa, o monarca do império brasileiro, Dom Pedro II, agiu de acordo com ela ao escolher, em junho de 1889, o Visconde de Ouro Preto, integrante do Partido Liberal, para a chefia do Ministério. A intenção era implementar uma reforma política com uma série de medidas liberais para arrefecer os ânimos dos republicanos, que já empreendiam uma virulenta campanha para derrubar a monarquia. Essas mudanças tinham como objetivo principal salvar a coroa, mas chegaram tarde demais. Assim como no

² Utilizei metaforicamente a mitologia do Minotauro por se tratar de um ser híbrido, homem/touro, que devorava seres humanos. Tal qual o monstro de Creta, o racismo também destrói o homem na sua face biológica e principalmente psicológica.

romance, onde a unificação da Itália estava em vias de consumação, no Brasil, a monarquia caiu.

Aristides Lobo, jornalista e político republicano, referindo-se aos acontecimentos que culminaram na Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, dos quais foi contemporâneo, escreveu que o povo assistiu “bestializado”(Lobo, 1989) aos eventos, achando que se tratava de uma parada militar. Esta célebre frase, amplamente citada em trabalhos que tratam da transição do Império para a República, suscita uma questão: qual teria sido a razão para Aristides Lobo assemelhar o povo às bestas? Uma possível interpretação é que o jornalista desejava expressar a ignorância da população da Corte em relação ao que estava acontecendo ao seu redor. Nesse sentido, somos levados a pensar que, fora do grupo envolvido naquele movimento, as demais pessoas estavam excluídas do processo que derrubou a monarquia, e isso explicaria sua alienação.

O “abalo sísmico” que fez ruir as estruturas das instituições monárquicas em 1889, pegando de surpresa o povo, que o ignorou, não só causou o fim do Império, transmutado em República, mas também resultou no alijamento do povo que o ignorara, embora a ignorância tenha sido extinta. A estratégia traçada pela coroa portuguesa quanto ao tipo de economia que seria desenvolvida em sua colônia americana baseou-se na grande lavoura de cana-de-açúcar, cultivada por braços escravos em grandes extensões de terras, com a produção destinada à exportação. Mesmo após a abolição, as estruturas socioeconômicas que sustentavam a escravidão continuaram a influenciar a economia brasileira. O agronegócio³, que ainda é um pilar na composição do Produto Interno Bruto (PIB), tem raízes nas práticas agrícolas estabelecidas durante o período colonial.

Ao comentar brevemente sobre o modelo econômico implantado aqui, nosso objetivo foi evidenciar a persistência das estruturas socioeconômicas que exercem um impacto direto na evolução das gerações que se sucedem no tempo e no espaço social da Nação brasileira. Se interpretarmos tais estruturas como sendo a circunferência de um círculo que contém diferentes conjuntos concêntricos, será possível compreender de forma mais clara a quantidade de eventos históricos que não devem ser analisados de forma isolada, mas sim dentro de um contexto social globalizante. Para ilustrar melhor essa questão, recorro à poesia de Gregório de Matos⁴,

³ O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro, calculado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), foi de R\$ 2,45 trilhões em 2024. Portanto, considerando esses resultados e o comportamento do PIB brasileiro no período, estima-se que a participação do setor economia fique próxima de 21,5% em 2024. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx#>. Acesso em 09 set 2024.

⁴ Gregório de Matos e Guerra, alcunhado de Boca do Inferno ou Boca de Brasa, foi um advogado e poeta do Brasil Colônia. É considerado um dos maiores poetas do barroco em Portugal e no Brasil e o mais importante poeta

O todo sem a parte não é todo,
A parte sem o todo não é parte,
Mas se a parte o faz todo, sendo parte,
Não se diga, que é parte, sendo todo (Amado, 1992, p.67)

A transferência do centro econômico das zonas canavieiras do Norte para as províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, teve início nos anos 1830, quando o café começou a se destacar nas exportações, superando gradualmente o açúcar. José Miguel Arias Neto (2022) destaca que, uma década depois o café se consolidou como o principal produto de exportação do Brasil.

É possível verificar que, a partir da década de 1840, o café lidera incontestável e crescentemente as exportações brasileiras. Destaca-se ainda a baixa tendência nas exportações do açúcar, embora o percentual desse artigo seja ainda significativo no conjunto da economia nacional (Arias Neto, 2022, p. 189).

Com a ascensão do café como principal produto comercial, veio também a predominância política para as novas áreas produtoras. Essas novas forças econômicas e políticas se mobilizaram em busca de defender seus interesses, e isso só poderia ser alcançado com a conquista do poder em seu mais alto nível, ou seja, com a remoção da monarquia e a implantação de um governo favorável a seus interesses, objetivo finalmente alcançado em 1889, como será analisado nas próximas páginas deste capítulo.

A República, proclamada em 15 de novembro de 1889 por meio de um golpe militar que depôs a monarquia, não foi um ato isolado dos militares; foi, antes, um esforço coordenado entre setores progressistas da oligarquia agrária, especialmente os cafeicultores do Oeste Paulista, apoiados por uma classe média urbana que buscava maior autonomia política. De acordo com Costa (1999), ao lado dos progressistas rurais, as classes médias urbanas desejavam participar ativamente da política e apoiavam a mudança de regime. As transformações ocorridas no Brasil durante a segunda metade do século XIX impulsionaram o crescimento da classe média, tornando sua participação política uma necessidade.

Essas classes estavam descontentes com os rumos da política imperial, pois esta não mais atendia aos seus anseios e, mais ainda, se apresentava como um obstáculo à conquista de seus interesses. Para a classe dominante do último quartel do século XIX, a monarquia, ao não se adequar às novas dinâmicas capitalistas, estorvava o desenvolvimento econômico da Nação.

A República resultou, assim, da aliança entre grupos ativos da classe média e representantes do setor mais dinâmico da classe senhorial. O Exército, identificado com os interesses da classe média, realizou a mudança do regime que deixara de atender às necessidades de parcelas importantes da sociedade (Costa, 1999 apud Sodré, 1944).

O ato final que removeu a monarquia foi capitaneado pelo Exército, expresso na figura do marechal Deodoro da Fonseca, com o apoio da poderosa oligarquia cafeeira do Oeste Paulista, sequiosa para assumir as rédeas do poder político, uma vez que já detinha o poder econômico. Essas forças operaram no sentido de oferecer o aporte político que tornou possível o êxito do empreendimento golpista.

A convergência das forças que se coligaram para derrubar a monarquia dissipou-se logo após a consecução do objetivo e as divergências vieram à tona, dando início a um período marcado por conflitos, à medida que cada grupo buscava assumir o protagonismo político do país. Margarida de Souza Neves (2018 p.30) referindo-se aos primeiros anos da República, elucida que “Antes que o novo regime político se consolidasse, a República viveu um período de instabilidade de não poucas tensões, de indefinição de rumos e de ausência de um desenho político nítido para uma nova ordem instaurada”.

As disputas intra-elite operavam sempre no sentido de assegurar privilégios para a classe dominante, independentemente das cores de suas bandeiras. Em 1889, o país entrava em uma nova era de sua história, com o poder trocando de mãos, e sendo encampado, na sua plenitude, pelas classes dominantes. Essas classes já exerciam grande influência nas decisões políticas e econômicas mesmo durante a monarquia. Deste modo, as estruturas sociais seriam mantidas quase inalteradas no que diz respeito aos privilégios das elites em detrimento das classes consideradas inferiores.

A República brasileira teve sua origem marcada pela exclusão; não que o regime anterior fosse inclusivo, todavia, sua chegada gerou expectativas positivas, em alguns setores, quanto às mudanças relacionadas à inserção à vida pública, de seguimentos sociais historicamente marginalizados. Assim, “[...] a República brasileira encontrou o seu fundamento na consolidação de uma lógica fortemente excludente e hierarquizada” (Neves, 2022, p. 33). José Murilo de Carvalho, ao comparar o advento da República com uma lei do Império de 1881, que instituiu a alfabetização como requisito para o voto, observou que,

A Proclamação da República, em 1889, não alterou o quadro. A República, de acordo com os seus propagandistas, sobretudo aqueles que se inspiravam nos ideais da Revolução Francesa deveria representar a instauração do governo do país pelo povo, por seus cidadãos, sem interferência dos privilégios monárquicos. No entanto, apesar das expectativas levantadas entre os que tinham sido excluídos pela lei de 1881 pouca coisa mudou com o novo regime (Carvalho, 2002. p. 47).

Nenhuma política foi elaborada com o intuito de estender direitos a todos os brasileiros; o que se observou foi a perpetuação de privilégios por uma pequena parcela da população, que governava em benefício próprio. Por isso, a Primeira República (1889-1930) ficou conhecida como a República Oligárquica.

A denominação de República oligárquica, frequentemente atribuída aos primeiros 40 anos da República, denuncia um sistema baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria do processo de participação política. Coronelismo e oligarquia e política dos governadores fazem parte do vocabulário político necessário ao entendimento do período republicano em análise (Resende, 2022, p. 81).

A ideia de pertencer a uma República pressupõe que o indivíduo usufrua de cidadania, com todas as implicações decorrentes dessa condição: direito ao trabalho remunerado e em condições dignas, participação, ainda que indireta, nas decisões políticas, direito à educação e saúde, entre outros; e o cumprimento das obrigações cívicas, submetendo-se à legislação prevista no ordenamento jurídico do Estado. Contudo, o que se observou nas primeiras décadas da República dos Estados Unidos do Brasil foi um arcabouço jurídico incapaz de abranger a totalidade da população, restringindo-se a amparar aqueles que, desde o Império, já gozavam de direitos exclusivos – a elite formada pelos proprietários rurais e a nascente burguesia industrial. Aos demais estratos da população, não havia uma política de Estado que os incluísse sob a proteção da lei, salvo exceções feitas às camadas médias urbanas.

O princípio da exclusão a que nos referimos está claramente expresso na primeira Constituição da República, promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Vejamos a redação do texto constitucional que estabelece os requisitos exigidos para o voto:

Art. 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.
§ 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:
[...]
2º) os analfabetos; (Brasil, 1891)

O parágrafo primeiro do Artigo 70 da Constituição excluía 80% da população brasileira da participação política. O aspecto mais surpreendente era a ausência de uma obrigação estatal de prover educação aos cidadãos, uma vez que o texto constitucional nem sequer mencionava esse tema. De fato, houve um retrocesso nesse ponto, em comparação com a Constituição de 1824, que garantia "Instrução primária e gratuita a todos os Cidadãos" (Brasil, 1824, artigo 179, inciso XXXII).

Os deputados constituintes, com raras exceções, como Silva Jardim e Lopes Trovão, desenvolveram um mecanismo para manter a maioria da população afastada da vida política do país. Isso reforça a ideia de uma intencionalidade em restringir os direitos políticos a uma elite social, criando, de certo modo, duas categorias de cidadãos dentro da própria Constituição da República.

Por trás desta concepção restritiva de participação, estava o postulado de uma distinção nítida entre sociedade civil e sociedade política. [...] a distinção, aliás incluída na própria Constituição brasileira, entre cidadãos ativos e cidadãos simples. Os primeiros possuem, além de direitos civis, os direitos políticos. Os últimos só possuem direitos civis de cidadania (Carvalho, 1989, p. 44).

Nessa realidade social, a situação se torna ainda mais crítica para uma parte da população, são os ex-escravizados e seus descendentes, que além de todas as dificuldades impostas aos despossuídos, ainda tinham que enfrentar o hediondo racismo que lhes colocava numa posição extremamente desfavorável no que se refere a mobilidade social.

Ao negar aos egressos da escravidão o acesso à cidadania plena, com direitos civis, políticos e sociais, o Estado brasileiro os empurrou para as margens da sociedade, relegando-os à condição de cidadãos de “segunda classe”. Conforme Lilian Schwarcz e Heloisa Starling (2015, p. 344) destacam “A igualdade e a cidadania eram ganhos das elites brancas e com acesso a voto, sendo que as pessoas que conheceram a escravidão deveriam se limitar a celebrar a liberdade de ir e vir”.

A implantação da República no Brasil é um assunto amplamente abordado pela historiografia brasileira. A historiadora Emília Viotti da Costa (1999), é um dos importantes nomes que se dedicaram ao estudo do tema. Em sua obra “Da Monarquia à República momentos decisivos” faz uma revisão minuciosa da transição do Império para a República, apresentando diversas visões de historiadores sobre o tema.

Costa (1999, p. 385) inicia o debate apresentando a versão dos contemporâneos acerca dos motivos que levaram à queda da monarquia, já esclarecendo que “Ao descrever o momento que estão vivendo, os homens traçam frequentemente uma imagem superficial e deformada dos fatos”. Conforme pontua a historiadora, a imparcialidade se torna um desafio maior quando envolvem mudanças políticas, econômicas e sociais, e processos revolucionários (Costa, 1999).

As narrativas históricas sobre a Proclamação da República, revestem-se de uma particularidade especial, a oposição entre aqueles que escrevem sob uma defesa de Monarquia, os monarquistas, e os defensores da República, os republicanos. Costa tece críticas a ambos, considerando que,

Tanto as crônicas dos republicanos quanto as dos monarquistas atribuíam grande importância à atuação dos personagens que se movimentavam na cena política e cujo desempenho era considerado fundamental para explicar os sucessos que culminaram na queda do regime monárquico (Costa, 1999, p. 450).

Na concepção de Costa (1999), a queda do Império deve-se mais ao amplo conjunto de mudanças ocorridas na economia e na sociedade, que resultaram no surgimento de novos atores sociais e em uma nova abordagem política, em oposição a ações isoladas de indivíduos ou de grupos.

1.1.1 Teorias Raciais

Vale mais a ignorância cega do que a ilusão da ciência
Van den Gheyn (1854–1913)

Os antecedentes históricos do país ajudam a compreender a situação de exclusão que afetava as classes populares durante a Primeira República, especialmente as pessoas negras, livres ou egressas da escravidão e seus descendentes. Nesse contexto, é importante analisar as bases teóricas que buscavam estruturar a sociedade de acordo com os critérios racistas predominantes na época.

No século XIX, as potências industriais europeias utilizaram sua superioridade bélica para subjugar países da Ásia e da África, com o objetivo de controlar seus recursos naturais, expandir seus mercados consumidores e obter mão de obra barata. Esse fenômeno ficou conhecido como imperialismo ou neocolonialismo. A colonização desses territórios foi marcada pela violência e segregação, resultando em impactos negativos para as populações locais. Para justificar perante o mundo essa atitude truculenta e desumana, era necessário criar uma ideologia que lhe conferisse uma aparência de filantropia. Era preciso afirmar que o que, à primeira vista, parecia ser uma exploração danosa era, na verdade, um esforço monumental para levar civilização e progresso aos povos considerados selvagens.

Nada seria mais adequado para alcançar esse objetivo do que as teorias que emergiam do campo científico, as quais categorizavam os povos não europeus como incivilizados, ou até mesmo bestiais. Foi assim que conceitos como darwinismo social, eugenia, poligenia e evolucionismo social, que determinavam a "superioridade" da raça branca sobre as demais, forneceram o suporte ideológico para o imperialismo. Teorias provenientes da biologia foram convenientemente adaptadas para o âmbito social, a fim de "legitimar" esse processo. A busca por lucro e poder se entrelaçava com as ideologias raciais e o determinismo.

No Brasil, um país marcado por séculos de escravidão, essas ideias encontraram boa receptividade entre as elites intelectuais. Alberto Luiz Schneider (2011), em seu artigo intitulado "*O Brasil de Sílvio Romero: Uma leitura da população brasileira no final do século XIX*", afirma que,

[...] os jovens intelectuais brasileiros do período leram avidamente esses autores europeus, cujas ideias chegaram ao Brasil justamente quando a escravidão se esgotara, o que paradoxalmente, serviu para dar status científico ao racismo e embaçar as aspirações de cidadania dos ex-escravos (Schneider, 2011, p. 65).

Kabengele Munanga (2016) questiona “Como começou então essa história de chamar raças, conjuntos de indivíduos que têm em comum a mesma cor da pele?” para em seguida explicar que

A palavra raça em língua portuguesa foi emprestada do italiano *razza*, por sua vez emprestada do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Em latim medieval, a palavra raça tornou-se sinônimo de descendência, linhagem. Foi neste sentido que a “raça” foi usada nos séculos XVI e XVII para distinguir as classes sociais ou castas. Foi o caso notadamente da França dessa época, onde as grandes castas existentes, isto é, os francos de descendência germânica, que constituíam a casta nobre e os gauleses, constituindo a casta ou a classe inferior se consideravam como raças diferentes, sem considerar a cor da pele, pois eram todos loiros (Munanga, 2016, p. 215).

Segundo a explicação de Munanga (2016), embora a classificação racial tenha sido utilizada para impor relações hierárquicas, o componente discriminatório com base no fenótipo ainda não estava presente, pois todos eram brancos. O autor destaca que "foi somente quando os navegadores europeus descobriram povos fisicamente diferentes deles, como os ameríndios, os africanos, os 'primitivos' da Oceania, entre outros" (Munanga, 2016, p. 213), que o preconceito racial surgiu, estabelecendo a ideia de que aqueles que não eram brancos eram considerados inferiores.

Quando o sueco Carl Linnaeus publicou sua obra monumental *Systema Naturae* em 1735, ele incluiu o homem na ordem dos primatas e estabeleceu variações dentro das famílias do gênero Homo. No entanto, essas variações, apesar de abordarem aspectos culturais, não faziam julgamentos sobre os estágios de desenvolvimento tecnológico dos diferentes grupos humanos. Seyferth (2016, apud Comas, 1966) destaca que "o primeiro a usar o termo 'raça' para indicar a diversidade morfológica da espécie Homo sapiens foi o naturalista francês Georges Louis Leclerc, conde de Buffon, considerado um precursor da teoria da evolução".

No final do século XIX e início do século XX, o conceito de raça passou por transformações significativas com a introdução de uma abordagem baseada em medições detalhadas do esqueleto e do corpo, conferindo um respaldo estatístico às tipologias raciais e

aumentando a importância dos dados fenotípicos. Para Seyferth (2016), um personagem fundamental nessa mudança foi o naturalista e político francês Georges Cuvier, considerado o pai da anatomia comparada, que sustentou a teoria da desigualdade racial, frequentemente associada à semelhança anatômica com os primatas.

Cuvier, adepto do monogenismo, acreditava na perspectiva criacionista judaico-cristã, segundo a qual o homem foi criado por Deus. De acordo com essa crença, Adão foi o primeiro homem, e toda a humanidade descendia dele. A diversidade observada entre os seres humanos teria surgido após o dilúvio, quando ocorreu uma dispersão pela Terra e as principais raças — Caucasiana, Etiópica e Mongólica — emergiram. Essas raças, por sua vez, apresentavam subdivisões em termos de suas características fenotípicas, linguísticas e ambientais. Atualmente, o termo "caucasiano" é o único amplamente utilizado para se referir à "raça branca".

[...] os três troncos principais formando uma hierarquia, em que a raça caucasiana (branca) figura no topo e a raça etiópica (negra) na base. Nesse sentido, as diferenças culturais passaram a ser explicadas pelas diferenças físicas, assumindo o paradigma da desigualdade racial determinada pelas leis biológicas (Seyferth, 2016, 25).

No século XIX, ainda havia cientistas adeptos do monogenismo, que advogavam a existência de raças, dispostas em uma escala hierárquica, com base em estudos de crânio e face. O naturalista suíço Jean Louis Rodolphe Agassiz, que esteve no Brasil a convite de von Martius⁵, um dos mais proeminentes defensores do poligenismo⁶ aprofundou as crenças na desigualdade entre as “raças”. Agassiz, renomado professor da Universidade de Harvard (Estados Unidos), defendia que diferentes espécies humanas foram criadas e que cada uma possuía características congênitas, e reprovava veementemente a miscigenação a qual classificava como repulsiva e contrária às leis da natureza.

A hipótese poligenista, e, de certa forma também o monogenismo [...], no meio do século XIX ainda serviram como justificativa “científica” para a escravidão. O negro classificado como espécie diferente (ou mesmo como raça inferior) era um argumento para muitos, irrefutável, a favor do escravismo (Seyferth, 2016, 25).

⁵ Carl Friedrich Philippe von Martius (1794 – 1868), médico, antropólogo e botânico, estivera no Brasil em 1817 com Johan Baptist von Spix em expedição científica que acompanhava a grã-duquesa austríaca Leopoldina que vinha consumir seu casamento com o príncipe D. Pedro, filho do Rei de Portugal. Fonte: SOUSA, R. A. S. de. Agassiz e Gobineau – as Ciências contra o Brasil Mestiço. Dissertação (Mestrado em História) – Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2008, p. 25.

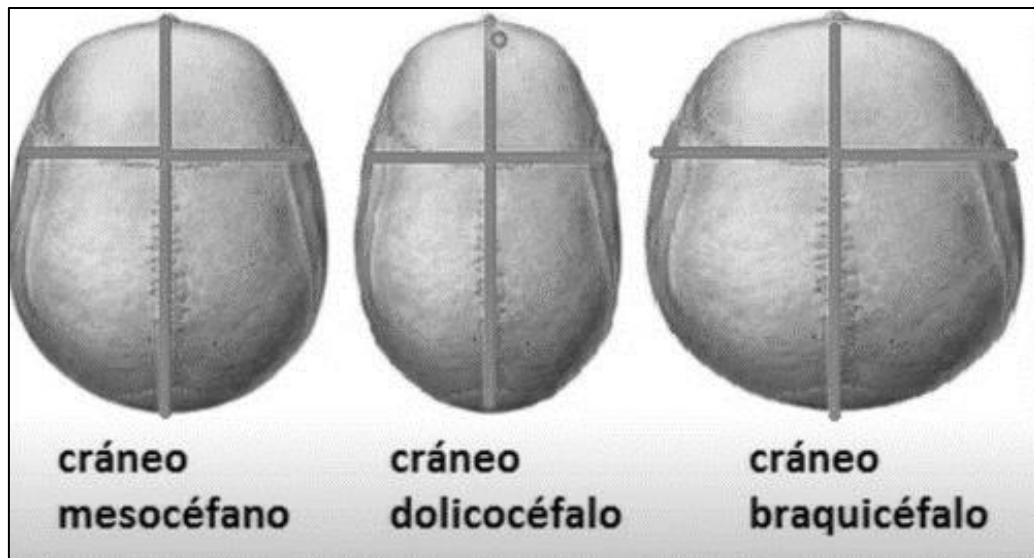
⁶ Qualquer teoria ou crença segundo a qual uma entidade, um ser ou um conjunto de seres têm origens diversas e resultam de processos de formação e desenvolvimento absolutamente autônomos. Fonte: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=monogenismo>. Acesso em 15 de julho de 2024.

Teorizadores racistas como Cuvier, Agassiz e Lapouge pertenciam à elite intelectual europeia e gozavam de grande prestígio acadêmico, com uma prolífica produção científica em diversas áreas do conhecimento. Seus estudos no campo da anatomia baseavam-se na medição das características dos esqueletos humanos, especialmente o crânio, para sustentar a tese da superioridade do homem branco sobre aqueles cujas pigmentações de pele variavam para outras tonalidades.

Utilizando as dimensões cranianas, esses cientistas criaram terminologias específicas para distinguir as chamadas "raças". Estabeleceram padrões como mesocéfalo, dolicocefalo e braquicefalo. O crânio com proporção anteroposterior maior, ou seja, mais alongado do que largo, era considerado dolicocefalo e associado a um maior coeficiente de inteligência. Esses crânios eram atribuídos aos europeus.

Como resultado, “[...] os indivíduos da raça branca, por definição, portadores da pele mais clara, dolicocefalos, etc., foram considerados, em função dessas características, como os mais inteligentes, mais inventivos, mais honestos, mais bonitos, etc.” (Munanga, 2016, p. 217). Embora diversos outros parâmetros tenham sido utilizados para classificar os seres humanos, a cor da pele era a principal referência adotada para essas tipificações.

Figura 1. Padrão de medidas cranianas



Fonte: Disponível em: <https://quizlet.com/br/527506593/semiologia-cabeca-ii-flash-cards/>. Acesso em 15 de julho de 2024

No filme *Django Livre* (2022), o universo racista permeia todo o roteiro. A história se passa no século XIX, no Sul dos Estados Unidos, em 1858, dois anos antes da Guerra Civil, e retrata o perverso sistema escravista vigente na região. Em uma cena, o personagem Calvin

Candie, um fazendeiro sulista interpretado por Leonardo DiCaprio, utiliza um crânio para expor suas reflexões sobre as diferenças entre brancos e negros, associando os negros à condição de servidão e, assim, legitimando a prática da escravidão, com base na frenologia.

É bem provável que a intenção do roteirista tenha sido mostrar como as teorias racistas estavam profundamente enraizadas no senso comum, sendo empregadas por pessoas fora do circuito acadêmico, como o fazendeiro Calvin Candie, para fundamentar suas práticas discriminatórias. “Gradativamente, essa doutrina chamada ciência começou a sair dos livros e circuitos intelectuais para se difundir no tecido social e no conjunto das populações ocidentais dominantes” (Munanga, 2016, p. 218).

De acordo com o neurofisiologista Renato Sabbatini (2011) a frenologia teve origem no século XIX com Franz Joseph Gall (1758-1828), médico alemão, e foi amplamente difundida por seu discípulo Johann Spurzheim (1776-1832), também médico germânico. A teoria de Gall partia do pressuposto comum da época de que a capacidade intelectual estava diretamente ligada ao tamanho do cérebro. O uso dos mapas frenológicos por Gall e, principalmente, por Spurzheim, consistia em diagnosticar características psicológicas e mentais por meio da palpação e identificação de saliências no crânio, em um método simples, mas subjetivo. Contudo, a partir do final do século XIX, a falta de validade científica da frenologia tornou-se evidente, levando ao seu abandono pela comunidade científica. Infelizmente, mesmo assim, a pseudociência da frenologia deu origem a uma série de outros campos igualmente questionáveis.

O Conde Joseph Arthur de Gobineau, que esteve no Brasil entre 1869 e o início de 1870 a serviço da diplomacia francesa, ocasião em que se tornou amigo do imperador Dom Pedro II, direcionou parte de sua produção intelectual para criticar a miscigenação entre os grupos raciais, considerando-a uma prática reprovável e a ser evitada. No campo das teorias racistas, Gobineau se destacou como um dos principais defensores do que ficou conhecido como racismo científico. Sua obra mais famosa, *Essai sur l'inégalité des races humaines*, publicada em 1853, defende a ideia de desigualdade entre as “raças” (Gobineau, 1853), consolidando-a como um princípio fundamental do racismo contemporâneo, sustentado pela crença na existência de uma hierarquia racial. Essas convicções foram posteriormente adotadas por alguns intelectuais brasileiros racistas no final do século XIX e início do século XX.

O Brasil, com sua diversidade racial, serviu como um laboratório para Gobineau. Ao observar de perto a convivência de três povos distintos no país, ele reafirmou suas ideias sobre a superioridade da “raça” branca e a considerou a mestiçagem como algo desprezível.

A questão da mestiçagem é central na argumentação de Gobineau e ele começa o ensaio afirmando que a desigualdade das raças é suficiente para explicar o destino das civilizações. Construiu uma filosofia da história baseada na “luta de raças” e atribuiu o declínio das civilizações à degenerescência produzida pelo excesso de mestiçagem. [...] O declínio torna-se inevitável quando sangue Ariano é diluído pelo cruzamento (Seyferth, 2016, p. 28).

De acordo com Bolsanello (1996, p.157-158), Gobineau em correspondência com seus amigos expressou suas impressões sobre o Brasil “um deserto povoado por malandros, uma multidão de macacos e um mundo estagnado na própria imbecilidade”. Entre outros insultos, Gobineau teria afirmado que “os casamentos inter-raciais produziam uma degenerescência do mais triste aspecto dos quais dos quais resultavam criaturas particularmente repugnantes” (Bolsanello, 1996. 158).

Para estes teóricos, tal como a mula era híbrida e estéril, posto que resultante de um cruzamento entre animais de espécies diferentes (jumento e égua), os mestiços humanos também sofreriam um processo de degeneração, perdendo sua capacidade de reprodução e estando fadados ao desaparecimento. Daí a palavra “mulato”, “que vem de mulo, aquele que é incapaz de reproduzir-se enquanto tal (DaMatta, 1991, p. 39).

É evidente que as conclusões alcançadas pelos defensores das teorias racistas refletiam um viés ideológico muito forte, permeado por convicções pré-estabelecidas e eivadas de conclusões parciais, deturpadas ou manipuladas, tudo isso com o objetivo de validar suas crenças pessoais. Essas ideias encontravam respaldo em uma sociedade preconceituosa e xenófoba que as absorvia diariamente, causando grande dano àqueles que estavam fora do grupo considerado "superior".

1.1.2 Teorias raciais no Brasil

Com a mudança do regime político no Brasil em 1889, a classe política e intelectual passou a se preocupar com a construção da identidade nacional e com a imagem que o país teria perante as nações mais “civilizadas” do continente europeu, considerado, sob a perspectiva eurocêntrica, o centro civilizado e civilizador do mundo. Era imperativo, pois, elaborar um projeto que integrasse a República brasileira, recém-proclamada, aos padrões daquele continente.

Em nossa análise, adotamos como base a obra *Cultura Brasileira e Identidade Nacional* do sociólogo Renato Ortiz (1985). Ortiz toma como objeto de estudo alguns autores nacionais como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha. “Esta escolha não é arbitrária; ela

privilegia justamente os teóricos que são considerados e com razão os precursores das ciências sociais no Brasil” (Ortiz, 1985, p. 13-14).

Sílvio Romero (1888) é reconhecido por suas análises sobre o folclore e a cultura brasileira, onde divide a população em diferentes grupos com base em suas características geográficas e sociais. Romero enfatizou a importância do “meio e da raça” na formação da identidade nacional, contribuindo para uma melhor compreensão da diversidade cultural do Brasil.

Considerado um dos primeiros antropólogos brasileiros, Nina Rodrigues (1899) focou na análise das culturas afro-brasileiras e na relação entre raça e criminalidade. Seus estudos abordaram a influência das características raciais e do meio ambiente na formação da sociedade brasileira, além de explorar o sincretismo religioso entre as culturas africanas e brasileiras.

Euclides da Cunha (1902), autor de *Os Sertões*, analisou a realidade social e cultural do Brasil, especialmente a relação entre o homem e o meio ambiente. Ele introduziu uma perspectiva determinista, argumentando que fatores geográficos e raciais moldavam o comportamento e as características da população brasileira. Cunha, em sua obra *Os Sertões*, também explorou a relação entre "meio" e "raça". Ele analisou a realidade do sertão nordestino, enfatizando como o ambiente árido e hostil moldava o caráter e a cultura dos habitantes daquela região. Ortiz (1985) destaca que, para Cunha, o "meio" não era apenas um fator geográfico, mas um elemento determinante que influenciava a psicologia e o comportamento das pessoas. Sua obra é fundamental para entender a formação da identidade nacional e as tensões sociais no Brasil.

As teorias raciais europeias impunham uma visão social de hierarquia e superioridade; os intelectuais brasileiros buscaram se adaptar a essas concepções, visando construir uma identidade nacional que pudesse ser aceita e respeitada no cenário internacional. Essa luta pela definição da identidade nacional brasileira foi marcada por tensões entre a diversidade interna e a necessidade de alinhamento com os padrões europeus de civilização.

A recepção de tais teorias pela intelectualidade brasileira foi marcada por uma contradição. Essas teorias argumentavam que a diversidade racial — que incluía negros, brancos, indígenas e mestiços — tornava difícil a formação de uma identidade nacional coesa e que isso poderia levar à instabilidade social. A presença significativa de mestiços era vista como um obstáculo ao progresso social e político do Brasil.

Os homens da ciência se viram diante de um impasse ao tentar aplicar o modelo social europeu à realidade local. Ortiz (1985, p. 15) questiona: “A importação de uma teoria dessa natureza não deixa de colocar problemas para os intelectuais brasileiros. Como pensar a

realidade de uma nação emergente no interior desse quadro?” A dificuldade em conciliar os modelos teóricos europeus com a complexidade social e racial do Brasil gerou uma tensão que permeava o pensamento intelectual da época. Nesse contexto, Schwarcz (1993, p. 42) observa que “A introdução desse novo ideário científico expunha, também, as fragilidades e especificidades de um país já tão miscigenado.” Ou seja, a tentativa de encaixar o Brasil nos padrões teóricos europeus revelava não apenas um desafio acadêmico, mas também uma contradição intrínseca à própria diversidade racial e cultural do país, o que exigia dos intelectuais brasileiros uma redefinição das bases sobre as quais construir uma identidade nacional coesa.

A especificidade nacional, isto é, o hiato entre teoria e sociedade só pode ser compreendido quando combinado a outros conceitos que permitem considerar o porquê do atraso do país. Se o evolucionismo torna possível a compreensão mais geral das sociedades humanas é necessário, porém completá-lo com outros argumentos que possibilitem o entendimento da especificidade social (Ortiz, 1985, p. 15).

A preocupação com a imagem do Brasil também estava ligada aos desafios da modernização e ao desejo de se distanciar da percepção de um país atrasado. Os pensadores brasileiros buscavam entender e explicar as particularidades da sociedade brasileira, como a mestiçagem, de forma a apresentar uma narrativa que fosse aceitável e respeitável para os europeus, ao mesmo tempo em que tentavam construir uma identidade nacional que fosse autêntica e representativa.

O desafio estava posto: como incorporar, no contexto brasileiro, teorias que consideravam o país inferior em termos civilizacionais? Como compatibilizar a sociedade brasileira formada por negros, brancos, indígenas e mestiços quando as teorias dominantes associavam o progresso social e político ao modelo europeu, marcado por uma estrutura social hierárquica e homogênea? “O processo de recepção das ciências engendra um complexo de relações, que constituem um aspecto não negligenciável do desenvolvimento da produção científica” (Domingues; Sá, 2003, p. 97). Nesse sentido, Torres (2008) elucida que,

As teorias deterministas classificavam e hierarquizavam as sociedades segundo critérios tecnológicos, climáticos ou raciais, e o hibridismo era condenado como um erro cujas consequências se manifestariam não só nos membros da população considerados individualmente, mas em toda a coletividade: a mestiçagem causaria degeneração física, moral, intelectual e... civilizacional? (Torres, 2008, p. 9).

Os teóricos racistas europeus, que analisaram a sociedade brasileira no século XIX, frequentemente viam o Brasil como um país inviável devido à sua pluralidade racial e à predominância de mestiços. Para o Conde Gobineau “Trata-se de uma população totalmente

mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia” (Schwarcz, 1993, p. 11). A autora destaca que Agassiz, outro famoso teórico racista, fervoroso defensor da supremacia ariana, veio ao Brasil em 1865 e ao retornar para os Estados Unidos, descreveu a sua perspectiva do era o Brasil:

[...] que qualquer um que duvide dos males da mistura de raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental (Schwarcz, 1993, p. 11).

Na visão pessimista destes pensadores, a mistura de raças era vista como algo repulsivo, representando uma degeneração. Acreditava-se que o Brasil não poderia alcançar o status de civilização enquanto tivesse mestiços como parte de sua população. Era uma questão a ser enfrentada e resolvida, pelos estudiosos racistas brasileiros, para que o país pudesse desfrutar de uma boa “reputação” internacional.

No final do século XIX, o Brasil era conhecido nacionalmente e internacionalmente como um caso único de extrema miscigenação racial, o que era altamente criticado pelos naturalistas. O Brasil era conceituado como uma nação de raças miscigenadas, mas em transição, já que havia uma certa *esperança* de que um dia ele fosse mais branco, por meio do cruzamento e seleção natural. O país era motivo de atrativa curiosidade e palco de estudos, cientistas que por aqui passavam procurando novas espécies de fauna e flora, se deparavam com um “espetáculo dos homens e da mistura de raças” (Schwarcz, 1993, p. 15-18).

Tal visão estava enraizada em uma série de preconceitos e teorias raciais, vigentes na época, que consideravam a mistura de raças como um fator de degeneração e inferioridade. Renato Ortiz (1985) revela a forma encontrada por doutos brasileiros para se desvencilharem de tal embaraço teórico.

O pensamento brasileiro da época vai encontrar tais argumentos em duas noções particulares: **o meio e a raça**. [...] A interpretação de toda a história brasileira escrita no período adquire sentido quando é relacionada a esses dois conceitos chaves (Ortiz, 1985, p. 15-16, grifo nosso).

O que é atualmente visto como uma valiosa contribuição que enriqueceu a cultura nacional, naquela época representava um dilema a ser resolvido. Para superar esse obstáculo, era necessário introduzir novos elementos no debate. Para pensar na construção da identidade nacional, era preciso inserir no debate os conceitos de "meio" e "raça", como elementos centrais na análise da sociedade brasileira. O "meio" refere-se ao ambiente geográfico e social que molda as características e comportamentos dos indivíduos, enquanto a "raça" diz respeito às

características étnicas e raciais que influenciam a identidade nacional. Segundo Ortiz (1985), os autores argumentam que a combinação desses dois fatores é essencial para entender a formação da sociedade brasileira e suas particularidades. O autor elucida que “Quando se afirma que o Brasil não pode mais ser uma ‘cópia’ da metrópole, está subentendido que a particularidade nacional se revela através do meio e da raça” (Ortiz, 1985, p. 15-16).

Os homens letrados do Brasil contextualizam esses conceitos dentro do quadro das teorias europeias, como o evolucionismo e o determinismo racial, que buscavam explicar a evolução das sociedades humanas. Eles ressaltam que, embora essas teorias tenham sido formuladas na Europa, sua aplicação no Brasil requer uma adaptação, uma vez que a realidade brasileira apresentava características únicas que não podiam ser simplesmente comparadas às sociedades europeias. Assim, “O evolucionismo fornece à intelligentsia brasileira os conceitos para compreensão desta problemática; porém, na medida em que a realidade nacional se diferencia da europeia, tem-se que ela adquire no Brasil novos contornos e peculiaridades” (Ortiz, 1985, p. 15).

Herbert Spencer (1851), um dos principais defensores do evolucionismo social, argumentou que as sociedades evoluem de formas simples para formas mais complexas, seguindo um processo semelhante ao da evolução biológica. Spencer introduziu o conceito de "sobrevivência do mais apto" na sociedade, sugerindo que as instituições sociais e políticas que se adaptam melhor ao ambiente são as que sobrevivem e prosperam. Spencer (1851) influenciou a forma como os intelectuais brasileiros interpretavam a história e a realidade social do país. Essa perspectiva levou à ideia de que o Brasil, como uma nação em desenvolvimento, deveria seguir um caminho de evolução semelhante ao das sociedades europeias. A busca por modernização e progresso estava ligada à necessidade de se adaptar às exigências do mundo contemporâneo, e isso incluía a construção de uma identidade nacional que fosse compatível com os padrões europeus.

Os intelectuais brasileiros, ao se depararem com a realidade social e racial do Brasil, perceberam que os conceitos de "meio" e "raça" precisavam ser reinterpretados. O "meio" foi entendido não apenas como um fator geográfico, mas também como um elemento que moldava a cultura e o comportamento social. A "raça", por sua vez, foi vista como um fator que influenciava a identidade nacional, fundamental para entender a cultura e as características sociais do país.

Os autores também abordam a crítica ao determinismo racial, que muitas vezes associava características negativas a grupos raciais específicos. Eles argumentam que essa visão simplista não levava em conta a complexidade da sociedade brasileira e a influência do "meio"

na formação do caráter nacional. A análise do "meio" e da "raça" é apresentada como uma forma de entender as nuances da sociedade brasileira, sem cair em estereótipos.

Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, embora tenham contribuído significativamente para o entendimento da sociedade brasileira no final do século XIX e início do século XX, apresentaram tanto pontos de concordância quanto de discordância em suas análises sobre raça, cultura e identidade nacional.

Os três reconhecem a relevância da raça e do meio ambiente na formação da sociedade brasileira. Eles concordam que esses fatores influenciam o comportamento, a cultura e a identidade dos indivíduos e grupos sociais. Para eles, a interação entre raça e meio ambiente é fundamental para entender a realidade brasileira. “Os parâmetros raça e meio fundamentam o solo epistemológico dos intelectuais brasileiros de fins do século XIX e início do século XX” (Ortiz, 1985, p. 15). Os três autores compartilham uma visão evolucionista, embora em graus variados. Eles acreditam que a sociedade brasileira está em um processo de evolução, onde as características culturais e sociais estão em constante transformação. Essa perspectiva é influenciada por teorias europeias de evolução histórica, que eles tentam aplicar ao contexto brasileiro por meio da inserção de novos elementos.

O evolucionismo se combina, assim a dois conceitos chaves que na verdade tem ressonância limitada para os teóricos europeus. No entanto, são fatores importantes para os intelectuais brasileiros, na medida em que exprimem o que há de específico em nossa sociedade (Ortiz, 1985, p. 16).

Sílvio Romero e Euclides da Cunha compartilham a visão de que a mestiçagem desempenha um papel positivo e fundamental na formação da identidade brasileira. Romero, por exemplo, destaca a riqueza cultural resultante da mistura de raças, enquanto Cunha vê o mestiço como um símbolo da força e da identidade nacional. Ambos reconhecem a diversidade como um elemento essencial para compreender a cultura brasileira.

Por outro lado, Nina Rodrigues apresenta uma visão mais negativa da mestiçagem, associando-a a uma suposta degeneração racial. Para Rodrigues, a mistura de raças poderia resultar em inferioridade cultural e social, refletindo uma visão racista que coloca a raça branca como superior. Em sua análise, ele enfatiza a relação determinista entre raça e comportamento social, sugerindo que as características psíquicas e comportamentais dos indivíduos são moldadas diretamente por sua raça e ambiente, uma perspectiva mais rígida em comparação com as abordagens de Romero e Cunha, que consideram uma gama mais ampla de influências culturais e sociais.

Cunha, em particular, oferece uma análise mais complexa e humanista, reconhecendo a diversidade de experiências e a capacidade de adaptação dos indivíduos, independentemente de sua raça. Ele valoriza a contribuição das culturas afro-brasileiras para a formação da identidade nacional, assim como Romero e Cunha, que enfatizam a importância dessas tradições dentro do contexto da cultura brasileira.

As análises de Romero, Rodrigues e Cunha revelam tanto convergências quanto divergências significativas. Enquanto todos reconhecem a influência da raça e do meio ambiente, suas perspectivas sobre a mestiçagem, o comportamento social e as culturas afro-brasileiras diferem amplamente. Essas diferenças refletem as complexidades das discussões sobre identidade nacional e raça no Brasil, oferecendo uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais da época.

Por fim, os autores enfatizam que a articulação entre "meio" e "raça" é fundamental para a construção de uma identidade nacional que reconheça a diversidade do Brasil. Eles argumentam que, ao entender a influência do ambiente, é possível promover uma visão mais inclusiva e positiva da identidade brasileira, que valorizasse a pluralidade cultural e étnica do país. Dessa forma, "meio" e "raça" são conceitos interligados que os autores utilizam para explorar a formação da sociedade brasileira. Eles reconhecem a influência do ambiente e da diversidade étnica na construção da identidade nacional, mas suas análises também refletem as limitações e preconceitos de suas épocas.

1.2 POLÍTICA DE BRANQUEAMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

No final do século XIX e no início do século XX, as teorias raciais estavam fortemente conectadas a um projeto de branqueamento da população. Essa iniciativa emergiu como uma resposta das elites nacionais à preocupação com a "Nação brasileira" após a Proclamação da República em 1889. As classes dominantes buscavam uma nova forma de harmonizar a sociedade em consonância com o modelo europeu, e o branqueamento era encarado como uma estratégia para "aperfeiçoar" a composição racial do país, promovendo a imigração de europeus brancos e incentivando a miscigenação com as populações negra e indígena. De acordo com Abdias do Nascimento,

Teorias científicas forneceram o suporte vital ao racismo arianista que se propunha radicar o negro. Nas palavras do escritor Silvio Romero (1851-1914): A minha tese, pois, é que a vitória na luta pela vida, entre nós, pertencerá, no porvir, ao branco. Desde o final do século XIX, o objetivo estabelecido pela política imigratória foi o

desaparecimento do negro através da salvação do sangue europeu, e este permaneceu como ponto central da política nacional durante o século XX (Nascimento, 2016, p. 71).

A tese do branqueamento da população, isto é, tornar a sociedade brasileira majoritariamente branca, eliminando os negros e mestiços, foi tema de profundos debates entre os pensadores sociais brasileiros, desde o século XIX adentrando o século XX. No entanto, a recepção a essa ideia não foi unânime. Pensadores como Nina Rodrigues, que tomava por base as teorias de George Vacher Lapouge, criticavam a “‘tese do branqueamento’ defendida, entre outros pensadores sociais, como o seu contemporâneo Sílvio Romero, afirmando sua crença na desigualdade das raças e na impropriedade da miscigenação” (Seyferth, 2016, p. 39). Como seu mentor, Lapouge, Nina Rodrigues rejeitava com veemência a miscigenação por considerar os mestiços como seres abjetos que degenerariam as raças.

Os estudos dos “Homens da ciencia” do Brasil apontavam na direção de uma depuração da raça no sentido de torná-la branca no longo prazo, ou seja, um processo de branqueamento, que, por meio de sucessivos cruzamentos entre indivíduos não brancos com brancos, durante várias gerações, se atingiria a pureza da raça e o país finalmente teria uma população branca, e aí teríamos conquistado os requisitos para pertencer ao “seleto” grupo de nações tidas por civilizadas. Segundo Abdias do Nascimento “O conluio dos intelectuais e dos acadêmicos 'cientistas' na formulação dessa política foi decisivo para a sua aceitação” (Nascimento, 2016, p. 72).

Domingues (2019) considera o padre Antônio Vieira (1608-1697) um dos primeiros intelectuais, se não o precursor, a defender o ideal do branqueamento para o Brasil. O autor pontua que o padre “[...] escreveu na época do Brasil Colônia, quando a cor preta era associada à maldade, ao pecado e a algo diabólico” (Domingues, 2019, p. 31). Domingues (2019) prossegue citando a obra “Ensaio sobre os melhoramentos de Portugal e do Brasil”, publicada em 1821, pelo médico e filósofo Francisco Soares Franco (1772-1844), na qual apresentava uma,

[...] série de propostas para o Brasil superar suas dificuldades internas e encontrar o caminho do desenvolvimento social e econômico. No terreno racial, o projeto era transformar o branqueamento em política de Estado, através da seguinte medida governamental: [...] mandar que todos os mestiços não possam casar senão com indivíduos da casta branca, ou índia, e se proibir sem exceção alguma todo o casamento entre mestiços e a casta africana; no espaço de duas gerações consecutivas toda a geração mestiça estará, para me explicar assim, baldeada na raça branca. (Domingues, 2019, p. 31).

Por meio de uma obra de arte denominada *A redenção de Cam*, atualmente exposta no Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro, o artista plástico Modesto Brocos, ilustrou a meta a

ser alcançada pela política de branqueamento. A pintura evidencia o processo de branqueamento ao longo das gerações. A obra mostra uma senhora negra, idosa, uma moça mestiça que tem no colo uma criança branca e um homem branco.

Figura 2. A redenção de Cam de Modesto Brocos, 1895



Fonte: Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/A_Redenção_de_Cam. Acesso em 18 jul 2024

O crítico de arte John Berger (2022) em sua obra “Modos de Ver” nos traz uma reflexão sobre a importância das imagens retratadas nas obras de arte para a compreensão do passado.

Nenhuma outra forma de relíquia ou texto proveniente do passado pode oferecer um testemunho assim tão direto sobre o mundo que rodeava as outras pessoas em outros tempos. Nesse aspecto, as imagens são mais precisas e ricas do que a literatura. Dizer isso não é negar a qualidade expressiva ou criativa da arte, tratá-la como mera evidência documental; quanto mais criativa a obra, mais profundamente ela nos permite compartilhar da experiência que o artista tem do visível. [...] Se vimos a arte do passado, nos teríamos situado na história. Quando somos impedidos de vê-la, estamos sendo privados da história que nos pertence. Quem se beneficia dessa privação? Afinal, arte do passado está sendo mistificada porque uma minoria privilegiada esforça-se para inventar uma história que pode, retrospectivamente, justificar o papel das classes dominantes, e uma tal justificação não mais faz sentido em termos modernos (Berger, 2022, p.12)

A cena retratada transmite a ideia de que a senhora negra ergue as mãos ao céu em gesto de agradecimento, pois sua filha mestiça gerou, com o homem branco, uma criança branca. Assim, sua “raça” negra, associada à “raça” de Cam ⁷, estaria redimida. É possível ainda conjecturar que a senhora agradece aos céus não por ver sua “raça” redimida, mas por saber que sua neta, branca, não sofrerá o preconceito que ela e sua filha sofreram por serem negras e mestiças.

Conjecturas à parte, o fato é que o branqueamento foi discutido “em instituições de ensino e pesquisa como as faculdades de direito e medicina, os institutos históricos e geográficos e os museus etnográficos” (Torres, 2008, p. 9). De acordo com a antropóloga Lilian de Lucca Torres, em sua análise sobre o documentário *Homo sapiens 1900* de Peter Cohen,

No Brasil dos anos pós-Primeira Guerra, República jovem [...], fervilhavam discussões sobre as formas de se agilizar as mudanças sociais reclamadas pelo desejo de vir a ser uma nação moderna. Para alguns cientistas e intelectuais da época, o obstáculo no caminho do desenvolvimento social seria superado com o **branqueamento** da população. (Torres, 2008, p. 2, grifo nosso).

Em 1911, durante o I Congresso Internacional das Raças em Paris, João Batista Lacerda, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, por orientação do próprio presidente da República, Hermes da Fonseca, argumentou que a solução para o Brasil residia no processo de miscigenação ao longo de um século. Lacerda reconheceu as diferenças fundamentais entre as raças, mas não desprezou a ideia de miscigenação, sugerindo que esta poderia levar a um “branqueamento” da população brasileira. Observa-se aqui uma aparente contradição, uma vez que as teorias em questão não previam a transmissão de traços positivos aos descendentes (Torres, 2008).

Na avaliação de Petrônio Domingues, o movimento em defesa do branqueamento recrudescceu na segunda metade do século XIX, e até o movimento abolicionista defendia essa ideia, o que pode ser evidenciado no discurso de Joaquim Nabuco, ferrenho abolicionista:

[...] o ideal de pátria que nós, abolicionistas, sustentamos; um país onde todos sejam livres; onde, atraída pela franqueza das nossas instituições e pela liberdade do nosso regime, a imigração europeia traga, sem cessar, para os trópicos uma corrente de sangue caucásio vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo [...] (Domingues 2019, p. 34).

Pode-se depreender, pelo tom racial do discurso, que o político pernambucano compartilhava da ideia de superioridade da "raça" branca. Além disso, o que se seguiu à

⁷ Cam é um personagem bíblico, cuja história pode ser lida no livro de Gênesis, capítulo 9, versículos de 18 a 27.

abolição — o total abandono dos libertos — demonstra que nunca houve uma preocupação legítima com o bem-estar dos ex-escravizados. Dessa forma, toda a luta abolicionista se pautou na defesa dos interesses políticos e econômicos da classe dominante, especialmente daqueles para os quais a continuidade da escravidão já não era mais vantajosa. De acordo com a historiadora Ynaê Lopes dos Santos,

A defesa do fim da escravidão não esteve necessariamente atrelada a uma compreensão equânime da humanidade. Muitos abolicionistas brancos acreditavam na desigualdade inata das raças. Para eles, o inimigo não era a premissa da inferioridade de determinados grupos humanos, mas a nefanda instituição escravista. Desse modo, nem mesmo os abolicionistas estavam imunes ao racismo científico (Santos, 2022, p. 163).

O intervalo entre os anos de 1870 e 1930 pode ser apontado como o período de efervescência dos debates em torno dessa questão, período que coincide com a chegada de grandes contingentes de imigrantes, provenientes da Europa, para trabalharem principalmente nas lavouras de café do estado de São Paulo. Conforme destaca Santos (2022, p.172) “Entre 1887 e 1930, aproximadamente 3,8 milhões de imigrantes desembarcaram no Brasil, a imensa maioria de origem europeia”. Nancy Leys Stepan (2004)⁸, professora de história da ciência e da medicina da Universidade de Columbia, referindo-se ao que preconizavam as teorias racistas assevera que,

A imigração branca era vista como meio de aumentar rapidamente a proporção de brancos. Os cruzamentos entre mulatos e brancos favoreceriam o branqueamento não só pela superioridade biológica dos brancos como também pelo fato de que os mulatos preferiam parceiros mais brancos que eles próprios (Stepan, 2004, p. 358).

Stepan (2004) elucidada que, para os defensores do branqueamento haveria de ocorrer uma “diluição” da negritude com a adição do elemento de cor branca até restar apenas o componente branco. Segundo a autora,

O mito do branqueamento repousava, nitidamente, na idealização da branquidade. Ele representava como que um raciocínio orientado pelas aspirações de uma elite que governava uma sociedade multirracial em uma época dominada pelo racismo, um anseio por um sentimento real de brasilidade em um país partido por clivagens raciais e sociais (Stepan, 2004, p. 359).

A aversão à população negra atingia patamares inimagináveis. Um exemplo disso está na proposta do naturalista e matemático Frederico Leopoldo César Burlamaque (1803-1866), que sugeria substituir a força de trabalho escrava e dos libertos por trabalhadores livres de "raça" branca e banir o que ele chamou de "praga" negra para algum lugar do continente africano.

⁸ Originalmente publicado em ADAMS, M. (Ed.) *The Wellborn Science: eugenics in Germany, France, Brazil and Russia*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1990. Tradução de Paulo M. Garchet.

Como já mencionado neste capítulo, até a abolição da escravatura em 1888, a mão de obra hegemônica era escrava. Com a proibição do tráfico negreiro, formalizada pela Lei 581, de 4 de setembro de 1850, ou Lei Eusébio de Queirós, a escravidão começou a definhir, de forma inversamente proporcional ao desenvolvimento da produção do café. Políticos perspicazes previram que a abolição seria inevitável e, quando chegasse, a produção poderia ser prejudicada pela escassez de trabalhadores para a lavoura.

Cabe aqui um questionamento: como poderia faltar mão de obra se havia centenas de milhares de ex-escravizados que poderiam ser convertidos em trabalhadores assalariados, sem mencionar os milhares de homens livres e aqueles que já haviam sido libertados antes de 1888?

Como procuramos mostrar em linhas anteriores, na mentalidade preconceituosa da elite política e econômica, o negro só se prestava ao serviço escravo. Também enfatizamos a repulsa extremada que essa elite sentia pelas pessoas negras. Para corroborar nossa conclusão, vejamos como um dicionário da época definia o negro:

um dos dicionários que circulou no Brasil, o Dicionário enciclopédico ou novo dicionário da língua portuguesa, de Araújo Correia Lacerda e José Maria de Almeida, definia negro como sinônimo de “escravo, preto; que macula, denigre, calunia; horrível, hediondo, medonho, tenebroso, malvado, cruel (Domingues, 2019, p. 62).

As estruturas de desigualdade racial que existiam antes da libertação dos escravizados não foram desmanteladas. Isso significa que, embora os negros tenham sido formalmente libertos, eles continuaram a enfrentar discriminação e exclusão. A luta pela liberdade não resultou em uma verdadeira inclusão dos ex-escravizados na sociedade, pois as barreiras sociais, econômicas e políticas permaneceram.

Pontua-se que, até este momento que o projeto de tornar o Brasil um país de brancos, pairava há muito no plano das ideias, contudo, chegara a hora de materializar esse objetivo, o que ocorreria por meio da imigração em larga escala de indivíduos de origem europeia nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX. O Decreto nº 528, datado de 28 de junho de 1890, que estabelecia normas para a entrada de imigrantes, deixa claro essa intenção em seu artigo primeiro.

Art. 1º E' inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, **exceptuados** os indígenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas. (Brasil, 1890, grifo nosso).

Nascimento (2016, p.71) pontua que, “Fato inquestionável é que as leis de imigração nos tempos pós-abolicionistas foram concebidas dentro da estratégia maior: a erradicação da

‘mancha negra’ na população brasileira”. Pelo teor seletivo do texto, é possível perceber que a escassez de trabalhadores não era a principal motivação para importar trabalhadores estrangeiros, já que o país dispunha de abundante mão de obra. Dessa forma, a imigração voltada para os europeus resolveria dois problemas: supriria a demanda por braços nas grandes fazendas dos barões do café e atenderia às ideias de embranquecimento da população, defendidas e difundidas na época pela elite branca.

A política de branqueamento da população brasileira foi a expressão de uma ideologia racista que estava profundamente enraizada na sociedade brasileira. “A predominantemente racista orientação da política imigratória foi outro instrumento básico nesse processo de embranquecer o país” (Nascimento, 2016, p. 70).

Essa ideologia promovia a ideia de que a "raça" branca era superior e, portanto, buscava excluir negros e mestiços da vida social, política e econômica do país. Essa visão não se restringiu a discussões acadêmicas, mas também influenciou práticas sociais e culturais, moldando a forma como a sociedade brasileira se organizou e se percebeu ao longo do tempo.

As ações empreendidas pelo governo republicano validam a hipótese que tentamos demonstrar ao longo deste capítulo. A Proclamação da República no Brasil, além de não ter posto fim à exclusão social dos negros, acabou por intensificá-la, por meio de mecanismos legislativos, como exemplificado pelo Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890.

Sob a fachada da legalidade, eram implementadas medidas que visavam afastar a população negra da vida republicana. A Revolta da Chibata é um exemplo de resistência contra essas dinâmicas, onde os marinheiros buscavam não apenas melhores condições de trabalho, mas também o reconhecimento de sua identidade e direitos como cidadãos em um sistema que os marginalizava.

O projeto de branqueamento e a permanência do racismo indicam que questões de identidade e inclusão ainda estão em aberto na sociedade brasileira. A construção de uma identidade nacional que seja verdadeiramente inclusiva e equitativa é um caminho que ainda está sendo percorrido. Portanto, analisar a Revolta da Chibata a partir de uma perspectiva mais ampla pode enriquecer a reflexão sobre os desafios enfrentados por homens e mulheres que, embora tenham deixado a senzala, não encontraram uma liberdade de fato. Relacioná-la com as lutas que buscavam direitos na Primeira República é primordial para ampliar a discussão acerca do conceito de cidadania para os ex-escravizados e seus descendentes.

2 MARINHEIROS, TRABALHADORES, CIDADÃOS: A REVOLTA DA CHIBATA E A QUESTÃO SOCIAL NO INÍCIO DA REPÚBLICA

A abolição da escravidão em 1888, seguida pela Proclamação da República em 1889, resultou em uma reestruturação social, alterando a composição do tecido social com o surgimento de um novo segmento populacional: os ex-escravizados e seus descendentes. No entanto, a extinção do cativo não assegurou a inclusão social e econômica desse grupo, que continuou a enfrentar discriminação e marginalização. Sem acesso à terra, à educação e a oportunidades de trabalho, os ex-escravizados e seus descendentes foram relegados às margens da sociedade.

Embora a Constituição de 1891 reconhecesse como cidadãos todos os nascidos no território brasileiro, na prática, grande parte da população permaneceu excluída devido à falta de acesso à participação política e à inclusão social. A maioria dos marinheiros que participou da Revolta da Chibata era composta por indivíduos que, direta ou indiretamente, eram descendentes de escravizados. Assim, a condição dos marinheiros pode ser compreendida como uma extensão das dificuldades enfrentadas pelos ex-escravizados, que lutavam para se inserir em uma sociedade que ainda perpetuava desigualdades raciais e sociais.

[...] Somadas, essas informações sustentam a conclusão de que há [...], uma forte linha de continuidade entre os escravos e libertos dos velhos tempos imperiais e os proletários da primeira República. [...] ainda há muito que se descobrir sobre os pretos e os mestiços pobres brasileiros, e sobre as marcas que imprimiram no curso da história do país, após a abolição (Cruz, 2000, p. 274-275).

A Revolta da Chibata, deflagrada em 1910 no Rio de Janeiro, então capital da República, foi uma manifestação das lutas empreendidas pela população marginalizada. O grande contingente populacional composto por ex-escravizados, mestiços e brancos pobres buscava reconhecimento e voz na sociedade, lutando contra a opressão e a exclusão. A indignação dos marinheiros com as condições de trabalho e a brutalidade a que eram submetidos assemelha-se à busca por justiça e igualdade que caracterizava as reivindicações operárias nas primeiras décadas da República.

Revoltas na Marinha não eram incomuns, como evidenciado pela Revolta da Armada em 1893, que abalou o novo regime republicano. Esse conflito, ocorrido entre 1893 e 1894, foi liderado por oficiais de alto escalão da Marinha brasileira contra o governo do marechal Floriano Peixoto. Apesar de ambas as revoltas terem surgido no seio da Armada, suas motivações eram distintas, assim como a origem social e a posição hierárquica de seus participantes. Diferentemente da Revolta da Armada, a de 1910 não contou com a liderança de

almirantes, capitães de mar e guerra ou outros oficiais superiores; foi idealizada, organizada e executada por indivíduos comuns, com acesso restrito à educação e situados nas camadas inferiores da hierarquia militar. Nesse contexto, destaca-se João Cândido, reconhecido pela imprensa da época como o líder da revolta dos marinheiros.

Atualmente, nos anos em que esta dissertação é produzida (2024/2025), tramita na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei do Senado nº 340/2018, apresentado pelo então senador Lindbergh Farias (PT-RJ), que propõe a inscrição do nome de João Cândido Felisberto no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*. O projeto foi aprovado com relativa facilidade no Senado, mas enfrenta forte resistência na Câmara dos Deputados, gerando intensos debates entre seus defensores e críticos.

Cento e catorze anos após o evento que revelou ao povo brasileiro a identidade de João Cândido, as discussões em torno do Projeto de Lei nº 340 destacam a relevância histórica dessa personagem. Por mais de quatro décadas, a Revolta da Chibata permaneceu sob censura e relegada à obscuridade da História. “Falar em João Cândido, no Estado Novo, era perigoso. Nenhum jornalista podia escrever sobre a sua revolta. Era assunto proibido. Aqueles que se atrevessem a abordar o tema poderiam até sofrer consequências físicas”, como relatou o historiador Álvaro Pereira do Nascimento.

[...] famoso jornalista gaúcho Aparício Torelly, mais conhecido por Barão de Itararé, ilustra bem como militares e políticos incentivavam o esquecimento da memória do feito de João Cândido e seus colegas. Já dando provas de sua ligação com o comunismo, Torelly inaugurou o Jornal do Povo, em 1934, com uma série de artigos sobre João Cândido, próximo à comemoração dos 25 anos do evento. Isso foi encarado como uma afronta à Marinha de Guerra. Em represália, um grupo de oficiais invadiu a redação e o sequestrou, levando-o para as bandas da então longínqua Barra da Tijuca, onde teve seu cabelo cortado e passou vexames. Com o bom-humor de costume, Itararé mandou afixar na porta do seu escritório: “Entre sem bater” (Nascimento, 2010).

A conjuntura política vivida pelo país na primeira metade do século XX contribuiu para que a memória da revolta dos marinheiros, e principalmente a figura do líder do movimento, o “almirante” negro João Cândido Felisberto, fosse relegada ao esquecimento. Conforme pontua Maestri (2010, p.25) “Ainda hoje são raros e relativamente recentes os estudos sobre a revolta dos marinheiros negros, ainda que os trabalhos biográficos sintéticos sobre João Cândido, o principal dirigente do movimento, sejam um pouco mais abundantes”.

Em 1959, o jornalista e escritor cearense Edmar Morel lançou o livro-reportagem intitulado *A Revolta da Chibata*. Essa obra não apenas quebrou o silêncio em torno do tema,

mas também lançou luz sobre a revolta, dando um nome a esse levante dos marinheiros ocorrido em 1910. Com a publicação desse livro, o tema despertou a atenção de historiadores.

[...] quero ressaltar que a historiografia deve muito a um jornalista, Edmar Morel, que recuperou em fins da década de 1950, questões que colocaram a obra “A revolta da Chibata” no centro de interesse de historiadores, e que passaram a promover um momento de inflexão para que a nova historiografia analise e debata as várias facetas do movimento (Ferreira, 2010 p. 12).

No primeiro capítulo, foi exposto o caráter excludente da República, um ambiente inóspito para os estratos mais baixos da hierarquia social, particularmente para aqueles cuja pele concentrava mais melanina e que, por isso, não pertenciam ao seleto grupo da elite política e econômica.

O tema desta dissertação, centrado na Revolta da Chibata, dialoga diretamente com a situação de exclusão social, uma vez que a maior parte dos marinheiros era composta por negros e mestiços. “Podemos inferir que 68% dos marinheiros nacionais eram classificados de cor ‘preta’ ou ‘parda’, quer dizer, ‘não brancos’. Esses números confirmam a maioria de ‘negros’ e ‘mulatos’ mencionados pelo tenente Macedo Soares em 1911.” (Almeida, 2013, p. 26).

Neste estudo, busca-se situar a revolta dos marinheiros dentro de um contexto mais amplo, marcado por intensas lutas por direitos civis e sociais. Destaca-se que a ação dos marinheiros não foi um fenômeno isolado, mas parte de um movimento maior de resistência das classes populares contra a repressão e a desigualdade social. A revolta constituiu uma resposta direta ao preconceito e à exploração que caracterizavam a vida das praças da Marinha, refletindo a luta por dignidade e cidadania. Trata-se de uma peça fundamental no “quebra-cabeça” que envolvia as classes subalternas. De acordo com Arim Soares do Bem,

Os movimentos sociais são os indicadores mais expressivos para a análise do funcionamento das sociedades. Traduzem o permanente movimento das forças sociais, permitindo identificar as tensões entre os diferentes grupos de interesses[...]. Em cada momento histórico, são os movimentos sociais que revelam, como um sismógrafo, as áreas de carência estrutural, os focos de insatisfação, os desejos coletivos, permitindo a realização de uma verdadeira topografia das relações sociais. [...] Os movimentos sociais deixam entrever mais do que puras carências percebidas e demandas interpostas; eles permitem, de fato, o conhecimento do modelo de sociedade dentro da qual se articulam, cujas feridas se tornam, por intermédio deles, materialmente visíveis (Do Bem, 2006, p. 1138).

Nas primeiras décadas da República, os trabalhadores brasileiros enfrentavam jornadas extenuantes, salários baixos e condições de vida precárias. Diante dessa realidade, tornou-se necessário buscar, por meios próprios, alternativas que possibilitassem a melhoria de suas condições de trabalho e de vida. Nesse contexto, a formação de associações representativas surgiu como uma possível solução, dando origem aos primeiros movimentos operários. Um

exemplo notável foi a criação da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, em 1905, estabelecida em resposta à exploração e à falta de reconhecimento dos direitos dos trabalhadores portuários.

O principal objetivo dessa sociedade era defender os interesses dos trabalhadores, promovendo a união e a solidariedade entre seus membros. Por meio de assembleias e mobilizações, buscavam melhorias nas condições de trabalho, aumentos salariais e a regulamentação das jornadas laborais. A sociedade destacou-se em diversas greves, que se tornaram uma ferramenta essencial na luta por direitos trabalhistas. A greve de 1906, por exemplo, mobilizou trabalhadores em protesto contra as condições desumanas que enfrentavam, evidenciando a força do movimento operário e a determinação da classe trabalhadora na busca por dignidade. Como mencionado por Maria Cecília Velasco e Cruz,

Os comissários, ensacadores e exportadores ficaram tão surpresos com a greve que nem conseguiram articular uma ida à Chefatura Central de Polícia. [...] Assim, enquanto os operários reunidos na resistência montavam uma tabela salarial ampla, agregando reivindicações que abarcavam as diferentes seções dos dois setores do comércio, os empresários pareciam agir em uma Torre de Babel (Cruz, 2000, p. 247).

Paralelamente, em 1910, os marinheiros da Marinha de Guerra do Brasil também se mobilizaram em uma revolta, em resposta às precárias condições de trabalho e à aplicação de castigos físicos. Assim como os trabalhadores civis, os marinheiros enfrentavam um ambiente opressivo e desumano, o que gerou um forte sentimento de insatisfação e a necessidade de resistência. Essa dinâmica de exploração e discriminação estava presente tanto entre os trabalhadores civis quanto entre os marinheiros.

As reivindicações de marujos e paisanos da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche acabaram convergindo para uma mesma direção. O manifesto dos marinheiros e dos trabalhadores civis se entrelaçam e clamam por cidadania.

Como os próprios carregadores anunciaram em manifestos espalhados na região portuária, em dezembro de 1906, o que eles almejavam com a greve eram ‘o direito’ e ‘a nossa liberdade’, ou seja, não serem mais vistos como ‘negrada’, isto, é como ‘libertos’, mas como homens que eram livres no sentido forte da expressão (Cruz, 2000, p. 288).

Ambos os segmentos enfrentavam a exploração e a opressão, e suas mobilizações foram fundamentais para a construção de uma identidade coletiva entre os trabalhadores. A similaridade entre os trabalhadores civis e militares evidencia a importância da organização coletiva na luta por direitos, demonstrando que as demandas de diferentes setores estavam interligadas em um contexto mais amplo de segregação social.

Entretanto, a resposta das autoridades frequentemente envolvia repressão violenta. As greves e mobilizações eram regularmente enfrentadas pela polícia, que buscava dismantlar as organizações operárias e silenciar as vozes dissidentes. Cruz (2000) observa que “o caminho da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café foi tortuoso” e que “foi quase desfeita pelo lockout do Centro de Comércio de Café em 1908” (Cruz, 2000, p. 288). Essa dinâmica de luta e repressão não apenas moldou a trajetória da Sociedade de Resistência, mas também refletiu um contexto mais amplo de tensões sociais e políticas que caracterizavam o Brasil da época.

Apesar das adversidades, tanto a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café quanto os marinheiros insurretos de 1910 conseguiram consolidar sua presença no cenário operário e no ambiente militar, respectivamente, contribuindo para a formação de uma identidade coletiva entre os trabalhadores e para a construção de um legado de luta que ressoaria nas gerações futuras. A resistência e a mobilização dos trabalhadores desse período foram fundamentais para a evolução do movimento sindical no Brasil, estabelecendo as bases para conquistas futuras e para a luta contínua por direitos e justiça social.

A proximidade temporal com a escravidão ainda preservava a memória dualista entre senhor e escravo. Nos navios de guerra, estratos diametralmente opostos da sociedade compartilhavam um mesmo espaço confinado: de um lado, uma oficialidade sofisticada, composta por homens de esmerada educação, políglotas, considerados “verdadeiros eupátridas”; do outro, um corpo de marinheiros formado por homens analfabetos ou rudimentarmente alfabetizados, desprovidos de qualquer condição financeira. Esse cenário era atravessado por uma ideologia racista amplamente disseminada na sociedade, que acentuava o preconceito em relação aos não brancos. O contraste extremo entre esses grupos, permeado por uma mentalidade racista, gerou um ambiente explosivo, propício à ebulição social. Ficava evidente a profunda contradição social que existia a bordo da frota naval brasileira, prestes a entrar em colapso. Já havia combustível suficiente para desencadear mais uma das várias revoltas e revoluções registradas na História.

A Revolta da Chibata não foi um ato impulsivo, desordenado e sem fundamentos, promovido por um grupo de marinheiros descontrolados que, tomados pela emoção ao presenciarem um companheiro ser impiedosamente açoitado, decidiram, de súbito, tomar à força poderosos navios de guerra. Tampouco seu objetivo se limitava à obtenção de privilégios para um grupo restrito de homens embarcados na Marinha do Brasil. Na realidade, a condição desses trabalhadores do mar estava interligada à dos demais operários que enfrentavam jornadas

árduas nas áreas urbanas e rurais do país. Ambos os grupos lidavam com inúmeras adversidades em seus locais de trabalho, mas nunca se renderam à resignação.

Os livros didáticos abordam o tema “A Revolta da Chibata” apenas de forma superficial. Nesses materiais, a revolta é frequentemente reduzida a uma simples reivindicação pelo fim da punição das chibatadas aplicadas àqueles que cometessem transgressões disciplinares.

O inciso XIX do artigo 179 da Constituição Política do Império do Brasil de 1824 determinava que “Desde já ficam abolidos os açoites, tortura, a marca de ferro quente e todas as mais penas cruéis” (Brasil. Constituição (1824), artigo 179, inciso XIX). Pelo teor do texto constitucional, fica claro que “a pena de açoite foi, pelo menos teoricamente, por todo o período monárquico, exclusiva dos escravos” (Mattos, 2013, p. 288), uma vez que estes não eram considerados cidadãos.

Na Marinha, a chibata representava uma continuidade dos castigos físicos aplicados aos escravizados nos períodos colonial e imperial. Almeida (2010) observa que “na Marinha, [...], continuidades e descontinuidades, bem como diferentes visões, e os ideais republicanos de modernidade, muitas vezes, somente existiam em discursos e modelos” (Almeida, 2010, p. 148).

Na avaliação dos oficiais, a chibata possuía um caráter pedagógico, sendo considerada o único meio eficaz de “domar” homens vistos como brutos, indisciplinados e até propensos ao crime, como eram percebidos os marinheiros — ou, pelo menos, a grande maioria deles. De fato, muitos marinheiros eram recrutados em estabelecimentos prisionais. Hélio Leôncio Martins destacou que.

Ao lado dos poucos técnicos que se podia conseguir, manteve-se no serviço ativo a maioria do pessoal da vela, os chamados “gorgotas”, rudes, muitos deles enviados pela polícia como se fossem para uma penitenciária, ou ex-escravos que procuravam abrigo, pedindo-se deles apenas robustez e coragem para operar as velas (Martins, 2010, p. 52).

Sob a perspectiva dos oficiais, a aplicação de castigos físicos era imprescindível para quebrar o “mau gênio” da marujada, afinal homens de tal estirpe não obedeceriam de bom grado as ordens verbais. Eram acostumados a se curvarem somente mediante o emprego de violência, a única linguagem que entendiam. A Revista Marítima Brasileira editada entre os anos de 1881 e 2012, na edição nº 151 do trimestre referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 1947, na seção respiga, publicou uma matéria veiculada no jornal Correio da Manhã da edição de 1º

de novembro de 1947, assinada por alguém que se identificava como Comandante Alencastro Graça⁹, com o parecer desse oficial a respeito dos marinheiros e sobre a chibata,

Na maior parte das vezes, a nossa boa vontade periclitava, víamos que, para a gente de tão rude e perversa, não se podia encontrar método mais eficaz que o usado nas senzalas; indivíduos incidiam propositadamente em faltas, a fim de receber o devido castigo, o remédio supremo. Era talvez uma manifestação clara de mazoquismo ou o grito atávico da raça desgraçada, que se amarrava ao tronco para ser impiedosamente seviciada, e o próprio João Cândido no-lo confirma quando ao reprimir uma indisciplina no auge da rebelião, murmurava em sua linguagem tósca: *Qua vancês tudo, só memo a chibata!* (sic). (Correio da Manhã, 1947, s/p.)

O comandante Alencastro Graça revela completa ausência de alteridade, ao demonstrar seu mais intenso preconceito, discriminação e desprezo pelos marinheiros, chegando às raias da insanidade ao afirmar que o castigo era algo desejado pelos marinheiros, aos quais rotula de masoquistas. Alencastro Graça nasceu em plena vigência da escravidão, e devido à posição social de sua família, é bastante provável que tenham sido proprietários de escravos. Na realidade, o tom aterrador da narrativa do comandante sugere que ele apresenta características de sadismo. Esse discurso foi exposto ao ser publicado em um jornal, mas Alencastro apenas reproduziu o que grande parte da elite pensava sobre as pessoas negras e mestiças.

2.1 ENTRE A CRISE NAVAL E A ESCASSEZ DE EFETIVOS: A MARINHA BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

No início do século XX, a Marinha do Brasil enfrentava uma situação de desprestígio, com uma frota obsoleta e equipamentos desatualizados em relação à tecnologia naval no contexto armamentista internacional. A falta de prestígio não se restringia apenas ao aspecto material, mas também afetava o componente humano, causando preocupação no alto escalão. Segundo Ludolf Júnior (2019), essa crise resultava de um processo de sucateamento iniciado ainda no período imperial.

No final do século XIX, o Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, almirante Elisiário José Barbosa, já destacava em seu relatório, apresentado ao presidente da República, Prudente de Morais, a urgência de um plano para reorganizar a Esquadra brasileira.

⁹ Vice-Almirante Affonso Alencastro Graça, filho do Desembargador José Pereira da Graça e Maria Adelaide de Alencastro Graça, nasceu em 06 de março de 1849 no Ceará. Transferiu para a Reserva em 28 de dezembro de 1911. Faleceu em 04 de junho de 1913. Fonte <https://www.arquivodamarinha.dphdm.mar.mil.br/index.php/graca-affonso-de-alencastro>. Acesso em 31 de julho de 2024.

No Relatório que tive a honra de submeter à vossa ilustrada consideração, em 30 de março do anno proximo passado, declarei com lealdade e franqueza, que eram por demais precarias as condições da nossa esquadra, que o nosso poder naval, principalmente depois da revolta de setembro era quasi nullo, e que, a meu ver, fosse qual fosse o sacrificio do Thesouro, era urgente reorganizar a marinha; as apprehensões que nessa época assaltavam meu espirito crescem cada dia de vulto.(sic) (Relatório do Ministro da Marinha, 1896, p.71-72).

O tom dramático das palavras do ministro, ao expor em seu relatório a carência de material bélico e a necessidade de um plano de reaparelhamento e modernização da Armada, não foi suficiente para garantir a implementação dessas medidas. A situação financeira do país, marcada por uma crise econômica e instabilidade política, impediu que o plano fosse executado de imediato, resultando em seu adiamento para o início do século XX. Havia um consenso sobre a necessidade de modernização da Marinha, porém, a falta de recursos dificultava a concretização dos projetos.

Desde o início do regime republicano, os ministros da Marinha frequentemente manifestavam, por meio de seus relatórios anuais, preocupações com a precariedade das forças navais e a urgência de reformas (Almeida, 2010). Além disso, segundo Ludolf Júnior (2019), a profunda divisão interna da corporação, resultante da Revolta da Armada (1893-1894), aliada às dificuldades financeiras do período, impediu a implementação de grandes reformas e programas de reequipamento defendidos tanto por militares quanto por políticos civis. Para Almeida (2010, p.150), “[...] a revolta dos oficiais de 1893 pode ser compreendida, nesse contexto, como um marco. Ela expressa o extremo da insatisfação dos oficiais da Marinha e pode ser vista como um auge nos desmonte de forças humanas e materiais”.

O contexto geopolítico internacional, de final do século XIX e início do século XX, apresentava uma corrida armamentista entre as potências industriais europeias, com repercussões nos países periféricos do sistema capitalista, onde se inseriam nações como Brasil e Argentina, as quais disputavam a hegemonia na América do Sul. Era preciso conquistar e manter um poder de dissuasão no âmbito regional. Conforme aponta Waldmann Junior (2019, p. 50) “[...] Essa era uma preocupação em particular com a Argentina, que nas décadas anteriores tinha criado uma Marinha moderna e poderosa, e que se configurava como o principal rival do Brasil no sistema de equilíbrio de poder regional”. Nessa conjuntura de rivalidades latentes, recrudescem as propostas para um plano de renovação da frota naval. Em 1904, já sob o governo de Rodrigues Alves (1902-1904), o titular da Marinha, almirante Júlio César de Noronha, apresentou um audacioso projeto para reestruturar a Esquadra.

O programa de 1904, em sua versão final, estabelecia a aquisição de uma Esquadra composta por três encouraçados de 15 mil toneladas e canhões de dez polegadas, três

cruzadores-couraçados de pouco mais de 9 mil toneladas e artilharia de dez polegadas, seis contratorpedeiros de 400 toneladas, doze torpedeiras (metade com 130 toneladas e 50 toneladas) e três submarinos (Waldmann Júnior, 2019, p. 50).

José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores de 1902 a 1912, defendia com vigor a modernização da Marinha Brasileira, ciente da relevância do poder naval para consolidar a posição do Brasil como uma potência regional. O projeto foi transformado em lei em dezembro de 1904 pelo Congresso brasileiro. Pela envergadura do projeto, as críticas não tardaram a aparecer, e numerosas discussões foram suscitadas no meio político e militar. Nesse sentido, havia “uma política de aumento de capacidade bélica naval, reaparelhamento pode ganhar aliados ou adversários, dependendo do jogo e dos atores e seus interesses envolvidos” (Waldmann Júnior, 2019, p. 49).

Em meio às críticas, em janeiro de 1905, o ministro deu por concluído o estudo comparativo entre as propostas apresentadas pelas firmas estrangeiras para a construção de três couraçados de 13 mil toneladas cada um. Na avaliação das autoridades navais brasileiras, a proposta mais vantajosa veio da companhia inglesa Armstrong Whitworth & Co. Limited, que teria atendido de forma mais eficaz aos requisitos técnicos e oferecido o melhor preço. Sílvia Almeida (2010) ressalta que, conforme uma pesquisa realizada por Martins Filho (2010), agentes contratados pelo mencionado estaleiro teriam corrompido altas autoridades navais para garantir sua escolha.

Noronha não permaneceu no cargo para ver seu plano se concretizar; ele foi substituído no comando da Marinha pelo seu antigo desafeto, o almirante Alexandrino de Alencar. O novo titular da pasta seria responsável pela continuidade do projeto, já durante o governo de Afonso Pena (1906-1909).

Alencar e Noronha tinham suas diferenças políticas desde a Revolta da Armada, quando se encontraram combatendo em lados opostos – Alencar no lado dos revoltosos e Noronha mantendo-se leal ao governo de Floriano. Agora, como novo ministro, Alencar não poupou críticas ao plano elaborado por Noronha em 1904, alegando que a frota e os armamentos pretendidos naquele plano já estavam defasados tecnologicamente e não produziriam os efeitos esperados. Embora as críticas de Alencar tivessem um viés pessoal, o plano original foi alterado para incorporar as tecnologias mais avançadas disponíveis no mundo naval. Salomão Pontes Alves destaca que

[...] o anseio em alcançar o *status* de ‘potência’ fizeram com que o Ministério da Marinha modificasse os rumos das aquisições navais previstas pelo Programa de 1904 de modo a incorporar os *dreadnoughts*. Essa modificação foi feita não sem debates no Poder Legislativo, onde aliados do ex-ministro Júlio César de Noronha questionavam

o novo programa naval que o ministro Alexandrino buscava implementar (Alves, 2017, p. 20).

O programa de Noronha, após ser reconfigurado por Alencar para se adequar às novas tecnologias, foi batizado como programa “Rumo ao Mar” e, finalmente, saiu do papel. Os construtores ingleses iniciaram a produção de dois *dreadnoughts*. Conforme Almeida (2010, p. 153-154), ao final, o programa se reduziu à aquisição de dois *dreadnoughts*, dois *scouts* e dez *destroyers*, entregues ao Brasil a partir de 1908.

Os dois *dreadnoughts*, Minas Gerais e São Paulo, causaram grande comoção popular ao chegarem à baía da Guanabara, levando multidões ao porto. A imprensa, por sua vez, celebrou o evento com entusiasmo. O jornal *O País*, em sua edição de 18 de abril de 1910, dedicou quase três páginas à cobertura do momento histórico. Na primeira página, proclamava:

A chegada do “Minas Geraes”, eis o grande acontecimento, que hontem fez palpar numa vibrante emoção patriótica toda a alma nacional, porque não foi só o Rio de Janeiro que recebeu nas águas de sua formosa bahia o formidável “*dreadnought*”, foi o Brazil inteiro que saltou no vulto agigantado do colosso dos mares sul-americanos o symbolo soberano de sua própria pujança, a expressão concreta de sua energia de nação. Longamente o povo brasileiro se havia preparado para a forte emoção de hontem, mas essa prolongada expectativa não fez senão aumentar cada vez mais o entusiasmo cívico que elle hontem, deu as mais nobres demonstrações, indo ao encontro poderoso vaso de guerra, agitando para elle em milhares de gestos os seus lenços brancos, ou gritando em vivas calorosos todo seu immenso júbilo (sic). (Martins Filho, 2010, p. 169).

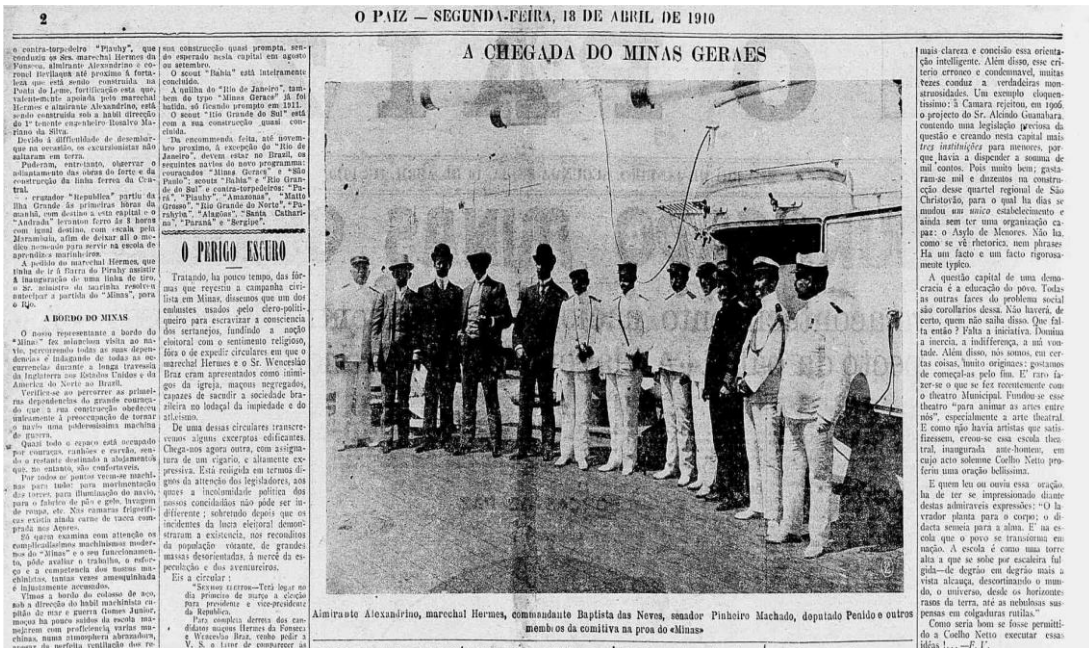
Figura 3. edição 9326, de 18 de abril de 1910, do jornal “O Paiz”.



Fonte: <https://bdigital.bn.gov.br/acervo-digital/paiz/178691>. Acesso em 08 ago 24

Autoridades do alto escalão da República solenemente ocupavam os seus lugares, no porto, para dar as boas-vindas ao gigante de aço. Mal podiam esperar para subirem a bordo e conhecer de perto suas dependências. A matéria jornalística segue com ares de “ode” enaltecendo as qualidades do imenso e poderoso vaso de guerra.

Figura 4. almirante Alexandrino, Marechal Hermes, comandante Batista das Neves, senador Pinheiro Machado, deputado Penido e outros membros da comitiva na proa do Minas Gerais.



Fonte: <https://bdigital.bn.gov.br/acervo-digital/paiz/178691>. Acesso em 08 ago 24

Com a renovação da frota, a Marinha brasileira alinhoun-se às marinhas mais modernas e bem equipadas do mundo, a aquisição dos dois *dreadnoughts* conferiu à Armada um alto poder de fogo e os dois *scouts* e os dez *destroyers* proporcionariam maior possibilidades de êxito em caso de uma batalha naval. As novas aquisições resgataram o prestígio da Marinha de Guerra e estremeceram as relações diplomáticas com a Argentina.

No entanto, poucos meses após a recepção exuberante às novas máquinas de guerra, o *Minas Gerais* voltaria a ser o foco das atenções de toda a imprensa, mas, desta vez, não havia motivo para celebração; tratava-se de um drama com um enredo surpreendente. As autoridades mencionadas na figura 4 estariam envolvidas nos traumáticos eventos que ocorreriam sete meses depois daquela feliz imagem.

Aqui cabe o questionamento: os planos de modernização apresentados pelos ministros da Marinha consideraram o fator humano em suas estratégias? Em algum momento, foi discutida a seleção e as condições de trabalho dos indivíduos que ingressariam no serviço

militar? Nos séculos que precederam a Proclamação da República, as Forças Armadas (Marinha e Exército) não gozavam de elevado prestígio, haja vista a criação da Guarda Nacional, em 1831, que esvaziou ainda mais a sua relevância. A elite no poder dispensava a essas Forças tratamento secundário, enquanto a população pobre as percebia como um instrumento de opressão que os forçavam a cumprir o serviço militar obrigatório. Jeanne Berrance de Castro pontua que

[...] Assim surgiu a Guarda Nacional [...] entrou a milícia cidadã quase imediatamente em ação, embora não visasse a substituição totalmente ao Exército já que aparecia como simples força auxiliar. Fora considerada, em todo caso, superior como corporação pelo fato de reunir elementos nacionais participantes da vida política do país, ao contrário do que sucedia com o Exército onde se abrigavam ainda muitos estrangeiros (Castro, 1977, p.62).

Dessa maneira, a profissionalização das Forças Armadas nunca foi uma prioridade para a elite que comandava o país, especialmente no que tange à remuneração das praças. A mentalidade corporativista e excludente predominante entre os oficiais também desempenhava um papel significativo na geração de um sentimento misto de medo e aversão da população mais pobre em relação ao serviço militar. O ato de ser recrutado para as forças armadas, na maioria das ocasiões, era percebido como uma verdadeira condenação.

O problema da falta de braços era repetidamente apresentado pelos ministros da Marinha em seus relatórios e se explicava, segundo o ministro Eduardo Wandenkolk, pela verdadeira “repugnância que em geral manifesta a nossa população para a vida marítima militar (Almeida, 2010, p. 156).

A insuficiência de efetivo militar, especialmente no que diz respeito às praças¹⁰, é uma questão que se arrasta desde os tempos imperiais, atingindo tanto a Marinha quanto o Exército. Tanto nos períodos colonial e imperial quanto na República, o oficialato da Marinha apresentou um caráter marcadamente elitista. Embora a República tenha promovido uma leve flexibilização, permitindo a entrada de membros da classe média, o acesso aos postos continuou restrito a uma elite, e o preenchimento das vagas não era um problema. De acordo com José Murilo de Carvalho “O recrutamento militar favorecia assim a entrada para o oficialato de representantes de grupos sociais dominantes pelo prestígio, pela riqueza, ou pelo poder”. (Carvalho, 2005, p. 16).

Podemos encontrar almirantes filho de importantes políticos, como o Barão de Jaceguai, de famílias nobres, como Saldanha da Gama, e filhos de oficiais,

¹⁰ As Praças possuem as seguintes graduações: Grumete, Marinheiro, Cabo, Terceiro-Sargento, Segundo-Sargento, Primeiro-Sargento e Suboficial. Fonte: <https://www.marinha.mil.br>

principalmente da própria marinha. No depoimento de um oficial dessa força, “a oficialidade da marinha sempre foi ao menos uma parte, das mais escolhidas da alta sociedade do Brasil”. Tobias Monteiro, [...] escreveu em 1917 que as famílias ricas queriam fazer dos filhos doutores em direito, medicina e engenharia, e, fora isso, só talvez oficial da Marinha (Carvalho, 2005, p. 19).

O cerne da questão repousava no recrutamento das praças; para essa categoria hierárquica sempre houve grande dificuldade para se conseguir voluntários. O serviço militar afugentava os pobres, pois estavam cientes do que os aguardavam nas instituições militares: um longo período de prestação de serviço, “10 anos para os voluntários e 15 anos para os marujos oriundos das escolas de aprendizes” (Almeida, 2014, p. 222), jornadas de trabalho extenuantes, soldos irrisórios, além de preconceitos sociais e raciais, e um rígido sistema disciplinar que incluía castigos físicos.

Dessa forma, havia constante escassez de pessoal para executar os serviços mais pesados. Tarefas como capinar, varrer, pintar, limpar porões e conveses, organizar seções, lavar alojamentos, banheiros e utensílios de cozinha, além de cozinhar e manter armamentos limpos, eram apenas algumas das atribuições que demandavam uma grande quantidade de mão de obra.

Todas essas atribuições recaíam para as graduações mais baixas, e era justamente nesse grupo que faltava braços para trabalhar, e os que já estavam servindo acabavam arcando com uma imensa carga de trabalho. Em 1904, o almirante Júlio Cesar de Noronha expôs a situação nos seguintes termos.

O cotejo do numero das entradas com o das saídas mostra que o augmento do effectivo do corpo, no decurso do anno findo, foi apenas de 25 praças. O estado completo deste corpo é de 500 praças, mas, si dahi se deduzir o numero dos doentes e dos presos, verificar-se-á que o effectivo resultante é insufficiente para attender as necessidades do serviço. Assim sendo, penso que o corpo no poderá bem cumprir os deveres que lhe incumbem, emquanto aquelle numero no fôr elevado, pelo menos, a 607. (sic) (Relatório do Ministro da Marinha, 1904, p. 39).

No relatório apresentado, o ministro reconhece que os efetivos de praças eram insuficientes para executar as tarefas imprescindíveis para a vida vegetativa da Organização Militar (OM), isto é, as atividades-meio. Os almirantes que se sucederam à frente da pasta da Marinha, embora cientes do problema, ao que parece, não tinham força política necessária para dar uma solução cabal à questão, limitando-se a mencioná-la anualmente nos relatórios destinados ao presidente da República, que, por sua vez o ignorava. A República só tinha olhos para a oficialidade, as questões relativas às praças eram demasiadas irrelevantes para merecerem atenção.

Uma das formas de suprimento de cargos na Marinha era através do recrutamento de jovens oriundos das Escolas de Aprendizes Marinheiros, uma instituição estabelecida pela Lei nº 148, de 27 de agosto de 1840. O propósito dessas escolas era acolher meninos entre dez e dezessete anos, promovendo sua alfabetização e ensinando conceitos básicos de aritmética, além de oferecer uma formação inicial em instrução militar, preparando-os, dessa forma, para o serviço a bordo das embarcações da Marinha de Guerra. “Os principais argumentos utilizados para a sua fundação eram a garantia de braços e a importância da formação técnica, mas também primária, indispensável ao bom marinheiro” (Almeida, 2010, p. 156).

Sob essa perspectiva, a proposta apresentava-se como altamente benéfica e poderia desempenhar uma relevante função social, ao proporcionar uma formação que seria aplicável não apenas na trajetória militar, mas também no retorno à vida civil, após cumprirem o tempo de serviço militar obrigatório. Contudo, a realidade revelava-se bastante distinta daquela concepção idealizada, e as circunstâncias não eram tão fáceis. Aquelas escolas estavam longe de serem um lugar digno para os garotos que eram encaminhados para lá. Para o ministro da Marinha Alexandrino de Alencar

[...] as escolas de aprendizes eram fundamentais para o preenchimento dos navios e guarnições navais. O voluntariado e o sorteio marítimo não forneciam homens com aptidão necessária para operar as modernas embarcações que o país deveria receber. Por isso, era necessário formar esse pessoal nas escolas. (Alves, 2019, p. 36).

Silvia Almeida (2010) apurou que o embaixador francês no Brasil, escrevendo ao seu superior, informou que

As tripulações, na sua grande maioria compostas de negros e mulatos, provêm das escolas de ‘aprendizes marinheiros’, jovens vagabundos e malfeitores, recolhidos pela polícia, ou jovens incorrigíveis, cujas famílias, em derradeiro ato de desespero, enviam a essas escolas como a uma casa de correção” (Almeida. 2010, p. 159)

Outra forma de obtenção de homens para o serviço no Exército e na Armada foi o recrutamento por meio de sorteio. Desta modalidade, instituída pela lei 2.556, de 26 de setembro de 1874, deveriam participar todos os homens maiores de 18 anos, desde que não se enquadrassem em alguma das seguintes situações: “os graduados, e os estudantes das faculdades estabelecidas no Império, dos cursos teológicos, e seminários; os eclesiásticos de ordens sacras; o que servir de amparo e alimentar a irmã honesta, solteira ou viúva, que viver em sua companhia e o que alimentar e educar órfãos seus irmãos menores de 19 anos; o filho único que viver em companhia de sua mãe viúva ou solteira, decrépita ou valetudinária, ou de pai decrepito ou valetudinário. Havendo mais de um, será exceptuado o mais velho, ou outro à

escolha do pai ou mãe. Na falta de filho ou genro um dos netos também à sua escolha; o viúvo que tiver filho legítimo ou legitimado, que alimente ou eduque; o que pagar a contribuição pecuniária que for marcada em lei” (Brasil, Lei nº 2.556, de 26 de setembro de 1874).

A parte da população que detinha poder econômico, escapava ao sorteio pelas brechas da lei; já os desvalidos procuravam outros meios para se esquivarem da obrigação legal, o que podia ser a apresentação de atestados médicos ou a não comparecendo quando sorteados. Desta forma, mais uma vez, a tentativa em suprir os efetivos militares fracassou, e o antigo problema continuava.

Devido a inexpressiva procura para a apresentação voluntária, se procedia a incorporação forçada; é nesse momento que mundos paralelos se tocam; imiscuem-se problemas institucionais e exclusão social, considerando que o corpo de marinheiros nacionais pertencia aos estratos mais baixos da sociedade e compunham-se majoritariamente por negros e mestiços. A dificuldade em recrutar homens para o serviço militar, refletia, mais uma vez, a hostilidade dispensada pela jovem república aos pobres da Nação.

2.2 DO DESAMPARO À CASERNA: A MARINHA COMO ALTERNATIVA PARA OS MARGINALIZADOS

A natureza excludente da República em suas primeiras décadas, conforme discutido no primeiro capítulo, fechava as portas das oportunidades para a maioria da população que era composta por pessoas sem posses, sem estudo e sem profissão, e os lançavam num estado de indigência social e penúria econômica. Dentre os atingidos por essa política discriminatória e racista, havia um grupo com acentuada desvantagem, eram os egressos da escravidão. Eram vítimas de xenofobia em sua própria terra, rejeitados nos postos de trabalhos assalariados, que davam preferência aos imigrantes europeus. Segundo Cruz

Nas primeiras décadas republicanas, a possibilidade da existência de uma estratégia patronal voltada para substituir por imigrantes europeus os brasileiros pretos ou mestiços que ocupavam posições de mando no mercado de trabalho não deve ser descartada” (Cruz, 2000, p. 286).

Restavam-lhes poucas alternativas: permanecer na propriedade rural onde eram escravizados ou outras da região, trabalhando em condições análogas à escravidão, continuando submissos aos antigos senhores, ou migrar para os centros urbanos na esperança de encontrar uma vida melhor. No Brasil, aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. “Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravizados regressaram a suas

fazendas, ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por baixo salário” (Carvalho, 2023, p. 59). Nas cidades encontravam seus pares urbanos e juntos engrossavam as fileiras que ficavam à deriva de uma efetiva inserção no “novo mundo”. Com raríssimas exceções, essa população abandonada vagava pelas cidades em busca de alguma ocupação que lhe trouxesse uma mínima remuneração com que pudessem suprir suas necessidades primárias.

[...] Por isso, o “negro” não ficou apenas à margem dessa revolução. Ele foi selecionado negativamente, precisando contentar-se com aquilo que, daí por diante, seria conhecido como “serviço de negro”: trabalhos incertos ou brutos, tão penosos quanto mal remunerados. Em consequência, achou-se numa estranha situação. [...] o “negro” sentiu-se em apuros até para manter ou conquistar as fontes estáveis de ganho mais humilde e relegadas (Fernandes, 2007, p. 88)

Foi nesse ambiente de acentuada vulnerabilidade social que muitos adolescentes e jovens negros, libertos ou filhos de ex-escravizados, sem perspectiva de ascensão social, entregavam-se à vadiagem e ingressavam no mundo das contravenções, acabando presos nos xadrezes, que se tornaram um dos principais canais de recrutamento militar.

O encaminhamento de jovens infratores às Organizações Militares (OM) pelas autoridades cumpria uma dupla função: supria, ao menos parcialmente, os efetivos militares e removia das ruas os “indesejáveis” que “poluíam” e ameaçavam a ordem pública. Além dessa via de recrutamento, muitas famílias em situação de extrema pobreza viam no ingresso no Exército ou na Marinha a única possibilidade de um “bom futuro” para seus filhos. Havia diferentes caminhos que levavam esses jovens desvalidos à caserna, mas um fator comum os unia: a miséria material e, em muitos casos, a falência familiar. De acordo com Wagner dos Santos, embora para muitas famílias essa fosse uma forma de salvar os filhos da miséria e oferecer-lhes a oportunidade de aprender uma profissão, a institucionalização do recrutamento transformou-se em uma verdadeira caçada por meninos (Santos, 2020).

Essa “luz no fim do túnel” muitas vezes se revelava problemática, pois a metodologia arbitrária de recrutamento frequentemente misturava crianças e jovens inexperientes com delinquentes e pervertidos sexuais, entre outros infratores da lei. Morel (2021, p. 75) aponta que o governo modernizou a esquadra, mas não reformou a mentalidade dos marinheiros nem o sistema de seleção, mantendo práticas herdadas do século anterior.

É nesse contexto que se insere um dos eventos mais dramáticos da História brasileira: a Revolta da Chibata. Ocorrida no início da República e protagonizada por militares da Marinha, sua compreensão não deve se limitar às condições dos porões dos vasos de guerra, mas sim ser buscada na estrutura de uma sociedade excludente do início do século XX.

2.3 A REVOLTA QUE DEU VOZ AOS SILENCIADOS

Na virada do século XIX para o XX, o Brasil testemunhou o crescimento do movimento operário, que reivindicava melhores condições de trabalho, salários justos e direitos trabalhistas. Esses movimentos eram frequentemente organizados em sindicatos e associações de trabalhadores, que lutavam contra a exploração e as longas jornadas de trabalho, semelhantes às condições enfrentadas pelos marinheiros.

As dificuldades enfrentadas pelos operários nas fábricas e pelos trabalhadores do campo, como jornadas exaustivas, remuneração insuficiente e a total ausência de legislação que garantisse proteção em casos de doença ou afastamento temporário ou permanente, eram compatíveis com as demandas dos trabalhadores uniformizados, os proletários do mar.

O ativismo dos trabalhadores, que buscavam melhorias nas condições de vida e trabalho, fomentou um ambiente de conscientização e organização que influenciou outras formas de resistência, incluindo os movimentos militares. A Revolta da Chibata pode ser interpretada como uma continuidade das lutas sociais da época, nas quais os marinheiros, assim como os trabalhadores da sociedade civil, buscavam emancipar-se de circunstâncias opressivas. As reivindicações dos trabalhadores e as insurreições militares estavam interligadas, pois ambas tinham como objetivo transformar as condições sociais e garantir direitos, refletindo uma luta mais ampla contra a exclusão social e a exploração.

Apesar da liberdade conquistada, os trabalhadores livres ainda enfrentavam desafios como a exploração e a precarização do trabalho. Lutavam por melhores salários e condições laborais, frequentemente entrando em conflito com os interesses dos patrões e do sistema econômico vigente. Nesse contexto, a luta dos marinheiros pode ser compreendida como parte de um legado de resistência compartilhado entre trabalhadores civis e militares. O contingente de marinheiros, majoritariamente composto por homens negros e mestiços, não estava imune às dificuldades enfrentadas pela população civil empobrecida.

Os ministros da Marinha do início da República empreenderam um ambicioso programa de modernização da frota, adquirindo belonaves e equipamentos de última geração. Embora tenham obtido êxito nessa iniciativa, a expansão da frota intensificou um problema preexistente: a insuficiência de mão de obra para operar as novas máquinas de guerra, criando um desequilíbrio entre a capacidade tecnológica da Marinha e seus recursos humanos.

Os navios, construídos na Inglaterra no contexto da Revolução Industrial, introduziram novas fontes de energia, como a elétrica, e foram projetados para operar com eficiência semelhante à de uma linha de produção. Isso afetou a dinâmica a bordo, especialmente as

jornadas de trabalho dos marinheiros, que se tornaram significativamente mais longas devido às novas exigências. A maior parte da tripulação era composta por homens formados na tradição das embarcações à vela, descritos por Hélio Leôncio Martins (1988) como "homens de ferro em navios de madeira". No entanto, a Era Moderna demandava conhecimentos técnicos, substituindo a força bruta pela especialização.

A rígida hierarquia a bordo dos *dreadnoughts* impunha aos marinheiros uma subordinação absoluta aos oficiais. As constantes cobranças e punições severas eram utilizadas como instrumentos de controle para manter a disciplina e garantir o cumprimento das ordens. A falta de reconhecimento e a ausência de qualquer possibilidade de ascensão social contribuíam para o sentimento de frustração e revolta entre os tripulantes.

Os oficiais, apesar de estarem no mesmo navio, pertenciam a um universo distinto daqueles que limpavam os porões e conveses. Realizando um exercício de abstração e empatia, imaginemo-nos como marinheiros integrados à tripulação de um imenso dreadnought, responsáveis por diversas missões, porém sem os recursos necessários para cumpri-las adequadamente, seja por falta de conhecimentos técnicos, seja pela carência de recursos materiais ou humanos. Nessas embarcações, homens oriundos de estratos sociais desfavorecidos executavam tarefas árduas e recebiam remunerações irrisórias, ao mesmo tempo em que eram submetidos a cobranças incessantes por parte dos oficiais.

Cabe ressaltar que muitos desses oficiais ocupavam seus cargos não necessariamente por mérito ou competência. Uma das demandas expressas no manifesto¹¹ enviado ao recém-empossado presidente da República, marechal Hermes da Fonseca, era justamente a remoção de oficiais incompetentes e indignos de servir à Nação. No entanto, essa não era a única queixa dos marinheiros. Havia ainda um rígido código disciplinar, que previa punições severas, como chibatadas e o *bolo* – fortes pancadas aplicadas nas palmas das mãos com um instrumento de madeira conhecido como palmatória.

Com essa análise, torna-se possível compreender o contexto que culminou, em 1910, na revolta que ficou conhecida na História como a Revolta da Chibata, nome derivado da obra homônima lançada em 1959 pelo jornalista cearense Edmar Morel. O ano de 1910 foi marcado por uma acirrada disputa nas eleições presidenciais entre Rui Barbosa e o marechal Hermes da

¹¹ O Manifesto dos Marinheiros, foi um documento enviado ao presidente Hermes da Fonseca em 1910 durante a Revolta da Chibata, onde estavam expressas as demandas e queixas dos marinheiros da Marinha de Guerra do Brasil. Este manifesto refletia a insatisfação generalizada com as condições de trabalho que os marinheiros enfrentavam, especialmente em relação aos castigos físicos, como a chibata, que eram utilizados como forma de disciplina.

Fonseca, representantes, respectivamente, das correntes civilista e militarista. Após uma campanha tumultuada, repleta de denúncias de fraudes e atos violentos, a ala militarista saiu vitoriosa, resultando na eleição de Hermes da Fonseca como o oitavo presidente da República.

Retornemos ao mar, pois é nesse cenário que se desenrolaria um episódio que desafia a lógica historiográfica. Quem poderia supor que aqueles relegados ao esquecimento também tinham o poder de se manifestar, fazendo suas vozes reverberarem de tal forma que os tímpanos das mais altas autoridades da República vibraram com intensidade? Na noite de 22 de novembro de 1910, o Clube da Tijuca sediava um baile em homenagem a Fonseca Hermes, irmão do presidente da República, com a presença de diversas personalidades políticas e sociais. A recente posse de Hermes da Fonseca ainda era motivo de celebração. No entanto, a atmosfera festiva foi abruptamente interrompida pela notícia de uma revolta na Marinha.

Os marinheiros nacionais, insatisfeitos com as condições de trabalho e os castigos físicos, iniciaram uma revolta, tomando alguns navios de guerra. A capital federal, Rio de Janeiro, sentiu os efeitos imediatos do conflito, com disparos de canhão atingindo áreas urbanas. A edição número 3416, de 24 de novembro de 1910, do jornal *Correio da Manhã* estampou em sua primeira página: “Durante o dia de ontem, os navios revoltosos fizeram diversos disparos sobre a cidade”. O periódico também publicou fotos das crianças Ernani e Ricardina, vítimas fatais dos disparos do encouraçado *Minas Gerais* contra o Morro do Castelo (*Correio da Manhã*, ano X – nº 2436, Rio de Janeiro, quinta-feira, 24 de novembro de 1910).

Imediatamente, Hermes da Fonseca retirou-se para o Palácio do Catete, para onde também foram convocados Belisário Távora, chefe da polícia do Distrito Federal, e o ministro da Marinha, Marques de Leão. Além deles, senadores, deputados e outras autoridades civis e militares também se dirigiram ao palácio. A reportagem do jornal *O Paiz* destacou: “Logo que se soube o que havia, começaram a chegar ao Palácio do Catete deputados, senadores, oficiais de terra e mar, autoridades civis e muitas outras pessoas” (*O Paiz*, edição nº 9545, Rio de Janeiro, quarta-feira, 23 de novembro de 1910).

Na mesma edição, o periódico, que anteriormente exaltava a chegada dos novos navios da esquadra, noticiava: “Ontem, à noite, às 11:00 horas, pouco mais ou menos, fomos surpreendidos com a notícia que nos fora dada de Nitheroy, de que o navio da esquadra nacional disparara um tiro de canhão contra aquela cidade, danificando um prédio” (Ibidem). Passado o primeiro impacto, o Palácio do Catete tornou-se o centro das operações destinadas a conter a revolta. O Exército foi colocado em estado de prontidão, e unidades foram mobilizadas para responder com fogos de artilharia aos ataques provenientes dos encouraçados. Surgiram diversas ideias para reprimir a insurreição, embora muitas fossem inconsistentes.

O desenrolar dos acontecimentos trouxe à tona as primeiras informações sobre a rebelião. Um comunicado direto do comando rebelde ao presidente, transmitido pelo ministro da Marinha, desmentiu as especulações iniciais. Ficou claro que a revolta era um movimento exclusivamente dos marinheiros, sem qualquer ligação com grupos políticos.

Não queremos volta da chibata. Isso pedimos presidente, ministro Marinha. Queremos resposta já e já. Caso não tenhamos, bombardearemos cidade e navios que não se revoltaram—guarnições “Minas”, “S. Paulo” e “Bahia” (O Paiz, edição número 9545 Rio de Janeiro quarta-feira 23 de novembro de 1910).

A classe política, especialmente por meio de figuras como Quintino Bocaiúva, procurou se distanciar da Revolta dos Marinheiros de 1910, afirmando que não houve interferência política no motim. Bocaiúva, líder do governo, apressou-se a declarar, no Congresso, que a insubordinação não tinha relação com ações políticas e que o Senado estava ao lado do governo. Para Martins (2010), essa tentativa de desassociar a revolta de qualquer motivação política foi reforçada por outros senadores, que expressaram indignação e repulsa pela insubordinação, enfatizando a necessidade de respeito às leis e à disciplina militar.

A principal reivindicação dos marinheiros, explicitada no início do comunicado, era a imediata abolição da prática de açoitar os marinheiros com a chibata. Essa punição corporal, aplicada nas costas dos infratores, era vista como uma humilhação inaceitável. Essa forma de punir, "que podia chegar a centenas de golpes de chibata diante da tripulação" (Almeida, 2013, p. 222), era herança da escravidão.

A escassez de pessoal a bordo dos encouraçados, aliada às altas demandas de trabalho, criava um ambiente propício à violação das regras disciplinares, o que implicava em severas punições. A dificuldade em cumprir as tarefas exigidas pelos superiores, muitas vezes decorrente da sobrecarga de trabalho, era utilizada como justificativa para sancionar os marinheiros, mesmo quando os erros eram resultado da falta de pessoal ou de condições de trabalho inadequadas

Os novos imensos vasos de guerra exigiam uma quantidade muito maior de marinheiros para as fainas e, como não havia pessoal disponível que voluntariamente se alistasse nas fileiras da armada, a tripulação que havia era sobrecarregada nas tarefas diárias. Segundo senador Rui Barbosa, o trabalho exigido aos marinheiros dos novos navios era de uma enormidade [...] tamanha entre os serviços que lhes impõe e as forças de que eles podem ter (Nascimento, 1997. p. 12).

Segundo o jornal *Correio da Manhã*, “A verdadeira causa da revolta é o excesso de trabalho e de castigos corporais, em vista de ter sido aumentada a esquadra, sem que houvesse o acréscimo de marinheiros” (Edição nº 3416 de 23 de novembro de 1910). Além dessa questão,

a composição dos marinheiros recrutados para as novas embarcações era bastante heterogênea, incluindo indivíduos com antecedentes criminais. Para Morel, “Nas levadas periódicas do pessoal admitido na Marinha figurava gente da pior espécie: ladrões, assassinos, portadores das mais diversas taras etc.; era o material humano que constituía parte da guarnição dos navios” (2021, p. 75).

Mal remunerados e desvalorizados profissionalmente, os marinheiros, pertencentes aos estratos mais baixos da população, sentiam-se cada vez mais marginalizados. A experiência em viagens internacionais, onde testemunharam as melhores condições de trabalho de marinheiros de outras nações, contribuiu para o amadurecimento de uma consciência crítica. Diante da falta de perspectivas de mudança, a revolta emergiu como a única via para serem ouvidos e conquistar direitos, como a abolição dos castigos físicos. Conforme descrito por Álvaro Pereira do Nascimento,

Durante os quatro anos da construção, vários oficiais e marinheiros foram destacados para a Inglaterra, a fim de acompanhar os trabalhos nos estaleiros de Newcastle e aprenderem os recursos de navegação e combate adequado aos novos vasos de guerra. Nesse período, os marinheiros brasileiros estabeleceram contatos com marinheiros de outras nações, e tantas vezes observaram a distância entre o serviço a bordo nos navios brasileiros e o serviço nos navios de outras esquadras. Segundo o chefe de gabinete do ministro da Marinha, o comandante H Pereira da Cunha, a partir do contato com a Marinha inglesa, adiantada de um século sobre o nosso pessoal, essa gente foi sofrendo a inevitável influência da comparação (Nascimento, 1997. p. 11).

A experiência dos marujos brasileiros na Revolta da Chibata ilustra de forma clara o processo de desenvolvimento da consciência de classe. Submetidos a condições de trabalho degradantes e à violência dos castigos físicos, os marinheiros, em sua maioria negros e pobres, passaram a perceber a identidade de seus interesses, opostos aos daqueles que detinham o comando. A revolta demonstra como a experiência compartilhada da exploração pode levar à construção de uma consciência coletiva e à organização de lutas por direitos. A oposição entre seus interesses e os dos superiores hierárquicos, somada à exploração e falta de reconhecimento profissional, forjou uma identidade coletiva que se opunha às condições a que eram submetidos.

O contato com ideias e movimentos sociais internacionais contribuiu para a construção, entre os marinheiros, de uma mentalidade de que era possível transformar a realidade opressora em que viviam. Essa conscientização os impulsionou a organizar reuniões secretas, nas quais amadureceram os planos para uma insurreição. A partir desses encontros, os marinheiros passaram a agir de forma mais coordenada e discreta, aguardando o momento oportuno para colocar seus planos em prática.

Em setembro de 1910, um grito de alerta ecoou a bordo do *scout Bahia*, quando retornava do Chile, anunciando a iminência da situação sair do controle e estourar uma revolta com consequências nefastas para a Marinha. Conforme Nascimento (1997), o Imediato¹² Alberto Durão encontrou uma carta que fora jogada por baixo da porta de sua cabine, assinada pelo pseudônimo “Mão Negra”¹³, na qual o remetente apelava para que cessassem os castigos físicos, em especial as chibatadas, pois somente naquela viagem, sete marinheiros já haviam sido açoitados.

[...] apareceu uma carta debaixo da porta do camarote do comandante, assinada por ‘Mão Negra’: ‘venho por meio destas linhas pedir para não maltratar a guarnição deste navio, que tanto se esforça para trazê-lo limpo. Aqui ninguém é salteador nem ladrão. Desejamos paz e amor. Ninguém é escravo de oficial e chega de chibata Cuidado!’ (Morel, 2021, p. 71).

A missiva evocava à memória a revolta dos marinheiros russos no Mar Negro, que, em 1905, a bordo do encouraçado *Potemkin*, se levantaram contra a péssima qualidade da alimentação servida, incluindo carne podre com larvas. Durante essa revolta, parte da oficialidade foi morta e os marinheiros tomaram o controle do navio. A rebelião dos marinheiros russos, motivada pelas péssimas condições de vida e pela alimentação contaminada, ressoou por todo o mundo naval, inspirando marinheiros de diversas nacionalidades a questionarem as condições a bordo de seus navios.

A menção à revolta dos marinheiros russos, motivada por condições análogas às vividas pelos marinheiros nacionais, deveria ter servido como um alerta sobre a possibilidade de algo semelhante viesse acontecer na Marinha brasileira. A cada linha, a carta ecoava o grito de milhares de marinheiros que viviam sob o jugo de uma hierarquia militar marcada pela desigualdade e pelo preconceito racial e social. Durão não foi capaz de ler nas entrelinhas, que a carta de “Mão Negra” era um claro sinal de que a chama da revolta também ardia no coração dos marinheiros brasileiros. Mas uma vez o clamor por justiça foi ignorado.

2.4 A REVOLTA E SEUS DESDOBRAMENTOS

A revolta estava inicialmente planejada para o dia 15 de novembro de 1910, coincidente com a posse do novo presidente, Marechal Hermes da Fonseca, mas foi adiada por razões ainda

¹² “Imediato” é o “Oficial executivo do navio”; é o substituto eventual do Comandante: seu substituto imediato. Fonte: <https://www.marinha.mil.br/tradicoes-navais/gente-de-bordo>. Acesso em 16 nov 2024

¹³ De acordo com o Nascimento (1997) Mão Negra era na verdade o marinheiro Francisco Dias Martins. Um raro caso de marinheiro com bom nível de escolaridade.

não completamente esclarecidas. A decisão de iniciar o movimento pode ter sido influenciada pelo castigo exemplar de duzentas chibatadas aplicado ao marinheiro Marcelino, na semana que antecedeu a revolta. A situação havia atingido um ponto crítico, se havia alguma hesitação para iniciar a insurreição, aquela punição eliminou, e funcionou como um catalisador para a ação. Marcelino fora punido por ter atacado e ferido a navalhadas outro marinheiro que lhe denunciara por ter trazido bebida alcóolica a bordo.

Na noite de 22 de novembro de 1910, enquanto o comandante do encouraçado *Minas Gerais*, João Batista das Neves encontrava-se a bordo de um navio da marinha francesa, fundeado na baía da Guanabara, participando de um jantar, os marinheiros de seu navio preparavam-se para desencadear a revolta.

Ao retornar, o comandante, após conversar brevemente com alguns oficiais, dirigiu-se para seus aposentos, em seguida ouviu uma gritaria e ao voltar para o convés para verificar do que se tratava se deparou com sua guarnição amotinada, que, com gritos de "Viva a liberdade!" e "Abaixo a chibata!", havia tomado o controle do navio. A insurreição começara. O surpreso comandante e seus oficiais tentaram resistir, mas foram rapidamente superados pela fúria dos amotinados, que estavam determinados a dar um basta no estado de humilhação que enfrentavam. Em pouco tempo, Batista das Neves e seus oficiais tombaram mortos.

[...] um grupo de marinheiros embuçados correu para a popa, aos gritos de “Abaixo a chibata!”, “Liberdade!”, e atacou o oficial de serviço, cravando-lhe no peito uma baioneta. O comandante, ouvindo os gritos, subiu para o convés, mas foi agredido com objetos lançados e, depois, abatido a tiros. De três oficiais que apareceram, dois foram atingidos pelos tiros e o terceiro lançou-se ao mar (Martins, 2010, p. 54).

A insurreição espalhou-se, concomitantemente, para outras embarcações da esquadra, como o *São Paulo*, o *Deodoro* e o *Bahia*, demonstrando planejamento e capacidade de ação coordenada. A notícia da revolta rapidamente se espalhou, enquanto a cidade do Rio de Janeiro “apavorada, se quedou paralisada”¹⁴.

O pânico ficava por conta do aspecto dos grandes encouraçados, o *São Paulo* e o *Minas Gerais*, recém-incorporados à esquadra como parte do programa de renovação naval iniciado em 1906. Os dois tinham sido construídos na Inglaterra de acordo com o modelo do Dreadnought. eram os mais poderosos e modernos navios de guerra do mundo. Juntos, exibiam em suas torres giratórias um total de 84 canhões, entre os quais 24 com assustadoras bocas de 305 mm. Aqueles que tiveram a oportunidade de assistir ao filme *Encouraçado Potemkin* devem guardar na memória os closes desses canhões impressionantes. Aos imponentes encouraçados juntavam-se o também moderno scout *Bahia*, com 16 canhões e dois tubos lança-torpedos, e o velho mas ainda respeitável encouraçado *Deodoro* (Carvalho, 2021, p. 15).

¹⁴ Pequeno trecho extraído da letra da música *Geni e o Zepelim* de Chico Buarque. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/chico-buarque/geni-e-o-zepelim.html>. Acesso em 19 nov 2024.

O desespero não era para menos, os potentes canhões do *Minas Gerais* abriram fogo contra a cidade causando pânico entre a população. Com essa ação, os revoltosos deixavam claro que estavam dispostos a tudo para alcançar seus objetivos. A ameaça de um bombardeio constante visava pressionar o governo a atender às suas reivindicações e a negociar uma solução para a crise. A situação rapidamente se tornou crítica, com os amotinados enviando um radiograma ao governo exigindo o fim das punições e a anistia, ameaçando bombardear a cidade caso suas demandas não fossem atendidas.

Diante da gravidade da situação, o governo do presidente Hermes da Fonseca, começou a buscar uma solução. O senador Pinheiro Machado, que tinha influência sobre o presidente, escalou José Carlos de Carvalho, ex-militar da Marinha e deputado para avaliar a situação e mediar as negociações. Carvalho, que tinha experiência militar, foi fundamental para entender as demandas dos marinheiros e a dinâmica do motim.

O senador Pinheiro Machado fora o responsável pela vitória de Hermes da Fonseca para a presidência da República, [...] não se limitou a discursar. Queria ver como o movimento poderia prejudicar a política do presidente, e como isto seria evitado. Na manhã seguinte à eclosão do motim, mandou um deputado de seu partido, José Carlos de Carvalho, verificar o que havia. Carlos de Carvalho havia sido oficial da ativa, e, tendo deixado o serviço, fora graduado Capitão-de-Mar-e-Guerra Honorário, por ações na Proclamação da República e na Revolta da Armada. Tinha bom conhecimento do que se passava (Martins, 2010, p. 57).

A escolha do deputado José Carlos de Carvalho como mediador das negociações não foi por acaso, pois ele trazia uma perspectiva interna sobre as questões que afligiam os marinheiros. Sua experiência militar poderia facilitar um diálogo mais produtivo entre as partes, sendo assim, o parlamentar era o homem certo para a missão de intermediar tanto as demandas dos revoltosos quanto as preocupações do governo. Destarte, por meio de sua intervenção, o conteúdo das reivindicações dos marinheiros foi formalmente apresentado ao governo e ao parlamento brasileiro, permitindo que as autoridades tomassem conhecimento das exigências e da gravidade da situação. Segundo Martins

Carlos de Carvalho conseguiu uma lancha no Arsenal de Marinha, e rumou para o *São Paulo*. Cruzou com uma lancha que trazia mais vítimas e o Memorial mandado pelos marinheiros ao presidente da República, do qual ele se apossou. A única exigência concreta deste Memorial, podendo ser atendida de imediato, era o fim da chibata. As outras referiam-se a medidas de médio e longo prazo, destinadas à correção de todos os erros que afetavam a Marinha de então (Martins, 2010, p. 58).

Figura 5. Cópia do Memorial dos Marinheiros Nacionais Revoltados

Rio de Janeiro 22 de Novembro
de 1910

M^{tes} Ex.^{as} Sr.
Presidente da República Bra-
zileira.

Cumprer-nos, comunicar a
V. Ex.^a como chefe da Nação
Brazileira:

Nós Marinheiros, cidadãos brazi-
leiros e republicanos, não podendo
mais suportar a escravidão na
Marinha Brazileira, a falta
de protecção que a patria nos
dá, e até então não nos chegou;
rombemos o negro véo, que nos
cobria aos olhos do patriotismo e en-
ganado popo.

Atchando-se todos os navios em
nosso poder, tendo ao seu bordo
presoneiros todos os officiaes os
quaes tem sido os culpadores da
Marinha Brazileira não ser
apandiosa, porque durante vinte
annos de Republica ainda não foi
bastante para tratamos como ci-
dadãos lardados em desespe da
patria, mandamos esta honrada
mensagem para que V. Ex.^a
faça nós Marinheiros Brazi-

Fonte: Documento fornecido pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).

Figura 6. Continuação da Cópia do Memorial dos Marinheiros Nacionais Revoltados

leiros possuímos os direitos sagra-
 dos que as leis da Republica nos
 facultta, acabando com as desor-
 dens, e nos dando outros qozos que
 venham engradecer a Marinha
 Brasileira, bem assim como: reti-
 rar os officiaes incompetentes e indi-
 gosos de servirem a Nação Bra-
 zileira, reformar oCodigo moral
 e vergonhoso, que nos regem, affim
 de que desapareca a chibata e vol-
 to e outros castigos similhantes, au-
 gmentar o nosso soldo pelos ultimos
 planos do M^{te} Senador, José Carlos
 de Carvalho, educar os Marinheiros
 que não teem competencia para
 vestirem a orgulhosa farda, man-
 dar por em vigor a tabella de servi-
 co diario, que a acompanha.
 Tem V. Ex^{ta} o prazo de doze (12)
 horas para mandar-nos a respos-
 ta satisfactoria, sob pena de ver a
 patria amiquilada.

Bordo do Encouraçado "S. Pau-
 lo" em 22 de Novembro de 1940.

Nota — não poderam ser interrom-
 pida a ida e volta do men-
 sageiro.

Marinheiros.

O memorial enviado, pelos marinheiros revoltosos, ao presidente Hermes da Fonseca é um documento de extrema importância para a compreensão desse fato histórico e suas repercussões. A análise desse memorial nos permite adentrar nos meandros dos preconceitos sociais e raciais que existiam na marinha brasileira, o que leva a uma reflexão sobre os aspectos políticos e sociais da revolta, além de contribuir para a compreensão do impacto da Revolta da Chibata na sociedade brasileira contemporânea. O documento contém uma série de reivindicações que revelam não apenas a situação específica das praças da Marinha Brasileira em 1910, mas também um espectro mais amplo de luta por cidadania e direitos sociais negados a muitos brasileiros daquela época.

Ao se autodenominarem cidadãos brasileiros, os marinheiros pretendiam lembrar ao presidente, que pertenciam à República e nessas condições, exigem tratamento de cidadãos, o que implica mudanças nas práticas em voga na Marinha que remetem ao tempo da escravidão, quando os escravizados eram impiedosamente açoitados, tal como os marinheiros eram 22 anos após a abolição. Essa afirmação é fundamental, pois eles reivindicavam serem reconhecidos como portadores de direitos previstos aos cidadãos, algo que deveria ser garantido pela República. A luta pela cidadania é um tema que reflete a busca por dignidade e respeito, não apenas no contexto militar, mas também em relação a todos os excluídos da sociedade. Almeida (2020, p.84) destaca que, “Exceto pelas exigências relativas à abolição do castigo corporal e a demissão de oficiais incompetentes, as outras reivindicações se juntam àquelas do meio operário, principalmente os trabalhadores marítimos”.

No âmbito das lutas trabalhistas que permeavam a sociedade do início do século XX, Almeida (2020) citam uma associação criada pelos marinheiros da Marinha Mercante em 1905, a “Associação de resistência de marinheiros e remadores” que apresentava demandas semelhantes às reivindicações dos marinheiros militares. Conforme destaca Almeida (2020, p.83), “É notadamente o caso da associação dos marinheiros da marinha mercante que, de acordo com seu registro de criação, buscava conseguir a redução das horas de trabalho e o aumento dos salários, instruir os colegas pela organização de uma biblioteca”.

No manifesto, os insurgentes exigiam a remoção dos oficiais, por considerá-los incompetentes e indignos. Essa exigência refletia a insatisfação com a gestão e a liderança de seus superiores, que demonstravam descaso pelas necessidades de seus subordinados. A demanda por um comando mais humano e compreensivo, capaz de atender às necessidades das praças, ecoava pelos conveses e porões das belonaves da Armada.

A menção à chibata e outros castigos físicos é uma denúncia clara dos abusos que os marujos enfrentavam. Aqui reside o tema central e elemento detonante da revolta. As torturas

atingiram um ponto crítico, intolerável, em uma época que a escravidão já havia sido extinta os marinheiros ainda eram tratados como escravos, debaixo de açoites humilhantes. A luta contra a violência e a opressão no local de trabalho é antiga e remonta às primeiras lutas operárias, quando os proletários eram espancados ou mortos pela polícia por buscarem direitos como redução da jornada de trabalho, aumento salarial e descanso remunerado. Nesse contexto, Almeida (2020, p.86) elucida que “Os marinheiros estavam dispostos a lutar por todos os meios por essa “liberdade”, tanto mais pois a memória da escravidão estava ainda muito presente na sociedade brasileira, assim como suas antigas práticas”.

Os marinheiros pediram um aumento salarial, referindo-se ao plano proposto pelo deputado José Carlos de Carvalho. Essa reivindicação reflete a precariedade econômica que enfrentavam, sendo semelhante às demandas de outras categorias de trabalhadores. A busca por uma remuneração adequada é um dos pilares das lutas trabalhistas, nas quais os operários buscam não apenas a subsistência, mas também a dignidade. Ao fazer essa reivindicação, os marinheiros se inseriam em questões mais amplas da sociedade. Por meio dessa ação, discutiam não apenas salários e condições de trabalho, mas também questões relativas à sociedade em geral.

A demanda por "educar os marinheiros que não têm competência para vestir a farda" demonstra a preocupação dos marinheiros com o comportamento de certos colegas, que eram vistos como inadequados para o serviço militar, seja por falta de formação militar, indisciplina ou comportamento considerado inaceitável. Isso não reflete, necessariamente, uma preocupação com o desenvolvimento intelectual e a qualificação profissional, mas sim a busca por um ambiente de trabalho mais saudável, onde houvesse maior harmonia entre os integrantes da tripulação.

O documento termina com um ultimato ao presidente, exigindo uma resposta em 12 horas sob pena de "ver a pátria aniquilada". Essa mobilização demonstra a urgência e a gravidade da situação enfrentada pelos marinheiros, refletindo uma estratégia comum nas lutas trabalhistas, onde a organização e a pressão são usadas para exigir mudanças.

A mobilização coletiva é uma ferramenta poderosa na luta por direitos, tanto no contexto militar quanto no civil. O "Memorial dos Marinheiros" é um documento que encapsula a luta por cidadania e direitos dentro da Marinha Brasileira, ao mesmo tempo que se alinha com as lutas mais amplas dos trabalhadores civis. As reivindicações por dignidade, respeito, condições de trabalho justas e reconhecimento como cidadãos são temas universais que ressoam em diversas esferas da sociedade.

A revolta gerou convulsão no meio político. Os debates no parlamento brasileiro foram intensos e se concentraram, desde o início, em torno de dois proeminentes senadores da época: Pinheiro Machado e Rui Barbosa, que, diante dos acontecimentos, assumiram posições divergentes, cujas perspectivas ecoavam a polarização política daquele período. Autores como Santos (2005) e Nascimento (2010) oferecem uma análise contextual e interpretativa dos eventos e dos discursos políticos, fornecendo uma lente teórica e crítica que ajuda a compreender o embate entre os senadores.

Segundo Nascimento (2010), o senador Pinheiro Machado, um dos principais apoiadores do governo de Hermes da Fonseca, defendia uma postura firme contra os revoltosos. Ele acreditava que a autoridade do governo e a disciplina militar deveriam ser mantidas a todo custo. Em seus discursos, Pinheiro Machado argumentava que o governo só deveria considerar as reivindicações dos marinheiros após a rendição e entrega das armas. Para ele, ceder às exigências dos revoltosos poderia abrir um precedente perigoso, encorajando outras insurreições e desafiando a ordem estabelecida.

Pinheiro Machado enfatizava a necessidade de restaurar a ordem e a segurança, considerando a revolta uma ameaça não apenas à Marinha, mas à própria estabilidade do governo. Ele via a revolta como um ato de indisciplina que não poderia ser tolerado, e sua posição refletia uma visão conservadora que priorizava a manutenção da hierarquia e da autoridade.

Por outro lado, o senador Rui Barbosa, um dos principais opositores do governo, adotou uma postura mais conciliatória e defensiva em relação aos marinheiros. Rui Barbosa apesar de tecer críticas quanto ao modo de protesto dos marinheiros, argumentava que as reivindicações eram legítimas e que o governo deveria ouvir suas queixas. Ele via a revolta como um sintoma de problemas mais profundos dentro da Marinha e da sociedade brasileira, como a opressão e a discriminação racial. Conforme Santos (2005), Barbosa defendia que não se deveria condenar apenas os meios utilizados pelos rebeldes, mas também analisar a culpa da própria sociedade brasileira, inclusive dos políticos, no episódio da Revolta dos Marinheiros.

O senador Baiano defendia que o governo precisava reconhecer as injustiças enfrentadas pelos marinheiros e buscar uma solução pacífica para a crise. Ele acreditava que a repressão e a violência não eram a resposta adequada e que o diálogo era essencial para resolver as tensões.

Em um discurso proferido em 24 de novembro de 1910, o senador Rui Barbosa apresentou um projeto de anistia de autoria do senador Severino Vieira, com o objetivo de conceder anistia aos insurretos, desde que estes se submetessem às autoridades constituídas. O projeto, minuciosamente elaborado, contemplava os seguintes dispositivos legais:

Art. 1º Concede-se anistia aos insurretos de posse dos navios da Armada Nacional, caso se submetam às autoridades constituídas dentro do prazo estabelecido pelo Governo.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário (Brasil, 1910)

Esse projeto reflete a tentativa de resolução “pacífica” do conflito, conciliando a restauração da ordem com a concessão de perdão aos revoltosos, desde que obedecessem às condições estipuladas pela autoridade governamental.

Nesta tarefa a norma/lei adquire um papel importante e é justamente por isso que Rui Barbosa defendeu o projeto de anistia para os marinheiros como forma de abortar a revolta e fazer verificar que os marinheiros realmente sofriam maus tratos. O fim dos maus tratos representaria, então, um progresso, ou seja, a transformação de uma realidade considerada má (Santos, 2005, p. 175).

Figura 7. Charge do presidente Hermes da Fonseca no momento da assinatura da anistia, encorajado pela política e pela burguesia, e no segundo plano, o Zé povo consola a pátria decepcionada.



Fonte: O Malho, edição 0429 de 3 dez 1910

A anistia concedida aos marinheiros representou uma vitória parcial e frágil, além de não significou o fim das hostilidades. Em represália, o governo e a Marinha promulgaram o Decreto nº 8400, um instrumento legal que autorizava excluir, a bem da disciplina, dos quadros

da Marinha, os indivíduos considerados nocivos à disciplina. Essa medida, claramente retaliatória, visava punir aqueles que haviam participado da revolta e intimidar outros potenciais candidatos a ações semelhantes; demonstrando a fragilidade da conciliação e a persistência das tensões institucionais. Na prática eram uma forma de vingança contra os insurgentes. Conforme pontuado por José Miguel Arias Neto,

As autoridades aparentemente não realizaram investigações para apurar as razões do movimento, suas origens e organização. Por outro lado, como parte das medidas repressivas tomadas pelo governo posteriormente à revolta, o decreto 8.400 de 28 de novembro, que autorizava “a baixa, por exclusão do Corpo de Marinheiros Nacionais, [daqueles] cuja permanência no serviço for inconveniente à disciplina”, permitiu às autoridades da Marinha a exclusão de, aproximadamente, mil e duzentos marinheiros, até abril de 1911, fornecendo aos mesmos passagem para seus estados de origem (Neto, 2001, p. 137-138).

De acordo com Almeida (2020, p.78) “Quase mil marinheiros são excluídos da Marinha no início do mês de dezembro”. A deportação de militares para a Amazônia também foi utilizada como represália contra os que não se enquadravam nos padrões de disciplina exigidos pelo comando. Um caso emblemático, e dramático, foi o episódio do navio satélite que transportava centenas de pessoas banidas para o Acre, entre soldados do exército, marinheiros, prostitutas e outros elementos considerados marginais. Álvaro Nascimento informa que,

Na noite de Natal, o paquete *Satélite* transformou-se num tipo de navio negreiro: mais de cem marinheiros, e mais aproximadamente cento e cinquenta detentos e detentas da Casa de Detenção, foram postos no navio em direção ao Acre para serem oferecidos e oferecidas como mão de obra nos seringais e na construção da Ferrovia Madeira-Mamoré. Alguns marinheiros foram fuzilados a bordo por suspeita de tramarem um levante a bordo (Nascimento, 2010, p. 26).

A cobertura da imprensa também desempenhou um papel importante, amplificando as vozes de ambos os lados e moldando a percepção pública sobre a revolta e suas implicações. Tania Ferreira (2010) demonstrou que a imprensa do Rio de Janeiro desempenhou um papel decisivo na construção da opinião pública acerca do movimento. Compreendendo uma variedade de abordagens e opiniões para retratar os eventos e suas implicações.

A imprensa da cidade vai contribuir de maneira significativa na divulgação, análises e denúncias, com fotos, caricaturas e artigos de opinião sobre os acontecimentos mais variados e surpreendentes que se produziam. A Revolta da Chibata terá uma das mais significativas participações da imprensa que a tornarão visível aos olhos de todo o Brasil e fonte documental importante para os historiadores (Ferreira, 2010, p. 14).

Jornais e revistas como *O Correio da Manhã*, *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *O Malho* e *Careta*, em suas reportagens, mantinham o público informado das manobras realizadas pelos

marinheiros e dos atos das autoridades, garantindo que a população em geral estivesse ciente do que estava acontecendo. A cobertura intensa ajudou a transformar a revolta em um tema de discussão nas rodas sociais e políticas do Rio de Janeiro e do Brasil.

A Revolta dos marinheiros, terminou em 26 de novembro, com a concessão de anistia aos marinheiros envolvidos e a abolição do uso da chibata como forma de punição na Marinha brasileira. Mas o grande mérito desta revolta, para além dessas conquistas imediatas, foi expor as condições de vida e trabalho a qual os marinheiros eram submetidos. Essa visibilidade foi fundamental para trazer à tona as vozes dos silenciados e dos excluídos da sociedade brasileira.

O movimento dos marujos pode ser visto como um símbolo de enfretamento, pois desafiou a narrativa dominante e destacou as injustiças sociais e raciais que permeavam a sociedade da época. Ao se organizarem e se manifestarem, os marinheiros não apenas reivindicaram seus direitos, mas também contribuíram de maneira significativa para um diálogo mais amplo sobre cidadania, dignidade e inclusão social. Essa ação coletiva ajudou a romper o silêncio em torno das lutas dos marginalizados, colocando suas experiências e reivindicações no centro da discussão pública.

Portanto, mesmo que as mudanças institucionais não tenham sido tão profundas ou duradouras, a insurreição representou um momento importante de resistência e conscientização, que ecoou nas lutas sociais subsequentes e continua a ser relevante na luta por direitos e reconhecimento das vozes historicamente silenciadas. Essa dimensão da revolta é, sem dúvida, uma grande conquista na luta por justiça social e igualdade.

2.5 JOÃO CÂNDIDO, O LÍDER

A origem de João Cândido o coloca em um contexto histórico e social marcado pela discriminação racial. A condição de seus pais como escravizados libertos sugere que ele cresceu em um ambiente onde as questões de raça e classe eram muito relevantes. Segundo Martins (2010), o marinheiro João Cândido

[...] nasceu em 1880 no município de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, onde seus pais seriam escravos já libertos. Era um negro alto, encorpado, introvertido, de poucas palavras e poucos gestos. Com 15 anos, entrou para a Escola de Aprendizagem. Serviu em diversos navios mistos e a vapor, sem exercer função que o salientasse (Martins, 2010, p. 56).

Era de se esperar que a figura do marinheiro João Cândido fosse controversa e, como já mencionado, ainda capaz de suscitar debates acirrados. Em determinados ambientes, a simples

menção de seu nome e de seus feitos em 1910 pode ser, no mínimo, inconveniente. Mas uma coisa é inegável, se o simples pronunciar do nome desse marinheiro causa desconforto em certas esferas, significa que algo incomodou a “harmonia social”, alguma coisa escapou do trilho da História.

Um homem negro, nascido na vigência da escravidão, em condições socioeconômicas extremamente desfavoráveis, sem expectativa de ascensão social, como tantos outros em sua situação, ser manchete nos principais veículos de comunicação da capital do país é, no mínimo anômalo. Silvia Almeida lembra que,

O marinheiro negro João Cândido continua sendo a figura mais lembrada desse movimento, ao passo que sua história de vida revela diferentes combates memoriais, os quais envolvem a adesão de políticos e de diferentes correntes dos movimentos sociais e negros, mas também controvérsias, principalmente no que se refere à sua instituição de origem, a Marinha do Brasil (Almeida, 2010, p. 62).

A presença de João Cândido nos noticiários desafia os paradigmas historiográficos tradicionais, nos quais a voz e as ações de indivíduos negros, são sistematicamente silenciadas ou relegadas a um papel secundário. A figura de um negro como protagonista de uma revolta que mobilizou tanto a sociedade civil quanto a militar em uma república marcada por profundas desigualdades sociais e raciais é um fato que subverte a ordem estabelecida e nos convida a refletir sobre as formas de narrativas históricas que aprendemos e ensinamos nas estruturas de ensino do nosso país.

A construção da imagem de João Cândido sofre a influência do posicionamento político de quem a constrói, e isso não chega a ser uma novidade para aqueles que fazem da historiografia seu campo de trabalho. Historiadores posicionados à esquerda do espectro político tendem a valorizar a figura do marinheiro como um ícone da luta por justiça social, já os alinhados mais à direita, buscam reduzir sua importância, enquanto líder da revolta, chegando mesmo a negar a autenticidade de sua liderança durante a Revolta da Chibata.

O artigo "A criação de um mito¹⁵", escrito pelo vice-almirante Hélio Leoncio Martins, explora como e por que se formam mitos na História, utilizando o exemplo de João Cândido, um marinheiro brasileiro que se tornou um herói ao liderar a Revolta de 1910, resultando na abolição do uso da chibata na Marinha. O artigo discute a evolução desse mito e a importância de compreender o contexto histórico em que ele se insere.

¹⁵ O artigo de Hélio Leoncio Martins foi publicado na revista *Antíteses*, v. 3, n. esp. p. 52 - 63, dez. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em 20 fev 2024.

Não raro a veracidade histórica, as personalidades, os acontecimentos, as circunstâncias são substituídos por mitos de interesse patriótico, religioso, social ou ideológico, os quais, aceitos, tornam-se indestrutíveis, incólumes contra qualquer tentativa de se procurar a realidade. Na atualidade está se criando, se já não está criado, o mito de um marinheiro humilde, João Cândido, que, em 1910, à frente dos navios mais poderosos na época, enfrentou o governo e a instituição a que pertencia, obrigando-os a abolir os desumanos castigos físicos que infringiam (Martins, 2010, p. 52-53).

No artigo, Martins (2010) reconhece e lamenta a perseguição imposta pela Marinha a João Cândido, o que em sua visão só serviu para guindar o marinheiro e a revolta aos holofotes da fama. Todavia, apresenta uma série de argumentos que questionam a liderança de Cândido, sempre procurando provar que sua participação não tem o relevo que parte da imprensa e alguns historiadores lhe atribuiu. O Vice-almirante destaca que João Cândido não exibiu qualidades de líder durante a revolta. Sua presença foi descrita como modesta e inexpressiva, e ele não teve um papel ativo na tomada de decisões ou no planejamento da revolta. O autor sugere que, se a revolta tivesse tomado outro rumo que não o da anistia, Cândido não teria a capacidade de liderar ou tomar decisões eficazes.

São lamentáveis os sofrimentos, os castigos e a injustiça sofridos por João Cândido. Mas nem isso, nem os adjetivos surpreendentes com que a imprensa o definiu, de herói, bravo, audacioso, excepcional, manobrista excelente, dão-lhe estatura para se tornar um mito nacional. Ou lhe atribuir conhecimentos e capacidade de comando. Nada disto suplanta a realidade. Sua carreira na Marinha, anterior ao motim, foi amorfa. Com 15 anos de serviço, nunca passou de marinheiro. Sua presença no planejamento do motim não é conhecida. Como chefe nominal da rebelião foi figura passiva. Nem memoriais nem ordens aparecem como tendo sido escritos por ele. Sua atitude rebelde foi inexpressiva, apenas aguardando os apressados trâmites burocráticos do projeto da anistia que a transformariam em lei (Martins 2010, p. 62)

Martins (2010) critica a forma como a figura de João Cândido foi mitificado pela imprensa e pela memória coletiva, argumentando que essa construção não se baseia em uma análise histórica precisa. Ele sugere que a glorificação de Cândido como um herói da resistência é uma distorção da realidade, que não reflete sua verdadeira participação na revolta.

João Cândido teve seu momento de glória. O abandono a que fora relegada sua memória foi substituído pela entronização, como o defensor dos humildes, o Almirante Negro invencível no passado do capitânea da esquadra rebelde. Mas, ante o que se passou na verdade, torna-se um mito sem embasamento histórico (Martins 2010, p. 63).

A perspectiva do vice-almirante, aponta que, apesar da importância histórica de João Cândido, sua falta de ação decisiva, prestígio, documentação de comando e a forma como sua figura foi idealizada não sustentam a ideia de que ele foi um líder efetivo na Revolta da Chibata.

Sugerindo que a narrativa em torno de sua figura representa mais uma construção ideológica do que uma representação fiel de sua atuação na revolta dos marinheiros de 1910.

O artigo escrito por Sílvia Almeida *Do marinheiro João Cândido ao Almirante Negro: conflitos memoriais na construção do herói de uma revolta centenária* (2011) se contrapõe a Martins, ao discutir a construção de memória da Revolta da Chibata e do marinheiro João Cândido. Para Almeida, o livro "A Revolta dos Marinheiros, 1910", escrito pelo vice-almirante, revela uma tentativa de reinterpretação e reavaliação da Revolta da Chibata sob uma perspectiva oficial da Marinha.

O livro do almirante, publicado em 1988, surge em um contexto de redemocratização no Brasil, onde questões de memória e identidade nacional estavam em pauta. A obra é vista como uma resposta à crescente valorização da figura de João Cândido e à narrativa que o coloca como um herói da resistência.

A autora destaca que Martins busca adotar uma posição neutra em relação ao movimento, mas, ao mesmo tempo, refuta o reconhecimento de João Cândido como o líder maior da revolta. Essa postura reflete uma tentativa de preservar a honra da Marinha e de minimizar a importância da revolta como um ato de resistência popular.

Martins (2010) argumenta que a revolta não pode ser considerada um ato de bravura ou de caráter humanitário, enfatizando a ilegalidade do movimento e a quebra da hierarquia militar. Essa abordagem revela as tensões entre a memória coletiva dos marinheiros e a narrativa institucional, evidenciando como a história é moldada por interesses e perspectivas diversas. A obra do vice-almirante é interpretada como uma tentativa de reafirmar a narrativa oficial da Marinha, ao mesmo tempo em que revela as contradições e os conflitos memoriais que permeiam a história da revolta e a construção da identidade nacional no Brasil.

Almeida (2011) refere que, logo após a revolta, houve uma série de manifestações culturais que buscavam rememorar os acontecimentos da Revolta da Chibata. Esses eventos refletem uma necessidade social de discutir e lembrar a luta dos marinheiros, apesar do mal-estar que isso poderia causar na sociedade da época.

Artistas negros, como Eduardo das Neves e Benjamin de Oliveira, desempenharam um papel importante na preservação da memória da Revolta da Chibata através de suas manifestações culturais. Conforme destaca Almeida (2011, p. 64) "O palhaço e compositor negro Eduardo das Neves (1874-1919), conhecido também como Dudu das Neves e Diamante Negro, compôs a cançoneta Os reclamantes, sobre a revolta dos marinheiros". Eduardo das Neves compôs a cançoneta logo após a revolta, entre o final de novembro e o início de dezembro de 1910. A canção retratava, com humor, o desespero dos moradores do Rio de Janeiro que

temiam os possíveis bombardeios durante a revolta. Deste modo, “O compositor exalta João Cândido, “marinheiro de opinião”, contribuindo, assim como outros órgãos de imprensa que desde logo o chamaram de “almirante”, para a sua transformação de anônimo em personagem famoso” (Almeida, 2011, p. 64).

Benjamin de Oliveira é outro artista negro citado é mencionado como um palhaço negro que também se destacou na cena cultural da época. Artistas como ele frequentemente utilizavam o teatro e a comédia para abordar questões sociais e políticas, incluindo a luta contra a opressão e a discriminação racial. Através de suas performances, esses artistas ajudaram a manter viva a memória da Revolta da Chibata e a importância da resistência negra na sociedade brasileira.

Ao incorporarem a Revolta da Chibata em suas obras, eles não apenas celebraram a luta dos marinheiros, mas também desafiaram o silêncio e o esquecimento impostos por contextos sociais e políticos adversos, contribuindo para a construção de uma memória coletiva que reconhece a importância desse fato histórico. Essas contribuições artísticas não apenas documentaram o evento, mas também trouxe à tona a experiência da comunidade negra e a luta dos marinheiros, contribuindo para que a revolta não caísse no esquecimento.

A reação do chefe de Polícia do Distrito Federal, Belizário Távora, às manifestações culturais que abordavam a Revolta da Chibata foi de repressão. Ele se opôs a essas expressões artísticas, considerando-as uma ameaça à ordem pública. Távora chegou a proibir a exibição de um filme que tratava da vida de João Cândido, demonstrando uma clara intenção de silenciar as vozes que buscavam lembrar e celebrar a luta dos marinheiros. Essa atitude reflete o contexto de autoritarismo e censura que permeava a sociedade brasileira na época, especialmente em relação a temas que envolviam a luta por direitos e a resistência da população negra. Almeida destaca que a figura de João Cândido também encerra contradições como a sua simpatia e adesão ao movimento fascista brasileiro conhecido como integralismo:

O fato de ter participado de uma revolta popular que se tornou um legítimo ícone para intelectuais e políticos de esquerda não significa, no entanto, que João Cândido fosse assumidamente um homem de esquerda. Ao contrário, devemos considerá-lo em seu contexto e em sua complexidade como agente histórico (Almeida, 2011, p. 67).

Morel (2021) corrobora ao pontuar que,

João Cândido assumia no período uma orientação política bastante oposta: era simpatizante da Ação Integralista Brasileira, movimento de tendência fascista fundado em 1932, cujas palavras de ordem eram “Deus, Pátria e família”. João Cândido contava que havia sido abordado pessoalmente pelo líder Plínio Salgado, e que havia aderido à organização junto a vários companheiros marinheiros e oficiais da Marinha (Morel, 2021, p.225-226).

No artigo, a autora Silvia Capanema P. de Almeida argumenta que João Cândido, conhecido como o "Almirante Negro", deve ser considerado um herói brasileiro devido ao seu papel central na Revolta dos marinheiros nacionais ocorreu em 1910, onde a maruja, composta em sua maioria negros e mestiços, se rebelaram contra a brutalidade e a opressão da Marinha brasileira. A autora assevera que,

Como os marinheiros eram, na maioria, negros, pardos e mestiços, e sua reivindicação primeira era a abolição da chibata – símbolo das punições a que os escravos se submetiam –, homenagear João Cândido e lembrar a revolta da chibata é algo que permite ao mesmo tempo denunciar e reescrever a história da escravidão e suas heranças durante o período pós-abolicionista. Assim, os diferentes lugares de memória [...] dedicados a João Cândido (navios, estátuas, leis) servem para transmitir essa mensagem e para construir heróis para as novas gerações; identificações positivas para outras 'vítimas' e seus herdeiros dos dias atuais (Almeida, 2011, p. 80).

A Revolta da Chibata, ocorrida em 1910, simbolizou a luta contra a opressão e a exclusão social que permeou a sociedade brasileira durante a primeira República, especialmente no contexto do pós-abolição. Liderada por João Cândido Felisberto, o "Almirante Negro", essa revolta não apenas atropelou o canal de comando da hierarquia militar, mas também se tornou um grito de resistência de marinheiros, em sua maioria negros e pardos, de classes sociais marginalizadas, que buscavam dignidade e direitos em uma sociedade com acentuados níveis de desigualdades raciais e sociais.

A Revolta dos marinheiros foi uma resposta direta à exclusão social que caracterizava a vida dos ex-escravizados e seus descendentes, que, apesar da abolição da escravidão em 1888, continuaram a enfrentar discriminação, marginalização e a falta de oportunidades. Os marinheiros que participaram da revolta eram, em grande parte, descendentes de escravizados, e suas reivindicações, que incluíam a abolição da chibata, refletiam uma luta mais ampla por cidadania e reconhecimento em uma República que, na prática, excluía a maioria da população.

Atualmente, o Projeto de Lei do Senado nº 340/2018, busca inscrever o nome de João Cândido no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Esta proposta, que tramita na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, é um passo expressivo para o reconhecimento formal da importância de João Cândido e da Revolta da Chibata na construção da identidade nacional. A aprovação deste projeto não apenas homenagearia um líder que se destacou na luta por direitos e dignidade, mas também serviria como um ato de reparação histórica, trazendo à luz as lutas dos marinheiros negros e reafirmando a necessidade de inclusão das vozes marginalizadas na narrativa oficial do Brasil.

A Revolta da Chibata e a figura de João Cândido não apenas desafiam as narrativas históricas tradicionais, mas também ressaltam a urgência de um reconhecimento mais amplo das lutas por justiça social e igualdade que marcaram a primeira República. O Projeto de Lei nº 340/2018 representa uma oportunidade valiosa para honrar essa luta e garantir que a história de resistência e busca por dignidade não seja esquecida, mas celebrada como parte fundamental da memória coletiva do Brasil.

A inclusão de João Cândido no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria não é apenas uma homenagem a um líder, mas um reconhecimento da luta de todos aqueles que, como ele, se levantaram e ainda se levantam contra a opressão e a injustiça, fazendo da Revolta da Chibata um evento que ecoa até os dias de hoje na busca por igualdade e direitos humanos em um país que ainda enfrenta enormes desafios da exclusão social.

3 SEQUÊNCIA DIDÁTICA: OUTROS OLHARES SOBRE A REVOLTA DA CHIBATA

A Revolta dos marinheiros da Marinha de Guerra do Brasil, ocorrida em 1910, conhecida como a Revolta da Chibata, é um marco significativo na história das lutas sociais no Brasil, especialmente quando analisada sob a ótica da exclusão social e das questões de cidadania no contexto pós-abolição. A abolição da escravidão em 1888 não resultou na inclusão dos ex-escravizados e seus descendentes na sociedade brasileira.

Segundo Carvalho (2002, p. 59) “No Brasil, aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressaram a suas fazendas, ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por baixo salário”. Muitos continuaram a enfrentar discriminação, pobreza e marginalização, o que gerou um ambiente propício para a insatisfação e a resistência, como evidenciado pela Revolta da Chibata.

Os marinheiros que participaram da revolta eram, em sua maioria, negros e mestiços, refletindo a composição racial da Marinha do Brasil na época. Eles viviam em condições precárias, enfrentando abusos e humilhações, e suas demandas por melhores condições de trabalho e respeito à sua dignidade eram, na verdade, uma luta mais ampla por reconhecimento e inclusão social.

A revolta não foi apenas uma reação às condições específicas de trabalho, mas uma expressão de um desejo mais profundo de cidadania plena, que incluía direitos sociais, políticos e econômicos. Conforme Lilian M. Schwarcz e Heloisa M. Starling,

[...] na Marinha a ordem era mantida à base da aplicação de castigos físicos, como o chicote. A Rebelião recebeu a alcunha de revolta da chibata justamente por representar a reação dos marinheiros à aplicação de castigos físicos. Entretanto, ela também se encarregou de expor publicamente a violência do Estado contra a população pobre, o racismo e a crueldade reinante em meio à oficialidade das Forças Armadas. A chibata era punição herdada da marinha portuguesa e no Brasil ganhara uma conotação ainda mais pesada, por conta de sua associação com a escravidão. Mas se o sistema acabara em 1888, a sevícia continuava firme na Marinha, amparada no corpo da lei, que arrogava a ela o poder de “quebrar o mau gênio” dos rebeldes (Schwarcz; Starling 2018, p. 344).

A estrutura política da República, marcada pela "Política dos Governadores", aliança entre o poder central e as oligarquias agrárias regionais, perpetuou a exclusão de grandes segmentos da população. A maioria da população brasileira, foi alijada da participação política e dos direitos sociais, o que gerou um sentimento de descontentamento e revolta.

Nesse contexto, a Revolta da Chibata pode ser vista como uma resposta a essa exclusão, uma tentativa de reivindicar não apenas direitos individuais, mas também a dignidade coletiva de um grupo historicamente marginalizado. Além disso, pode ser inserida em um contexto mais amplo de resistência social que incluía outras lutas por direitos, como as dos trabalhadores urbanos e rurais, que também buscavam melhores condições de vida e trabalho. A conexão entre essas lutas revela que a Revolta da Chibata não foi um evento isolado, mas parte de um movimento que buscava romper com as estruturas de exclusão que caracterizavam a sociedade brasileira da época.

A análise da Revolta dos marinheiros sob a perspectiva da exclusão social e da luta por inclusão social é fundamental para compreender as dinâmicas sociais e políticas do Brasil no início do século XX. Essa insurreição não apenas expôs as contradições do novo regime republicano, mas também lançou luz sobre a necessidade urgente de inclusão e reconhecimento dos direitos de todos os cidadãos, especialmente aqueles que foram historicamente marginalizados. A luta dos marinheiros da Marinha do Brasil, portanto, se torna um símbolo da resistência contra a opressão e a busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao abordar a Revolta da Chibata sob essa perspectiva, busca-se não apenas enriquecer o ensino de história, mas também contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados na luta contra a desigualdade social e racial, temas que permanecem relevantes em nosso contexto atual.

Como produto educacional propomos a elaboração de uma sequência didática intitulada "Outros olhares sobre a Revolta da Chibata". O trabalho visa resgatar e disseminar informações sobre este importante, mas relegado, fato da história brasileira, que muitas vezes é tratado de forma superficial nos materiais didáticos existentes, a exemplo do livro didático, também chamado por manual didático. Conforme aponta Fioravante e Centeno (2023),

[...] manual didático, ainda é um instrumento central e exclusivo, o que impede o acesso a outras fontes. É utilizado vigorosamente pelos professores—que muitas vezes pautam sua prática sob os componentes deste. Com a justificativa que o material é pago pelo Estado e disponibilizado aos estudantes/professores, por via do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD, a prática escolar corrompe-se ao material pronto, de planejamento à exercícios, cada vez mais superficial e vulgarizado (Fioravante; Centeno, 2023, p. 82)

A produção de uma sequência didática tem ainda o objetivo fornecer aos educadores ferramentas práticas e eficazes para o planejamento e desenvolvimento de aulas dinâmicas e engajadoras sobre o tema, podendo ser editada pelo professor conforme a necessidade de adaptação ao ano escolar e ao nível de compreensão dos alunos. Zabala (1998, p.18) assim

define sequência didática: “Um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos”.

A sequência didática será estruturada em três partes: uma apresentação em PowerPoint (**ANEXO A**), uma apostila complementar (**ANEXO B**) e um instrumento de avaliação (Questões dissertativas e objetivas, junto a um texto de apoio e fontes do tipo imagens). Por meio dessas ferramentas, buscamos proporcionar aos educadores um material rico e diversificado, que estimule o pensamento crítico dos alunos e os encorajem a formular suas próprias interpretações sobre a Revolta da Chibata. Ao abordar a Revolta da Chibata sob essa perspectiva, busca-se não apenas enriquecer o ensino de história, mas também contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados na luta contra as desigualdades sociais e o racismo, temas que permanecem relevantes em nosso contexto atual.

Como destacam Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), a organização de uma sequência didática deve considerar a progressão das atividades, garantindo que os alunos avancem em sua compreensão do tema de forma gradual e significativa. Nesse sentido, a proposta aqui apresentada busca equilibrar a exposição de conteúdos históricos com atividades que estimulem a reflexão crítica e a participação ativa dos alunos.

A Revolta da Chibata, como evidenciado por Schwarcz e Starling (2018), não foi apenas uma reação aos castigos físicos, mas uma denúncia da violência do Estado e do racismo estrutural que persistia na sociedade brasileira. Ao abordar esse evento sob a perspectiva da exclusão social e da luta por cidadania, a sequência didática permite que os alunos compreendam as conexões entre o passado e o presente, refletindo sobre temas como desigualdade social, racismo e resistência. Como afirma Carvalho (2023), a abolição da escravidão não garantiu a inclusão dos ex-escravizados e seus descendentes, e a Revolta da Chibata é um exemplo emblemático das lutas que se seguiram para superar essa exclusão.

A utilização de recursos multimídia, como a apresentação em PowerPoint, e de fontes diversificadas, como textos e imagens, visa atender às diferentes formas de aprendizagem dos alunos, conforme sugerido por Moran (2000). A apostila complementar, por sua vez, oferece um aprofundamento teórico e contextual, permitindo que os alunos explorem o tema de forma autônoma e crítica. Já o instrumento de avaliação, composto por questões dissertativas e objetivas, busca verificar não apenas a assimilação de conteúdos, mas também a capacidade dos alunos de relacionar o evento histórico com questões contemporâneas.

A proposta da sequência didática também se alinha com as perspectivas de Freire (1996), que defende uma educação libertadora e crítica, capaz de promover a conscientização

e a transformação social. Ao abordar a Revolta da Chibata sob uma perspectiva que valoriza a luta por direitos e a resistência contra a opressão, a sequência didática contribui para a formação de cidadãos mais engajados e comprometidos com a justiça social.

Por fim, a inclusão de João Cândido no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, conforme proposto pelo Projeto de Lei do Senado nº 340/2018, reforça a importância de reconhecer e valorizar as lutas dos grupos marginalizados na construção da história do Brasil. A sequência didática "Outros Olhares sobre a Revolta da Chibata" busca, portanto, não apenas enriquecer o ensino de história, mas também contribuir para a construção de uma memória coletiva mais inclusiva e democrática.

3.1 SLIDES DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA: OUTROS OLHARES SOBRE A REVOLTA DA CHIBATA

Como parte da sequência didática, elaboramos uma apresentação estruturada em *slides*, para facilitar a abordagem desse importante episódio da história do Brasil, de forma clara, dinâmica e engajadora para os alunos. Este recurso, está disponível no link abaixo:

https://www.canva.com/design/DAGdOKApJvo/rmxgLWV6u3ycx6kMjRJbpQ/edit?utm_content=DAGdOKApJvo&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=sharebutton

ou pelo *QRCode* que pode ser impresso e disponibilizado aos estudantes para que tenham o material a mão para consultar tanto em sala quanto fora dela.



Os slides que compõem esta sequência didática são totalmente editáveis, hospedados na plataforma *Canva*, o que permite aos docentes adaptá-los de acordo com as necessidades específicas e o nível de aprendizado de suas turmas. Dessa forma, os professores podem modificar, acrescentar ou retirar informações, atividades e recursos visuais, personalizando o material e customizando para aplicação em sua sala de aula.

Com base na pesquisa realizada sobre a Revolta da Chibata, elaboramos uma série de atividades que podem ser adaptadas e utilizadas por professores de História, numa sequência didática. Uma sequência didática é uma ferramenta pedagógica organizada e planejada que visa facilitar o processo de ensino e aprendizagem por meio de etapas articuladas e progressivas. De acordo com Zabala (1998), a sequência didática é "um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos". Essa metodologia permite que o ensino seja mais eficaz, pois organiza os conteúdos de forma lógica e coerente, garantindo que os alunos avancem em seu aprendizado de maneira gradual e significativa.

Para Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), a sequência didática é "um instrumento que permite organizar o trabalho pedagógico em torno de gêneros textuais ou de outras práticas sociais, com o objetivo de desenvolver competências específicas nos alunos". Nesse sentido, ela não se limita à transmissão de conteúdos, mas busca promover a construção de conhecimentos por meio de atividades que estimulam a reflexão, a análise crítica e a aplicação prática do que foi aprendido. A sequência didática é, portanto, uma estratégia que favorece a autonomia dos estudantes, ao mesmo tempo em que oferece suporte para que eles alcancem os objetivos propostos.

Uma sequência didática geralmente é composta por etapas claras e interligadas, como: introdução ao tema, desenvolvimento dos conceitos, atividades de aplicação e avaliação. Cada etapa é planejada para garantir que os alunos construam seu conhecimento de forma progressiva, partindo de noções mais simples até alcançar uma compreensão mais complexa e crítica do tema. Como destacam Lerner e Palacios (2008), a sequência didática deve ser flexível o suficiente para se adaptar às necessidades dos estudantes, mas também estruturada o suficiente em busca de garantir que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados.

José Carlos Libâneo (2013) enfatiza que a sequência didática deve articular objetivos claros, conteúdos bem selecionados e métodos adequados à realidade dos alunos, garantindo um ensino sistemático e significativo. Segundo o autor, a organização das etapas deve

considerar a progressão do conhecimento e a relação entre teoria e prática, possibilitando que os estudantes desenvolvam autonomia e capacidade crítica. Além disso, Libâneo destaca a importância da mediação docente na condução das atividades, assegurando que a aprendizagem ocorra de maneira reflexiva e contextualizada (Libâneo, 2013).

No contexto do ensino de História, por exemplo, uma sequência didática sobre a Revolta da Chibata pode incluir atividades como a análise de fontes históricas, como imagens, excertos de jornais, documentos, debates sobre as condições sociais da época, a produção de textos críticos e a elaboração de projetos que conectem o passado ao presente. Essa abordagem permite que os estudantes não apenas memorizem fatos, mas também desenvolvam habilidades como a análise crítica, a interpretação de fontes e a reflexão sobre as implicações sociais e políticas dos eventos históricos.

Em resumo, a sequência didática é uma metodologia essencial para o planejamento pedagógico, pois organiza o ensino de forma sistemática e articulada, promovendo a construção de conhecimentos de maneira significativa e contextualizada. Como afirma Zabala (1998), a sequência didática é um recurso que permite transformar os conteúdos curriculares em atividades de aprendizagem, garantindo que os alunos avancem em sua compreensão de forma progressiva e reflexiva. Dessa forma, ela se torna uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento de competências e habilidades, tanto no ensino de História quanto em outras áreas do conhecimento.

Além disso, a presente pesquisa busca contemplar as seguintes partes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017) que nas páginas 428 e 429 aborda a unidade temática *O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX* para o 9º ano do Ensino Fundamental. Nessa unidade, um dos objetos de conhecimento destacados é “Experiências republicanas e práticas autoritárias: as tensões e disputas do mundo contemporâneo”(Brasil, 2017, p.429) que inclui tópicos como "A Proclamação da República e seus primeiros desdobramentos", "A questão da inserção dos negros no período republicano do pós-abolição", "Os movimentos sociais e a imprensa negra" e "A cultura afro-brasileira como elemento de resistência e superação das discriminações". Esses temas são fundamentais para compreender as dinâmicas sociais, políticas e culturais do Brasil no período pós-abolição, incluindo a luta por cidadania e os mecanismos de exclusão e resistência.

A BNCC propõe que os estudantes desenvolvam habilidades específicas para analisar esses temas. A habilidade (EF09HI01) pede que os alunos “descrevam e contextualizem os principais aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da emergência da República no Brasil”(Brasil, 2017, p. 429). Isso inclui compreender como a transição do Império para a

República não significou uma mudança significativa nas condições de vida da população negra, que continuou a enfrentar exclusão e marginalização após a abolição da escravidão. A habilidade (EF09HI02) complementa essa análise, ao solicitar que os estudantes “caracterizem e compreendam os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954”. Nesse contexto, a Revolta da Chibata pode ser inserida como um exemplo emblemático das tensões e disputas do período, evidenciando a luta por direitos e dignidade por parte dos negros no pós-abolição.

A habilidade (EF09HI03) é diretamente relacionada à questão racial, ao pedir que os alunos “identifiquem os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliem os seus resultados”(Brasil, 2017, p. 429). Aqui, a Revolta da Chibata pode ser analisada como um movimento de resistência contra a violência institucionalizada e a negação de direitos básicos, como a cidadania plena. A habilidade (EF09HI04) reforça essa perspectiva, ao propor que os estudantes “discutam a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil” (Brasil, 2017, p. 429). Nesse sentido, a Revolta da Chibata é um exemplo claro de como a população negra não apenas contribuiu para a construção do país, mas também lutou ativamente contra as estruturas de opressão que buscavam mantê-la à margem da sociedade.

No entanto, é importante apontar algumas lacunas e déficits no documento. A BNCC, embora aborde temas relevantes como a inserção dos negros no pós-abolição e a resistência negra, não menciona explicitamente eventos históricos marcantes, como a Revolta da Chibata. Essa omissão deixa o currículo excessivamente aberto, dependendo da interpretação e da iniciativa dos professores para preencher essas lacunas. A ausência de referências específicas pode levar a uma abordagem superficial ou genérica dessas questões, sem a profundidade necessária para compreender as complexidades do período.

Além disso, a BNCC não fornece orientações claras sobre como os professores devem trabalhar esses temas em sala de aula. As habilidades propostas, embora relevantes, são amplas e abstratas, o que pode dificultar a elaboração de planos de aula que contemplem a riqueza e a diversidade das experiências históricas da população negra. Sem exemplos concretos ou referências específicas, os professores podem se sentir despreparados para abordar temas tão complexos e sensíveis, como o racismo estrutural e as lutas por direitos no pós-abolição.

Outro ponto crítico é que a BNCC, ao não mencionar eventos como a Revolta da Chibata, perde a oportunidade de conectar o passado histórico às lutas antirracistas do presente. A revolta, por exemplo, poderia ser utilizada como um estudo de caso para discutir questões contemporâneas, como a violência policial, a marginalização da população negra e a luta por

igualdade racial. Essa conexão entre passado e presente é fundamental para uma educação histórica crítica e transformadora, que não apenas transmite conhecimentos, mas também fomenta a reflexão e a ação cidadã.

Nesse sentido, visando contemplar as especificações do documento normativo curricular da educação e, ao mesmo tempo, superar as lacunas deixadas pela BNCC no que diz respeito à abordagem de temas como a resistência negra e a luta por cidadania no pós-abolição, esta pesquisa elegeu como recorte temático específico a Revolta da Chibata. A escolha desse evento histórico justifica-se não apenas por sua relevância para compreender as tensões e contradições da Primeira República, mas também por seu potencial para desconstruir narrativas que perpetuam o mito da democracia racial e para fomentar reflexões críticas sobre as desigualdades sociais e raciais que persistem no Brasil.

Com o objetivo de contribuir para uma educação histórica mais inclusiva e antirracista, apresentam-se as propostas de atividades a seguir, que fazem parte do produto final desta dissertação. O material foi desenvolvido para auxiliar professores e estudantes no ensino e na aprendizagem desse tema, conectando o passado histórico às questões do presente e promovendo uma abordagem crítica e reflexiva da história. Ao propor essas atividades, busca-se não apenas cumprir com as diretrizes da BNCC, mas também ir além delas, oferecendo ferramentas pedagógicas que permitam aos professores trabalhar a Revolta da Chibata de forma aprofundada e significativa. Dessa forma, espera-se contribuir para a formação de uma consciência histórica que reconheça e valorize a diversidade e as lutas por direitos no Brasil, reforçando o papel da educação como instrumento de transformação social.

3.1.1 Proposta de Atividades

ATIVIDADE 1

Análise de fontes históricas

Documento I



Revista Ilustração Brasileira, 1º de dezembro de 1910

Documento II



Após examinar o documento I e o II, a charge de J. Carlos, publicada na revista Careta em 1910, que retrata um oficial negro recebendo a continência de dois marinheiros brancos e considerando o contexto da Revolta da Chibata e a persistência de preconceitos raciais no Brasil, analise a imagem e responda

1. De que forma a charge associa a figura do oficial negro ao título de almirante, dado informalmente a João Cândido na imagem I?

Resposta: a charge de J. Carlos associa a figura do oficial negro, que representa João Cândido, ao título de almirante de forma irônica e preconceituosa. A charge subverte a hierarquia racial

vigente na Marinha, colocando um negro como comandante e dois brancos como subordinados. Essa inversão é ressaltada pelo título "A disciplina do futuro", sugerindo uma crítica à Revolta da Chibata.

2. Quais elementos da charge evidenciam o racismo presente no Brasil no início do século XX?

Resposta: a figura de João Cândido é caricaturada com traços exagerados e estereotipados, como lábios grossos e orelhas grandes, que o aproximam de características tidas como "primitivas" e "selvagens". A desproporção corporal de João Cândido, e seus pés mesmo calçado, evoca características simiescas que o associa à animalização, reforçando a ideia de inferioridade racial.

3. Que mensagem a charge busca transmitir sobre a hierarquia racial na Marinha e na sociedade brasileira da época?

Resposta: a associação do oficial negro ao título de almirante, usado informalmente para se referir a João Cândido, é carregada de ironia. A charge parece questionar se essa inversão de papéis seria uma consequência da modernidade, expondo o racismo e a resistência à igualdade racial presentes na sociedade da época.

4. Como a Revolta da Chibata desafiou essa hierarquia e questionou o racismo presente na Marinha?

Resposta: a Marinha do início do século XX era um reflexo da sociedade brasileira da época, marcada pela desigualdade racial e pela discriminação. Os negros e mestiços, que compunham a maioria do efetivo de praças, eram submetidos a trabalhos pesados e castigos físicos, como a chibata, enquanto os oficiais brancos ocupavam os postos de comando.

ATIVIDADE 2

Questões de múltipla escolha

Questão 1 – A Escravidão terminou formalmente em 1888, mas deixou os ex-escravizados sem chão, educação ou recursos para reintegração na sociedade.

Com base no fragmento acima, e considerando o contexto social do início da República no Brasil, assinale a alternativa que melhor descreve a situação da população afrodescendente no período.

- (A) A abolição da escravidão promoveu a integração plena dos ex-escravizados na sociedade, com acesso igualitário à educação, emprego e terra.
- (B) A República recém-proclamada implementou políticas públicas eficazes para promover a inclusão social e econômica da população liberta do cativo.
- (C) A persistência da discriminação e da exclusão social, aliada à falta de oportunidades, marginalizou a população afrodescendente, perpetuando as desigualdades raciais.
- (D) A população afrodescendente, apesar das dificuldades, organizou-se em movimentos sociais e políticos, conquistando rapidamente seus direitos e espaço na sociedade.
- (E) O governo republicano, preocupado com a questão social, investiu em programas de educação e profissionalização para a população afro

Questão 2 – A Revolta da Chibata, deflagrada em 1910, no Rio de Janeiro, que na época era a capital da República, foi uma manifestação das lutas empreendidas pelos segmentos sociais marginalizados da sociedade.

O fragmento acima, ao contextualizar a Revolta da Chibata, revela que o movimento foi, sobretudo uma

- (A) ação isolada de marinheiros descontentes com a disciplina militar, sem relação com as demandas sociais da época.
- (B) rebelião motivada exclusivamente por questões salariais, sem conexão com a luta por direitos e cidadania.
- (C) resposta da população marginalizada à exclusão social e à discriminação racial, expressa através da luta por melhores condições de vida e trabalho.
- (D) tentativa de golpe militar liderada por marinheiros, com o objetivo de derrubar o governo republicano e instaurar uma nova ordem política.
- (E) manifestação de apoio à República e ao governo, que buscava defender a ordem e a disciplina na Marinha.

Questão 3 – Os marinheiros que protagonizaram a revolta eram em sua maioria homens de origem pobre, e muitos deles eram descendentes de escravizados, refletindo a profunda desigualdade racial da época.

A partir da análise do fragmento acima, pode-se inferir que a Revolta da Chibata

- (A) foi um movimento homogêneo, composto por marinheiros brancos de classe média, que buscavam melhores salários e condições de trabalho.
- (B) teve como principal liderança oficiais brancos da Marinha, que se solidarizaram com a causa dos marinheiros e lutaram por seus direitos.
- (C) expressou a insatisfação de uma parcela da população marginalizada, composta por negros e mestiços, que sofria com a discriminação e a falta de oportunidades.
- (D) foi um movimento isolado de marinheiros, sem apoio da sociedade civil, que buscava apenas benefícios próprios, sem se preocupar com as questões sociais mais amplas.

(E) resultou de uma ação planejada por militares de alta patente, que visavam desestabilizar o governo republicano e assumir o poder.

Questão 4 – A experiência em viagens internacionais, onde testemunharam as melhores condições de trabalho de marinheiros de outras nações, contribuiu para o amadurecimento de uma consciência crítica. Diante da falta de perspectivas de mudança, a revolta emergiu como a única via para serem ouvidos e conquistar direitos, como a abolição dos castigos físicos.

O fragmento acima revela que a Revolta da Chibata foi resultado de um(a)

- (A) ação impulsiva e desorganizada de marinheiros revoltosos, que não tinham consciência de seus direitos e nem perspectivas de futuro.
- (B) movimento planejado e organizado por marinheiros conscientes de seus direitos, que buscaram na revolta uma forma de lutar por melhores condições de trabalho e pelo fim dos castigos físicos.
- (C) conspiração militar liderada por oficiais brancos, que visavam derrubar o governo republicano e instaurar uma ditadura militar.
- (D) ação isolada de marinheiros, influenciados por ideologias radicais e por agitadores externos, que buscavam desestabilizar a Marinha e o país.
- (E) movimento de apoio à República e ao governo, que buscava defender a ordem e a disciplina na Marinha, ameaçadas pela indisciplina dos marinheiros.

Questão 5 – A principal reivindicação dos marinheiros, era a imediata abolição da prática de açoitar os marinheiros com a chibata. Essa forma de punir que podia chegar a centenas de golpes de chibata diante da tripulação, era herança da escravidão.

O fragmento acima demonstra que a Revolta da Chibata teve como uma de suas principais causas a

- (A) insatisfação dos marinheiros com a falta de reconhecimento e oportunidades de ascensão na carreira militar.
- (B) luta contra a discriminação racial e a exclusão social, que afetavam a maioria dos marinheiros, negros e mestiços.
- (C) revolta contra os castigos físicos, como a chibata, que eram considerados desumanos e remetiam à violência da escravidão.
- (D) reivindicação por melhores salários e condições de trabalho, que eram considerados injustos e inadequados.
- (E) luta pela liberdade de expressão e organização, que eram cerceadas pela hierarquia militar e pelo autoritarismo do governo.

Gabarito:

- 1. C
- 2. C
- 3. C
- 4. B
- 5. C

3.1.2 Texto de apoio

A REVOLTA DA CHIBATA: UM GRITO DE RESISTÊNCIA NO INÍCIO DA REPÚBLICA

Introdução

A Revolta da Chibata, ocorrida em 1910, é um episódio fundamental da história do Brasil que nos convida a refletir sobre as desigualdades sociais, raciais e as lutas por direitos no início da República. Esta apostila tem como objetivo fornecer aos professores da educação básica um material de apoio para abordar esse tema em sala de aula, de forma didática e envolvente, aprofundando a análise e a contextualização do evento.

Contexto Histórico

A Escravidão e o Pós-Abolição: A escravidão, embora formalmente abolida em 1888, deixou um legado de exclusão e desigualdade. Os ex-escravizados, sem acesso à terra, educação ou recursos, foram marginalizados na sociedade, enfrentando dificuldades para se integrar e construir uma nova vida.

A Proclamação da República: A República, proclamada em 1889, trouxe mudanças políticas, mas não resolveu os problemas sociais e raciais. A população afrodescendente continuou sendo tratada como cidadãos de segunda classe, com direitos limitados e oportunidades restritas.

A Constituição de 1891: A Constituição, embora declarasse todos os nascidos no Brasil como cidadãos, não garantiu a inclusão social e política da maioria da população. A discriminação e a falta de acesso a serviços básicos persistiram, impedindo que muitos exercessem plenamente sua cidadania.

A Revolta da Chibata

Um Grito de Resistência: A revolta, ocorrida no Rio de Janeiro em 1910, foi uma manifestação da luta da população marginalizada por reconhecimento e direitos. Os marinheiros, em sua maioria negros e mestiços, uniram-se para denunciar os maus tratos e a discriminação que sofriam na Marinha.

O Perfil dos Marinheiros: A maioria dos marinheiros era de origem pobre e descendente de escravizados, refletindo a desigualdade racial da época. Dados históricos

indicam que cerca de 68% dos marinheiros eram classificados como "negros" ou "pardos", o que evidencia a exclusão social e a falta de oportunidades para essa população.

A Tomada de Consciência: A experiência em viagens internacionais, onde testemunharam melhores condições de trabalho, contribuiu para o amadurecimento de uma consciência crítica entre os marinheiros. Ao comparar a realidade da Marinha brasileira com a de outros países, eles perceberam a injustiça e a necessidade de lutar por seus direitos.

As Causas da Revolta

Os Castigos Físicos: Os marinheiros sofriam punições físicas severas, incluindo a chibata, que remetia à brutalidade da escravidão. Esse castigo, além de ser desumano, era aplicado de forma discriminatória, atingindo principalmente os marinheiros negros e mestiços.

As Reivindicações: Além do fim das chibatadas, os marinheiros reivindicavam melhores salários, condições de trabalho e reconhecimento de seus direitos como cidadãos. Eles queriam ser tratados com dignidade e respeito, como qualquer outro trabalhador.

O Planejamento: A revolta foi planejada e organizada pelos marinheiros, que se reuniam secretamente para discutir estratégias. Eles contaram com a liderança de João Cândido, que se destacou por sua coragem e determinação.

O Desenrolar da Revolta

A Ação: Na noite de 22 de novembro de 1910, os marinheiros tomaram o controle dos navios de guerra e iniciaram a revolta. Eles assumiram o comando das embarcações e ameaçaram bombardear a cidade caso suas reivindicações não fossem atendidas.

O Pânico: A notícia da revolta se espalhou rapidamente, causando pânico na cidade do Rio de Janeiro. A população temia os disparos dos navios e a possibilidade de um confronto violento.

O Comunicado: Os marinheiros enviaram um comunicado ao presidente, exigindo o fim da chibata e outras reivindicações. Eles se mostraram dispostos a negociar, mas também firmes em sua luta por direitos.

As Reivindicações

O Memorial: O memorial enviado ao presidente continha uma série de reivindicações que revelavam a situação precária dos marinheiros e a luta por cidadania e direitos sociais. Além das questões específicas da Marinha, eles também levantaram demandas relacionadas à igualdade racial e à inclusão social.

A Luta por Direitos: Os marinheiros buscavam não apenas a abolição da chibata, mas também a equiparação de seus direitos aos dos demais cidadãos. Eles queriam ser reconhecidos como sujeitos de direitos, com acesso à educação, saúde e oportunidades.

A Reação do Governo e o Debate Político

A Anistia: O governo cedeu à pressão dos marinheiros e concedeu anistia aos revoltosos, desde que se submetessem às autoridades. Essa medida, no entanto, não resolveu o problema da discriminação e da exclusão social.

O Decreto nº 8.400: O decreto, que autorizava a exclusão de marinheiros considerados "nocivos à disciplina", foi utilizado como forma de repressão após a revolta. Muitos marinheiros foram expulsos da Marinha e perseguidos por sua participação no movimento.

O Debate no Parlamento: O debate sobre a revolta no parlamento dividiu opiniões, com senadores defendendo a repressão e outros a conciliação e a análise das causas da revolta. O debate revelou as diferentes visões sobre a questão racial e social no Brasil da época.

A Revolta na Imprensa

A Cobertura: A imprensa desempenhou um papel importante na divulgação da revolta, com jornais e revistas cobrindo os acontecimentos e amplificando a percepção pública sobre o movimento. A cobertura, no entanto, foi variada, com alguns veículos defendendo a repressão e outros a necessidade de mudanças.

O Debate Público: A cobertura da imprensa contribuiu para transformar a revolta em um tema de discussão na sociedade. A população passou a se questionar sobre a violência e a discriminação presentes na Marinha e na sociedade brasileira.

O Legado da Revolta

O Fim da Chibata: A revolta resultou na abolição da chibata como forma de punição na Marinha. Essa foi uma importante vitória dos marinheiros, que finalmente viram reconhecido o seu direito à integridade física e moral.

A Luta por Direitos: A revolta expôs as condições de vida e trabalho dos marinheiros, dando visibilidade à luta por direitos dos marginalizados. O movimento inspirou outras lutas sociais e contribuiu para a conscientização sobre a necessidade de igualdade e justiça.

A Memória da Revolta: A memória da revolta foi mantida viva por meio de livros, artigos e outras formas de expressão, contribuindo para a luta por justiça social e igualdade. A figura de João Cândido se tornou um símbolo de resistência e luta contra a opressão.

João Cândido: O Líder da Revolta

O Almirante Negro: João Cândido, um marinheiro negro e descendente de escravizados, emergiu como líder da revolta, simbolizando a luta contra a opressão e a discriminação. Sua liderança foi fundamental para organizar os marinheiros e dar voz às suas reivindicações.

Visões Divergentes: A figura de João Cândido é controversa, com alguns criticando sua liderança e outros exaltando sua coragem e determinação. Sua história de vida, marcada pela discriminação e pela luta por direitos, o transformou em um herói para muitos e em um problema para outros.

Conclusão

A Revolta da Chibata foi um marco na história do Brasil, expondo as desigualdades sociais e raciais e impulsionando a luta por direitos. Ao abordar esse tema em sala de aula, é importante que os alunos compreendam o contexto histórico, as causas da revolta, o papel dos marinheiros e o legado do movimento para a sociedade brasileira. É fundamental que os alunos desenvolvam uma visão crítica sobre o evento, reconhecendo sua importância para a construção de um país mais justo e igualitário.

REFERÊNCIA

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998. 224 p.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mosaico da história do Brasil é marcado pela diversidade e pela violência, especialmente na trajetória dos indígenas e africanos escravizados, fundamentais para a estrutura socioeconômica do país. A Revolta da Chibata (1910) emerge nesse contexto como uma manifestação da exclusão social dos ex-escravizados, inserindo-se em um movimento mais amplo por cidadania. A escravidão, sustentada pelo Estado e pela Igreja, estruturou desigualdades persistentes, e mesmo após a abolição, os libertos foram deixados à própria sorte. No início da República, a elite manteve o poder, perpetuando exclusões e desafios estruturais para a população negra.

A transição do Império para a República no Brasil, ocorrida em 15 de novembro de 1889, foi impulsionada por uma aliança entre setores da oligarquia agrária e a classe média urbana, insatisfeitos com a monarquia e interessados na modernização econômica do país. A escolha do Visconde de Ouro Preto para liderar reformas políticas no governo imperial não conseguiu conter a crescente pressão republicana. O golpe militar liderado por Deodoro da Fonseca contou com o apoio dos cafeicultores do Oeste Paulista, que desejavam maior controle político para garantir seus interesses. Apesar da mudança de regime, a população permaneceu excluída do processo político, conforme apontado pelo jornalista Aristides Lobo, que descreveu o povo como "bestializado" diante dos acontecimentos. A República manteve a estrutura socioeconômica elitista, consolidando uma lógica excludente, como evidenciado pela Constituição de 1891, que restringiu o voto aos alfabetizados, excluindo a maior parte da população, especialmente os ex-escravizados.

A Primeira República (1889-1930), dominada por oligarquias, manteve os privilégios das elites sem promover inclusão social. Historiadores como Emília Viotti da Costa e José Murilo de Carvalho apontam que a transição republicana foi marcada por disputas intra-elite e pela continuidade da desigualdade, frustrando expectativas de ampliação da cidadania.

As teorias raciais do século XIX justificaram a exploração colonial e a segregação social, sustentando o racismo institucionalizado. No Brasil, essas ideias foram adotadas pelas elites intelectuais para restringir direitos de ex-escravizados e seus descendentes. O conceito de raça evoluiu historicamente, inicialmente relacionado a linhagens e classes sociais, sem vínculo com a cor da pele. Com a expansão europeia, passou a justificar a dominação de povos não brancos.

Carl Linnaeus (1735) classificou grupos humanos, enquanto Buffon usou "raça" para diferenciá-los fisicamente. No século XIX, medições cranianas e tipologias raciais reforçaram

hierarquias. Cuvier defendia a desigualdade racial pela anatomia comparada, enquanto Agassiz aprofundou o poligenismo, condenando a miscigenação. A frenologia, de Gall e Spurzheim, associava características cranianas a capacidades intelectuais, legitimando o racismo, como ilustrado em *Django Livre*.

Gobineau, teórico do racismo científico, via a miscigenação como degenerativa e defendia a supremacia branca. Suas ideias influenciaram o Brasil, reforçando o preconceito contra populações mestiças e a naturalização da desigualdade. No geral, as teorias raciais refletiam interesses das elites, legitimando estruturas de dominação e exclusão social cujos impactos persistiram por décadas.

Com a Proclamação da República (1889), intelectuais brasileiros buscaram construir uma identidade nacional alinhada ao pensamento europeu. Renato Ortiz (1985) destaca Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha como precursores das ciências sociais no Brasil, todos influenciados por teorias raciais e evolucionistas. Romero analisou folclore e identidade nacional com base em “meio” e “raça”; Rodrigues associou raça e criminalidade; Cunha, em *Os Sertões*, adotou um determinismo geográfico e racial.

Schwarz (1993) e Torres (2008) ressaltam que teóricos como Gobineau e Agassiz viam a miscigenação como degenerativa. Diante disso, intelectuais brasileiros ajustaram o determinismo racial, incluindo o “meio” como fator explicativo. Ortiz (1985) aponta essa adaptação como tentativa de conciliar a realidade nacional com modelos europeus. Romero e Cunha viam a mestiçagem como positiva, enquanto Rodrigues a considerava degenerativa. No fim, a relação entre “meio” e “raça” tornou-se central na interpretação da formação histórica e cultural do Brasil.

No final do século XIX e início do século XX, o Brasil adotou uma política de branqueamento baseada em teorias raciais que promoviam a imigração europeia e a miscigenação seletiva para “aperfeiçoar” a composição racial da população. As elites nacionais viam essa estratégia como um meio de alinhar o país aos padrões europeus e alcançar um status de civilização moderna. Intelectuais como Sílvio Romero defendiam a superioridade da “raça” branca, enquanto Nina Rodrigues criticava a miscigenação, considerando-a degenerativa. O ideário do branqueamento teve respaldo acadêmico e institucional, sendo discutido em faculdades de direito e medicina, além de ser promovido no cenário político, como demonstrado no discurso de João Batista Lacerda no Congresso Internacional das Raças em 1911. A pintura *A Redenção de Cam*, de Modesto Brocos, simbolizava visualmente essa meta racial ao representar uma progressão geracional em direção à branquitude. A implementação dessa

política ocorreu principalmente por meio da imigração europeia, incentivada pelo Estado com leis como o Decreto nº 528, de 1890, que priorizava a entrada de imigrantes brancos.

A exclusão da população negra se refletia no mercado de trabalho, no discurso acadêmico e na política. Mesmo abolicionistas como Joaquim Nabuco viam a imigração branca como meio de "regeneração racial", sustentando o projeto elitista de branqueamento. Essa ideologia perpetuou a marginalização dos negros e reforçou desigualdades estruturais que persistem.

A Revolta da Chibata (1910), liderada por João Cândido, insere-se na luta por cidadania no pós-abolição, quando ex-escravizados seguiam excluídos. Como apontam Velasco e Cruz (2000) e Nascimento (2010), a revolta foi resposta à violência institucional e às condições desumanas dos marinheiros, majoritariamente negros e pobres. A chibata simbolizava a continuidade das práticas escravistas, evidenciando o racismo estrutural. A historiografia, a partir de Edmar Morel (1959), resgatou a revolta como resistência popular, conectada às lutas operárias. Mais que uma reivindicação trabalhista, a Revolta da Chibata expressou a luta por dignidade e cidadania em um país que seguia marginalizando negros e pobres (Cruz, 2000; Nascimento, 2010).

A natureza excludente da República brasileira em suas primeiras décadas marginalizou a maioria da população, composta por pessoas sem posses, educação ou profissão, lançando-as em um estado de indignância social e penúria econômica. Os egressos da escravidão, em particular, enfrentavam uma xenofobia internalizada, sendo rejeitados em favor de imigrantes europeus nos poucos empregos disponíveis, como destacam Maria Cecília Velasco e Cruz (2000) e José Murilo de Carvalho (2023). Sem acesso à terra, educação ou oportunidades, muitos ex-escravizados retornaram a trabalhos análogos à escravidão ou migraram para as cidades, onde se viram relegados a "serviços de negro" — trabalhos precários e mal remunerados, conforme analisado por Florestan Fernandes (1972).

Essa exclusão social levou muitos jovens negros à marginalização, sendo recrutados para as Forças Armadas como uma forma de "solução" para a miséria e a criminalidade. No entanto, como aponta Edmar Morel (2021), a modernização da Marinha não veio acompanhada de uma reforma nas mentalidades ou no sistema de recrutamento, que continuou a reproduzir práticas excludentes e violentas.

A Revolta da Chibata (1910), portanto, não foi apenas uma reação às condições desumanas a bordo dos navios, mas um reflexo das profundas desigualdades e do racismo estrutural da sociedade brasileira do início do século XX, evidenciando a luta por dignidade e cidadania em um contexto de exclusão sistemática.

O movimento operário cresceu no Brasil entre o final do século XIX e início do XX, reivindicando melhores condições de trabalho. Operários, trabalhadores rurais e marinheiros enfrentavam jornadas exaustivas, baixos salários e castigos físicos. A modernização da frota intensificou a carga de trabalho sem oferecer ascensão social, alimentando frustrações que culminaram na Revolta da Chibata (1910). Liderada por marinheiros, majoritariamente negros e mestiços, a insurreição expôs a precariedade na Marinha e suas conexões com a luta operária. Inspirados por movimentos internacionais, organizaram-se secretamente até exigirem o fim das chibatadas e melhores condições. A revolta expressou a construção de uma consciência coletiva e de classe contra a exclusão e exploração social.

A Revolta da Chibata, que culminou na anistia concedida aos marinheiros, representou uma vitória parcial e fragilizada, sem significar o fim das hostilidades. Em represália, o governo e a Marinha promulgaram o Decreto nº 8400, permitindo a exclusão, por questões disciplinares, de marinheiros considerados nocivos, resultando na expulsão de cerca de mil e duzentos homens até abril de 1911. A medida visava punir os insurgentes e intimidar futuros opositores, demonstrando a persistência das tensões institucionais. Além disso, a deportação de marinheiros para a Amazônia, como o episódio dramático do navio *Satélite* que transportou os banidos para os seringais e a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, evidenciou o caráter retaliatório do governo, com relatos de fuzilamentos a bordo por suspeita de subversão.

A cobertura da imprensa, com a atuação de veículos como *O Correio da Manhã*, *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *O Malho*, e *Careta*, teve papel crucial na amplificação do movimento, permitindo que a população brasileira fosse informada sobre os eventos e suas implicações. As reportagens, caricaturas e artigos de opinião sobre a revolta contribuíram para torná-la um tema central nas discussões políticas e sociais da época, tornando-se uma fonte essencial para historiadores.

Embora a Revolta tenha abolido a chibata como punição e garantido anistia aos marinheiros, seu maior legado foi expor as condições degradantes na Marinha. O movimento não apenas reivindicou direitos, mas também ampliou o debate sobre cidadania e inclusão social. Nesse contexto, destaca-se João Cândido, o “Almirante Negro”, líder da insurreição e figura central dessa transformação.

Nascido em 1880, filho de libertos, João Cândido cresceu em um ambiente de discriminação racial. Sua trajetória na Marinha ganhou projeção com a Revolta da Chibata (1910). Embora celebrado por autores como Silvia Almeida (2010) como símbolo da resistência, sua liderança é questionada por historiadores como o vice-almirante Hélio Leoncio Martins,

que aponta uma idealização de sua figura pela imprensa e memória popular. Essa controvérsia reflete disputas ideológicas sobre a construção de heróis nacionais.

A Revolta expressou a marginalização contínua de ex-escravizados e seus descendentes, mantendo sua relevância no debate atual. O Projeto de Lei do Senado nº 340/2018 propõe incluir João Cândido no Livro dos Heróis da Pátria, reconhecendo sua importância e consolidando a memória da luta por justiça social e igualdade. Sua figura transcende a Revolta, tornando-se um símbolo duradouro de resistência e dignidade em um país marcado por desigualdades raciais e sociais.

A Revolta da Chibata (1910) é um marco na história das lutas sociais no Brasil, evidenciando a exclusão e a marginalização dos ex-escravizados e seus descendentes no pós-abolição. Como destacam Carvalho (2023) e Schwarcz e Starling (2018), a abolição da escravidão não garantiu inclusão social, deixando os libertos sem acesso à terra, educação ou empregos dignos. A revolta, liderada por marinheiros negros e mestiços, foi uma resposta às condições desumanas e aos castigos físicos na Marinha, mas também uma luta mais ampla por cidadania e dignidade. Ela expôs o racismo estrutural e a violência do Estado, conectando-se a outras mobilizações sociais da época, como as lutas operárias, em um contexto de exclusão política e social perpetuado pela "Política dos Governadores".

Como produto educacional dessa dissertação, expõe-se uma sequência didática intitulada "Outros Olhares sobre a Revolta da Chibata", composta por uma apresentação em slides, uma apostila complementar e um instrumento de avaliação com questões dissertativas e objetivas. Baseada em Zabala (1998) Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) e Libâneo (2013), a sequência visa promover uma abordagem crítica e reflexiva, conectando o evento histórico a questões contemporâneas, como desigualdade social e racismo. Alinhada às ideias de Freire (1996), a proposta busca uma educação libertadora, capaz de formar cidadãos conscientes e engajados na luta por justiça social, além de contribuir para a valorização da memória de João Cândido e da resistência negra na história do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Silvia Capanema P. A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições. **Estud. hist.** (Rio J.) 23 (45) • Jun 2010 • <https://doi.org/10.1590/S0103-21862010000100007> Acesso em 20 jan 2025.
- ALMEIDA, Silvia Capanema P. Do marinheiro João Cândido ao Almirante Negro: conflitos memoriais na construção do herói de uma revolta centenária. **Rev. Bras. Hist.** 31 (61) • 2011 • <https://doi.org/10.1590/S0102-01882011000100004>. Acesso em 20 jan 2025.
- ALMEIDA, Silvia Capanema P. Corpo, cor e cidadania: ser marujo no Pós-abolição (anos 1890-1910). In: ABREU, Martha, DANTAS, Carolina Vianna, MATTOS, Hebe. **Histórias do pós-abolição no mundo atlântico: identidades e projetos políticos**. Vol. 1 Niterói: Editora da UFF, 2014. PDF. ISBN 978-85-228-1116-8 BISAC HIS000000 HISTORY.
- ALMEIDA, Silvia Capanema. Raça, revolta, república: os marinheiros brasileiros no contexto pós-abolicionista IN: CASTRO, Robert Wagner Porto da Silva, NASCIMENTO, Moacir Silva do. **Marinheiros e cidadania no Brasil: contribuições para uma história social militar-naval**. Curitiba: CRV, 2020
- ALVES, Salomão Pontes. **Pelo domínio dos mares do sul: a modernização da Marinha na Primeira República (1891-1930)** [recurso eletrônico] / Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017. Dados eletrônicos (Publicações Históricas; 114) (Cadernos Mapa; 12 - Memória da Administração Pública Brasileira)
- AMADO, James (ed.). **Gregório de Matos: obra poética**. Preparação e notas de Emanuel de Araújo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1992, 2 vol. Disponível em www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/gregorio.html. Acesso em 20 jan 2025
- ARIAS NETO, José Miguel. **Em busca da cidadania: praças da armada nacional - 1867-1910**. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-20062023-124441/>. Acesso em: 27 fev. 2025.
- BASILE, Marcello Otávio N. de C. Conservadorismo no Brasil Império. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins (org.). **Dicionário Crítico do Pensamento da Direita: Ideias, Instituições e Personagens**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2000.
- BERGER, John. **Modos de ver**. Tradução: Hugo Maider. São Paulo: Fósforo, 2022.
- BOLSANELLO, M. A. (1996). Darwinismo social, eugenia e racismo “científico”: sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educar Em Revista**, 12(12), p. 153–165. Recuperado de <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/36031> Acesso em 25 jan 2025.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 1824**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 13 dez 2024.

BRASIL. **Lei de 7 de novembro de 1831**. Declara livres todos os africanos trazidos para o Brasil após a data de sua promulgação e estabelece penalidades para o tráfico negroiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-7-11-1831.htm#:~:text=LEI%20DE%207%20DE%20NOVEMBRO,aos%20importadores%20dos%20mesmos%20escravos. Acesso em: 25 jan 2025.

BRASIL. **Lei nº 2.556, de 26 de setembro de 1874**. Autoriza o Governo Imperial a despendar a quantia de 1:200:000\$000, com a construção de uma ponte sobre o Rio Paraná, na Província de Mato Grosso, e dá outras providências. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1874.

BRASIL. Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890. **Regulamenta o serviço da introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 28 jun. 1890.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891)**. Promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 20 dez 2024

BRASIL. MINISTÉRIO DA MARINHA. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Almirante Elisário José Barbosa**, Ministro da Marinha, em 1896. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MARINHA. **Relatório do Ministro da Marinha, 1904**. Relatório apresentado ao Presidente da República. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

BRASIL. **Decreto nº 2.280, de 25 de novembro de 1910**. Concede anistia aos revoltosos da Revolta da Chibata e extingue o uso da chibata como castigo na Marinha de Guerra. Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, 1910.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2018**. Inscreve o nome de João Cândido Felisberto no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Senado Federal, 2018. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133957>. Acesso em: 25 fev. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados; o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Cia. das Letras. 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Jeanne Berrance de. **A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília, INL. 1977.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

CORREIO DA MANHÃ. Ed. 16257. **Revista Marítima Brasileira**. edição nº 151. 1947. Disponível em :https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/089842/per089842_1947_16257.pdf Acesso em: 20 jan 2025.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Da tutela ao contrato: “homens de cor” brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição. **Topoi**, v. 11, n. 20, jan.-jun. 2010, p. 114-135.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: Campanha de Canudos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1902.

DAMATTA, Roberto. A ilusão das relações raciais. In: DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p. 35-47.

DJANGO Livre. Direção: Quentin Tarantino. Produção: Stacey Sher, Reginald Hudlin e Pilar Savone. Estados Unidos: The Weinstein Company, Columbia Pictures, 2012. 1 DVD (165 min), son., color., widescreen.

DO BEM, Arim Soares. Movimentos sociais e relações de poder. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62, p. 1135-1140, 2006.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michèle; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

DOMINGUES. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2019.

DOMINGUES, HMB., SÁ, MR. Controvérsias evolucionistas no Brasil do século XIX. In: DOMINGUES, HMB., SÁ, MR., GLICK, T., orgs. **A recepção do Darwinismo no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, pp. 97-123. História e saúde collection. ISBN 978-85-7541-496-5. Available from SciELO Books .

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. 2a. ed. (rev.). São Paulo: Global, 2007.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. A imprensa e o contexto da Revolta da Chibata: história e historiografia. **Antíteses, [S. l.]**, v. 3, p. 11–23, 2010. DOI: 10.5433/1984-

3356.2010v3n0p11. Disponível em:
<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/9683>. Acesso em: 27 fev. 2025.

FIORAVANTE, A. C. R; CENTENO, C.V. Os instrumentos e recursos didáticos como ferramentas de emancipação do professor frente ao manual didático. **Revista Brasileira De Educação, Cultura E Linguagem**, 7(13), e713233.
<https://doi.org/10.61389/rbecl.v7i13.7522> Acesso em 26 fev 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOBINEAU, Arthur de. 1953. Essai sur l'inégalité des races humaines. In: **Oeuvres Tomo I**. Paris: Gallimard. pp. 135-1174.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. **O Leopardo**. Tradução e posfácio de Maurício Santana Dias. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

LINNAEUS, Carl. **Systema Naturae**. 1ª ed. Leiden: Haak, 1735.

LOBO, Aristide. **Cartas do Rio**. Diário Popular, 18 de novembro de 1989. Disponível em:
<https://imagensehistoria.wordpress.com/tema-1-republica-velha/carta-de-aristides-lobo/>
 Acesso em 12 jan 2025.

MAESTRI, Mário. A Revolta da Chibata faz cem anos. **Revista Antiteses**, v. 3, n. esp., p. 24-38, dez. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em: 26 fev. 2025.

MARTINS, Hélio Leoncio. A criação de um mito. **Antiteses**, v. 3, n. esp. p. 52 - 63, dez. 2010. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em: 20 jan 2025.

MATTOS, Hebe (Org.). **Diáspora negra e lugares de memória: a história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil Imperial**. 1ª edição. Niterói: EdUFF, 2013.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papirus, 2000

MOREL, Edmar [1959] . **A Revolta da Chibata**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2021.

MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais I. In: OLIVEIRA, Iolanda de; PESSANHA, Márcia Maria de Jesus (orgs.). **Educação e Relações Raciais I: CURSO ERER**. Volume 1. Rio de Janeiro/Niterói: CEAD/UFF, 2016. ISBN 978-85-62007-54-5.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. **Marinheiros em revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910)**. 1997. Dissertação - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **João Cândido: a luta pelos direitos humanos**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

NASCIMENTO, Abdias. do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 10ª ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2018. v. 1. Coleção O Brasil Republicano.

OLIVEIRA, Cleiton. **A prole de Caim e os descendentes de Cam: legitimação da escravidão em Portugal e a influência das Bulas Dum diversas (1452 e Romanus Pontífex (1455))**. 2017. 119 f. Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2017.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. p. 91

RODRIGUES, R. Nina. Republicado (2008). Mestiçagem, Degenerescência e Crime. **História, Ciência e Saúde** - Manguinhos, 15, 1151-1180.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: H.Garnier, 1902 [1888]. 2ª ed. Tomo I.

SABBATINI, Renato M. E. Craniologia: a pseudociência médica. **Revista Ser Médico**, edição 56, jul./ago./set. 2011. Disponível em: <https://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Revista&id=556> Acesso em: 13 jan 2025.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro: uma história da formação do país**. São Paulo: Todavia, 2022.

SEYFERTH, Giralda. Raça, mestiçagem e nação no Brasil. In: OLIVEIRA, Iolanda de. PESSANHA, Márcia Maria de Jesus (orgs). **Educação e relações raciais**. Curso ERER. Vol. 1, CEAD UFF, 2016. Disponível em: <http://penesbi.uff.br/wp-content/uploads/sites/573/2020/09/Educa%C3%A7%C3%A3o-e-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-vol.1-1.pdf>. Acesso em 20 jan 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930**. São Paulo: Cia. das Letras. 1993.

SCHNEIDER, A. L. O Brasil de Sílvio Romero: uma leitura da população brasileira no final do século XIX. **Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De**

História, 42.2011. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/7982>
Acesso em 30 jan 2025

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. Com novo pós-escrito. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. ISBN 978-85-359-2566-1.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia M. & QUEIROZ, Renato da S. (orgs.). Raça e diversidade. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 2018.

SEYFERTH, Giralda. Raça, mestiçagem e Nação. In: OLIVEIRA, Iolanda de, PESSANHA, Márcia Maria de Jesus (orgs) **Relações raciais e educação**. Rio de Janeiro: EdUFF, v.1, p. 21-62, 2016.

SPENCER, Herbert. **Social Statics** (1851). Independently published, 26 setembro 2023. 462 páginas. ISBN 979-8862514179.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., ARMUS, D., orgs. **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp. 330-391. ISBN 978-85-7541-311- 1.

TORRES, Lilian de Lucca. Reflexões sobre raça e eugenia no Brasil a partir do documentário "Homo sapiens 1900" de Peter Cohen. **Revista Ponto Urbe**, [s.l.], v. 2, p. 2008. DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1914>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1914> Acesso em 24 dez 2024.

WALDMANN JÚNIOR, Ludolf. As políticas de reaparelhamento naval da Marinha do Brasil, 1904-1945 / The Brazilian Navy naval refit policy, 1904-1945. **Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, p. 46-66, 2019.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ANEXO A

Edição própria
NA
AVENIDA CENTRAL
138, 139, 141

O PAIZ

ASSIGNATURAS
Doze meses . . . 30000
Seis meses . . . 18000
Um mês . . . 3000
CORREIO AVULSO 1000 RL.

ANO XXVII — N.º 2546

RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 1910



A REVOLTA DOS MARINHEIROS

guarnições sublevadas---O "Minas Geraes", o "S. Paulo" e o "Bahia"---Outros navios---A morte do comandante do "Minas", capitão de mar e guerra Baptista das Neves---Outros officiaes sacrificados: capitães-tenentes José Claudio da Silva Junior e Mario Lameheyer e o 1º tenente Mario Alves de Souza---O bombardeio---O dia de hontem---O deputado José Carlos de Carvalho, emissario do governo, parlamenta com os revoltados a bordo do "Minas" e do "S. Paulo"---O que querem os marinheiros---As condições que elles estabelecem---Resolução de aguardar fóra da barra até o meio dia de hoje a satisfação das suas exigencias---A esquadra revoltada sae ao cair da noite---A repercussão da revolta no Senado e na Camara: falam os senadores Quintino Bocayuva, Alfredo Ellis, Ruy Barbosa, Severino Vieira e A. Azeredo e os deputados Torquato Moreira, Antunes Maciel, Irineu Machado e Luiz Adolpho---O deputado José Carlos narra á Camara a sua visita aos navios revoltados---Balas



OBJETIVOS



- EXPLORAR A REVOLTA DA CHIBATA NÃO APENAS COMO UM EVENTO ISOLADO, MAS COMO UM REFLEXO DAS LUTAS SOCIAIS MAIS AMPLAS DO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX.
- DISCUTIR A IMPORTÂNCIA DA REVOLTA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL E POLÍTICA DOS EX-ESCRAVIZADOS E SEUS DESCENDENTES EM UM BRASIL MARCADO PELA EXCLUSÃO.
- AVALIAR AS REPERCUSSÕES DO MOVIMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA, ENFATIZANDO A LUTA POR DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS.

CONTEXTO HISTÓRICO



A ESCRAVIDÃO TERMINOU FORMALMENTE EM 1888, MAS DEIXOU OS EX-ESCRAVIZADOS SEM CHÃO, EDUCAÇÃO OU RECURSOS PARA REINTEGRAÇÃO NA SOCIEDADE.

3

CONTEXTO HISTÓRICO

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA EM 1889 SINALIZOU UM NOVO COMEÇO POLÍTICO NO BRASIL, MAS NÃO TROUXE INCLUSÃO EFETIVA PARA A POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE, SEMPRE RELEGADA AO STATUS DE CIDADÃOS DE SEGUNDA CLASSE.

CONTEXTO HISTÓRICO



A CONSTITUIÇÃO DE 1891 DECLARAVA TODOS OS NASCIDOS NO BRASIL COMO CIDADÃOS, MAS OS DESAFIOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SOCIAL IMPEDIRAM A MAIORIA DE APROVEITAR ESSA GARANTIA.

5

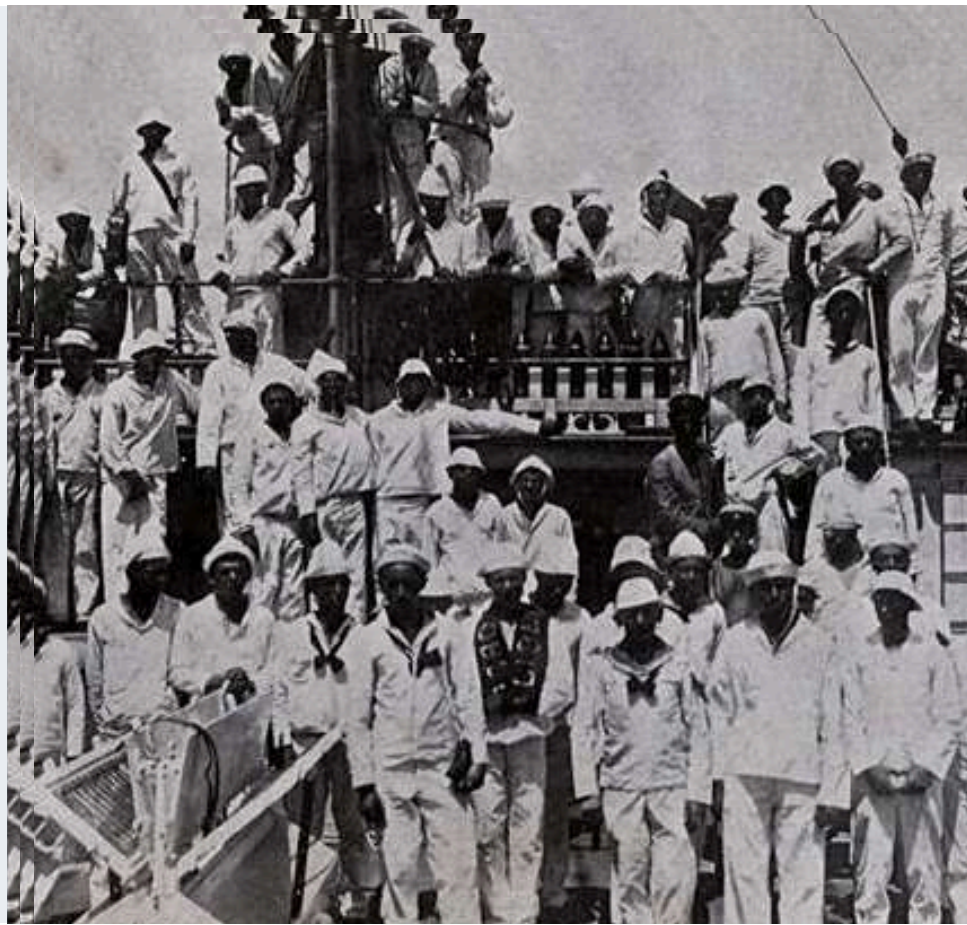
Combatendo a exclusão

A Revolta da Chibata, deflagrada em 1910, no Rio de Janeiro, que na época era a capital da República, foi uma manifestação das lutas empreendidas pela população marginalizada. O grande contingente populacional composto pelos ex-escravizados, mestiços e brancos pobres, buscava reconhecimento e uma voz na sociedade, lutando contra a marginalização e a exclusão.

6

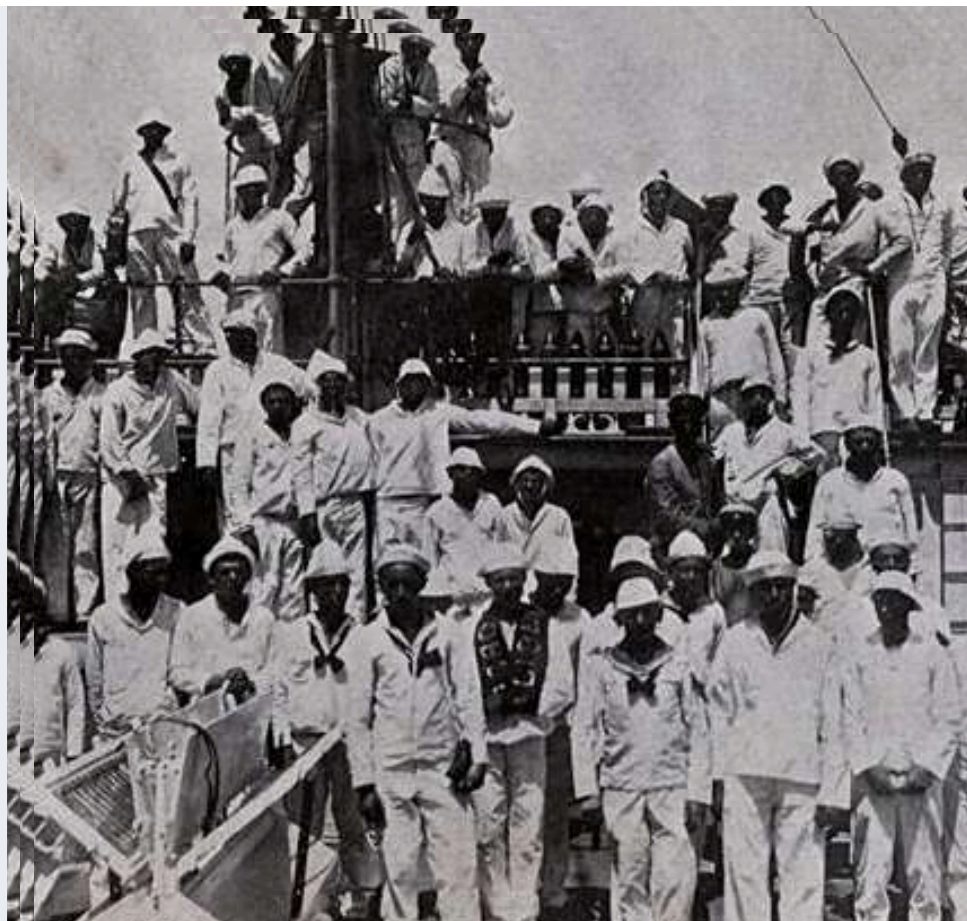
Perfil dos marinheiros

Os marinheiros que protagonizaram a revolta eram em sua maioria homens de origem pobre, e muitos deles eram descendentes de escravizados, refletindo a profunda desigualdade racial da época.



Perfil dos marinheiros

Dados históricos indicam que cerca de 68% dos marinheiros eram classificados como "negros" ou "pardos", o que evidencia a sobre-representação de indivíduos de grupos marginalizados na Marinha.

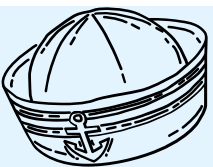


TOMADA DE CONSCIÊNCIA

A experiência em viagens internacionais, onde testemunharam as melhores condições de trabalho de marinheiros de outras nações, contribuiu para o amadurecimento de uma consciência crítica. Diante da falta de perspectivas de mudança, a revolta emergiu como a única via para serem ouvidos e conquistar direitos, como a abolição dos castigos físicos.

Mal remunerados e desvalorizados profissionalmente, os marinheiros, pertencentes aos estratos mais baixos da população, sentiam-se cada vez mais marginalizados.





CAUSAS DA REVOLTA



- Em 1910, marinheiros da Marinha Brasileira se revoltaram em resposta às punições físicas severas que eram uma prática comum, incluindo a utilização da chibata, que evocava a brutalidade da escravidão.
- As principais reivindicações incluíam não apenas o fim das chibatadas, mas também aumentos salariais, melhores condições de trabalho e o reconhecimento de seus direitos como cidadãos brasileiros.

11



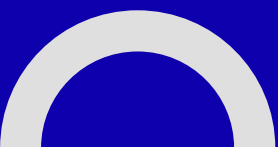
O planejamento da Revolta da Chibata envolveu várias etapas que permitiram a organização e mobilização dos marinheiros.

As principais características do planejamento incluem:

1. **Conscientização e organização:** antes da revolta, houve um processo de conscientização entre os marinheiros sobre suas condições de trabalho e a necessidade de mudança.
2. **Reuniões Secretas:** Os marinheiros se reuniam em segredo para discutir as estratégias da revolta e planejar ações.

12

O planejamento culminou na decisão de sequestro dos encouraçados *Minas Gerais*, *São Paulo*, e *Deodoro* e o cruzador *Bahia*. Essa ação permitiu que os marinheiros tomassem controle dos navios de guerra mais poderosos da Marinha.

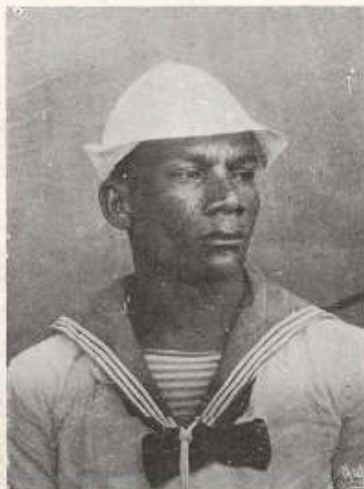


A decisão de iniciar o movimento pode ter sido influenciada pelo castigo exemplar de duzentas chibatadas aplicado ao marinheiro Marcelino, na semana que antecedeu a revolta. Marcelino fora punido por ter atacado e ferido a navalhadas outro marinheiro que lhe denunciara por ter trazido bebida alcóolica a bordo.

OS CHEFES DA ESQUADRA SUBLEVADA



O cabo de marinheiros André Avelino, que serviu como imediato do encouraçado «S. Paulo».



O marinheiro Gregório do Nascimento, que serviu como comandante do encouraçado «S. Paulo».



O marinheiro que serviu como ajudante de ordens de João Cândido.



O marinheiro João Cândido, que comandou o «Minas Geraes» e serviu de almirante a toda esquadra revoltada.

As ações

Na noite de 22 de novembro de 1910, enquanto o comandante do encouraçado *Minas Gerais*, João Batista das Neves encontrava-se a bordo de um navio da marinha francesa, fundeado na baía da Guanabara, participando de um jantar, os marinheiros de seu navio preparavam-se para desencadear a revolta.

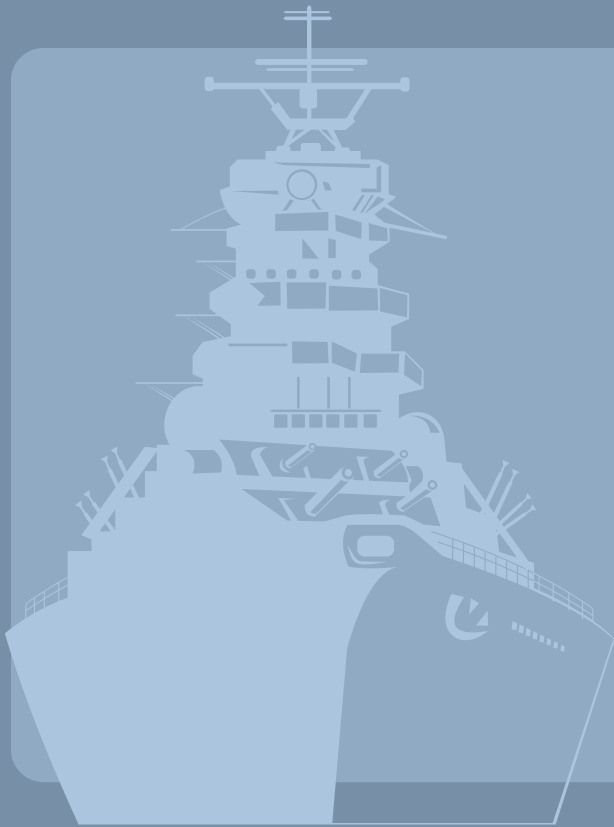




Ao retornar, o comandante, dirigiu-se para seus aposentos, em seguida ouviu uma gritaria e ao voltar para o convés para verificar do que se tratava se deparou com sua guarnição amotinada, que, com gritos de "Viva a liberdade!" e "Abaixo a chibata!", havia tomado o controle do navio. A insurreição começara.

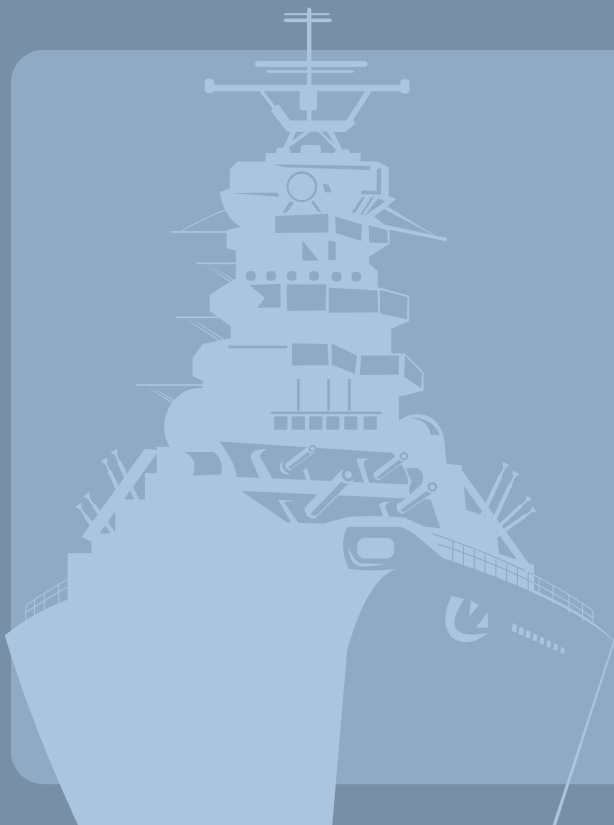


O comandante e seus oficiais tentaram resistir, mas foram rapidamente superados pela fúria dos amotinados, que estavam determinados a dar um basta no estado de humilhação que enfrentavam. Em pouco tempo, Batista das Neves e alguns de seus oficiais tombaram mortos.



A insurreição espalhou-se, para outros navios da esquadra, como o *São Paulo*, o *Deodoro* e o *Bahia*, demonstrando planejamento e capacidade de ação coordenada. A notícia da revolta rapidamente se espalhou, enquanto a cidade do Rio de Janeiro entrava em pânico.

19



Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, o pânico ficava por conta do aspecto dos grandes encouraçados, o *São Paulo* e o *Minas Gerais*. Os dois eram os mais poderosos e modernos navios de guerra do mundo. Juntos, exibiam em suas torres giratórias um total de 84 canhões, entre os quais 24 com assustadoras bocas de 305 mm.

20



Os potentes canhões do *Minas Geraes* abriram fogo contra a cidade causando pânico entre a população. Com essa ação, os revoltosos deixavam claro que estavam dispostos a tudo para alcançar seus objetivos.

21

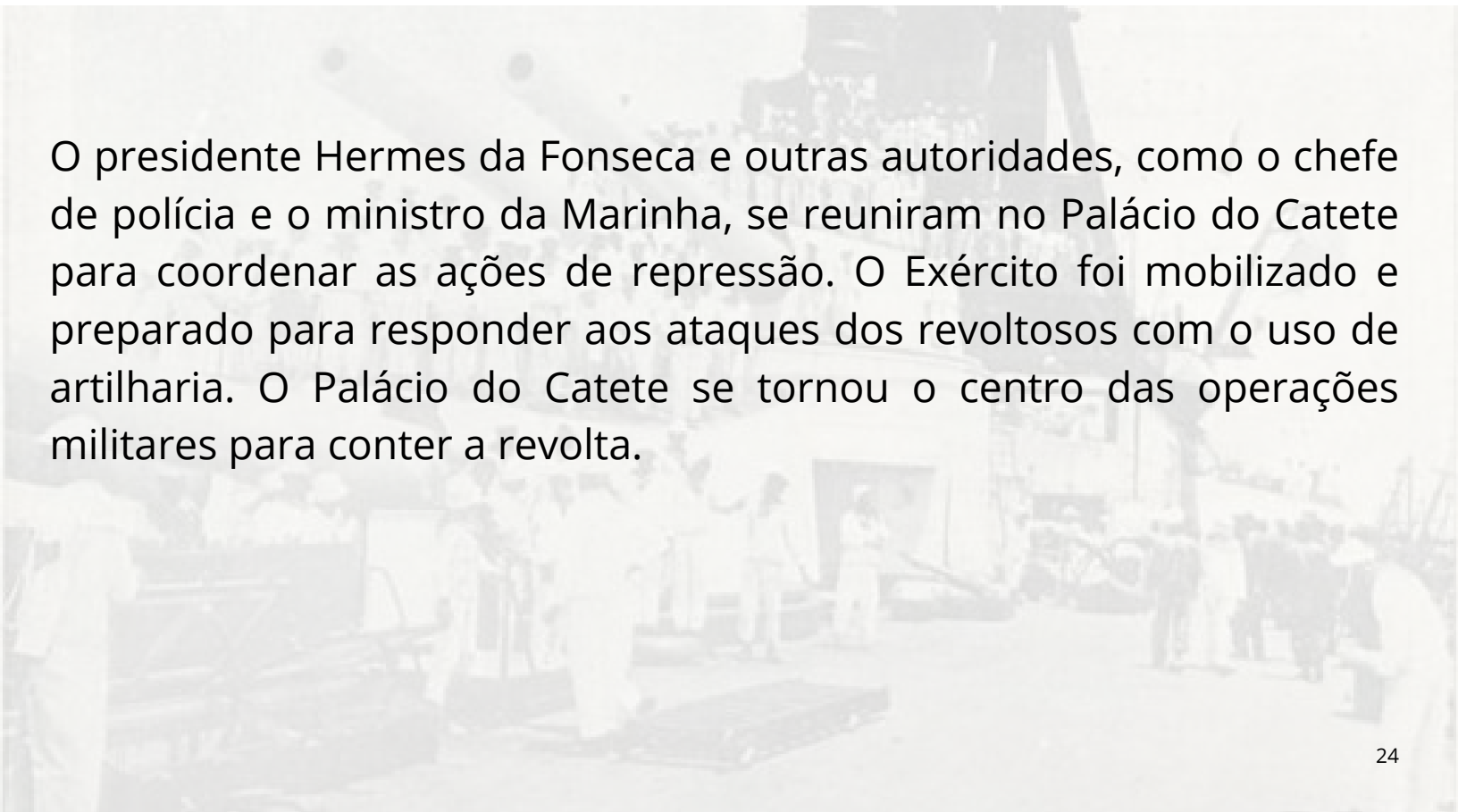


A edição número 3416 do dia 24 de novembro de 1910 do jornal *Correio da Manhã* estampou na primeira página "durante o dia de ontem os navios revoltosos fizeram diversos disparos sobre a cidade". O periódico também divulgou fotos das crianças Ernani e Ricardina, vítimas fatais dos disparos do encouraçado Minas Geraes contra o Morro do Castelo.

22



No momento em que começava a revolta, o Presidente encontrava-se num baile no Clube da Tijuca

A faded, historical photograph showing a large indoor gathering, likely a ball or a formal event, with many people in period clothing. The scene is dimly lit, with some figures in the foreground and a large crowd in the background.

O presidente Hermes da Fonseca e outras autoridades, como o chefe de polícia e o ministro da Marinha, se reuniram no Palácio do Catete para coordenar as ações de repressão. O Exército foi mobilizado e preparado para responder aos ataques dos revoltosos com o uso de artilharia. O Palácio do Catete se tornou o centro das operações militares para conter a revolta.

O desenrolar dos acontecimentos trouxe à tona as primeiras informações sobre a rebelião. Um comunicado do comando rebelde ao presidente, estava escrito: *“Não queremos volta chibata. Isso pedimos presidente, ministro Marinha. Queremos resposta já e já. Caso não tenhamos, bombardearemos cidade e navios que não se revoltaram—guarnições “Minas”, “São Paulo” e “Bahia”.*



O cabo de marinheiros André Avelino



O marinheiro Gregório do Nascimento, que serviu como comandante



O marinheiro que serviu como ajudante de ordens de



O marinheiro João Candido, que commandou

4. Elaboração de Reivindicações:

Os organizadores da revolta elaboraram uma lista de reivindicações, incluindo o fim dos castigos corporais, aumento de salário e melhores condições de trabalho. A clareza nas demandas ajudou a dar foco ao movimento e a mobilizar a atenção da imprensa e da classe política.

Rio de Janeiro 22 de Novembro de 1910

Ilmo. e Exmo. Sr. Presidente da República Brasileira.

Cumprimo-vos, comunicando a V. Excia. como chefe da Nação Brasileira.

Nós Marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos, não podendo mais suportar a escravidão na Marinha Brasileira, a falta de proteção que a Pátria nos dá; e até então não nos chegou, rompemos o negro véu, que nos cobria aos olhos do patriótico e enganado povo.

Achando-se todos os navios em nosso poder, tendo ao seu bordo prisioneiros todos os oficiais os quais não ser grandiosos, porque durante vinte annos da República ainda não foi bastante para tratarmos como cidadãos fardados em defesa da Pátria, mandamos esta honrada mensagem para que V. Excia. faça os Marinheiros Brasileiros possuírem os direitos

sagrados que as leis da República nos facilita, acabando com a desordem e nos dando outros gozos que venham engrandecer a Marinha Brasileira; bem assim como: retirar os officiaes incompetentes e indignos de servir a Nação Brasileira, reformar o Código imoral e vergonhoso que nos rege, a fim de que desapareça a chibata, o bolo e outros castigos semelhantes; aumentar o soldo pelos últimos planos do illustre Senador José Carlos de Carvalho, educar os Marinheiros que não tem competência para vestirem a orgulhosa farda, mandar por em vigor a tabella de serviço diário, que a acompanha. Tem V. Excia. o prazo de 12 horas para mandar-nos a resposta satisfactoria, sob pena de ver a Pátria aniquilada.

Bordo do Encouraçado "S. Paulo" em 22 de Novembro de 1910.

Nota - não poderá ser interrompida a ida e volta do mensageiro.

Marinheiros.

Cópia do Memorial dos marinheiros nacionais Revoltados

Transcrição do Memorial

Rio de Janeiro 22 de Novembro de 1910

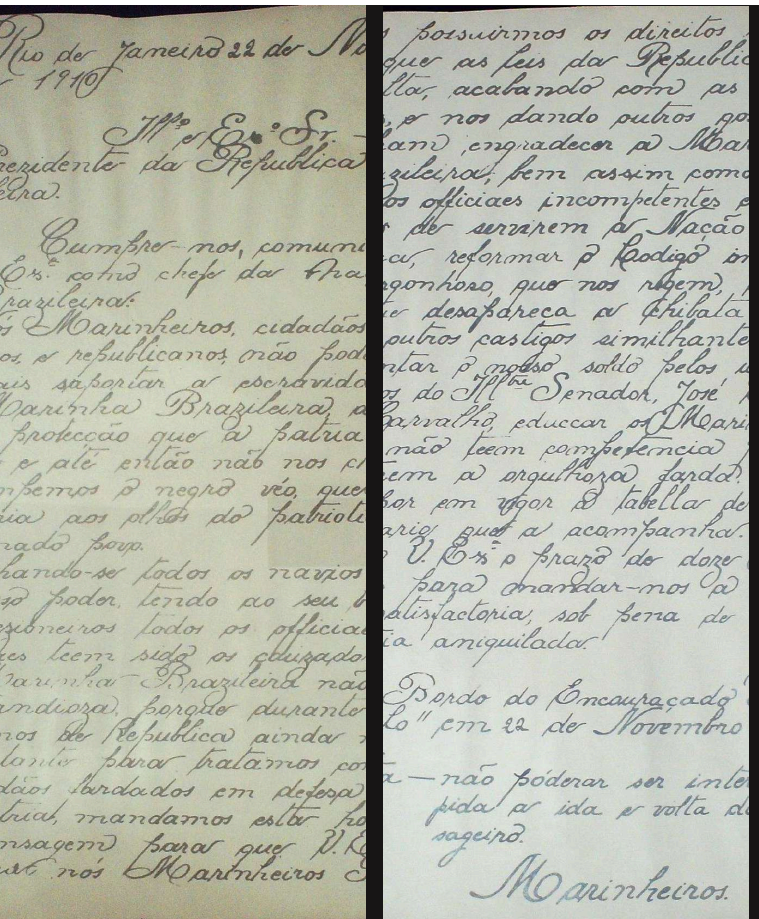
Ilmo. e Exmo. Sr. Presidente da República Brasileira.

Cumprimo-vos, comunicando a V. Excia. como chefe da Nação Brasileira.

Nós Marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos, não podendo mais suportar a escravidão na Marinha Brasileira, a falta de proteção que a Pátria nos dá; e até então não nos chegou, rompemos o negro véu, que nos cobria aos olhos do patriótico e enganado povo.

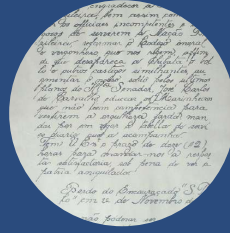
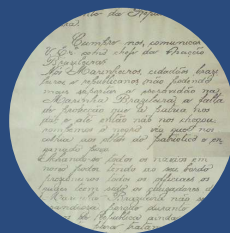
Achando-se todos os navios em nosso poder, tendo ao seu bordo prisioneiros todos os officiaes os quais não ser grandiosos, porque durante vinte annos da República ainda não foi bastante para tratarmos como cidadãos fardados em defesa da Pátria, mandamos esta honrada mensagem para que V. Excia. faça os Marinheiros Brasileiros possuírem os direitos

Ilmo. e Exmo. Sr. presidente da República Brasileira,
Cumpre-nos, comunicar a V.Excia. como Chefe da Nação Brasileira:
Nós, marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos, não podendo mais suportar a escravidão na Marinha Brasileira, a falta de proteção que a Pátria nos dá; e até então não nos chegou; rompemos o negro véu, que nos cobria ao olhos do patriótico e enganado povo.
Achando-se todos os navios em nosso poder, tendo a seu bordo prisioneiros todos os Officiaes, os quais, tem sido os causadores da Marinha Brasileira não ser grandiosa, porque durante vinte annos de República ainda não foi bastante para tratar-nos como cidadãos fardados em defesa da Pátria, mandamos esta honrada mensagem para que V. Excia. Faça os Marinheiros Brasileiros possuírem os direitos sagrados que as leis da República nos facilita, acabando com a desordem e nos dando outros gozos que venham engrandecer a Marinha Brasileira; bem assim como: retirar os officiaes incompetentes e indignos de servir a Nação Brasileira. Reformar o Código imoral e vergonhoso que nos rege, a fim de que desapareça a chibata, o bolo, e outros castigos semelhantes; aumentar o soldo pelos últimos planos do illustre Senador José Carlos de Carvalho, educar os marinheiros que não tem competência para vestir a orgulhosa farda, mandar por em vigor a tabela de serviço diário, que a acompanha. Tem V.Excia. o prazo de 12 horas, para mandar-nos a resposta satisfatória, sob pena de ver a Pátria aniquilada.
Bordo do Encouraçado São Paulo, em 22 de novembro de 1910.
Nota: Não poderá ser interrompida a ida e volta do mensageiro. Marinheiros.



O documento contém uma série de reivindicações que revelam não apenas a situação específica das praças da Marinha Brasileira em 1910, mas também um espectro mais amplo de luta por cidadania e direitos sociais negados a muitos brasileiros daquela época.

A historiadora Sílvia Capanema de Almeida relata "o caso da associação dos marinheiros da marinha mercante que, de acordo com seu registro de criação, buscava conseguir a redução das horas de trabalho e o aumento dos salários, instruir os colegas pela organização de uma biblioteca. (Almeida, 2020, p. 83)." O estudo de Almeida demonstra a confluência das lutas sociais no período inicial da República.





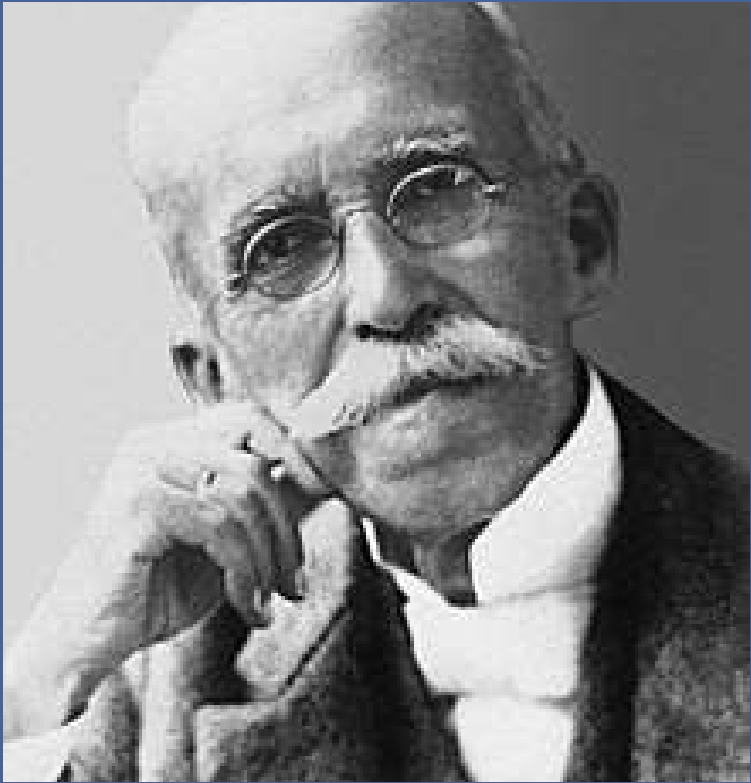
A principal reivindicação dos marinheiros, era a imediata abolição da prática de açoitar os marinheiros com a chibata. Essa forma de punir “que podia chegar a centenas de golpes de chibata diante da tripulação” (Almeida, 2013, p. 222), era herança da escravidão.

31



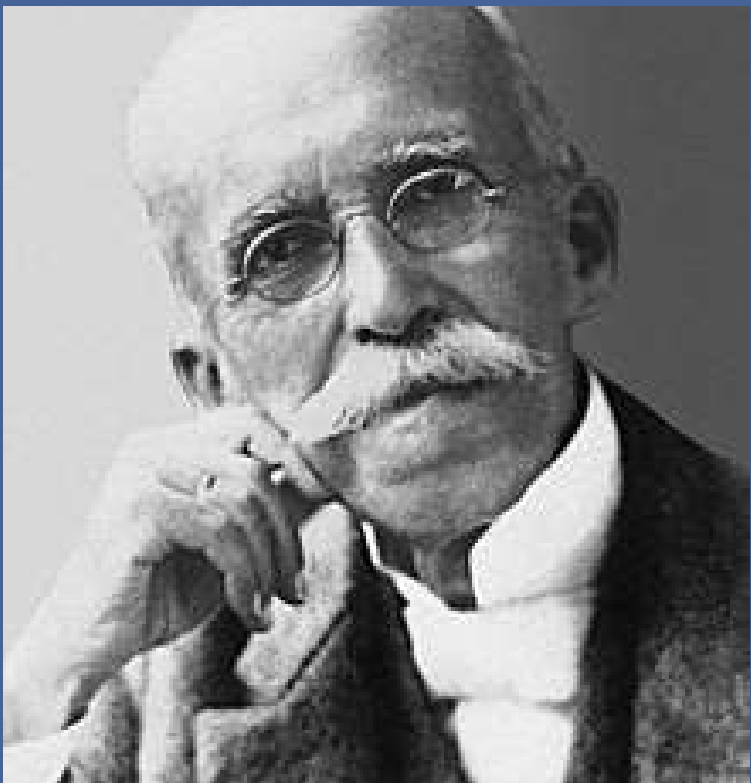
A revolta gerou agitação no meio político. Os debates no parlamento brasileiro foram intensos. Segundo Nascimento (2010), o senador Pinheiro Machado, que a autoridade do governo e a disciplina militar deveriam ser mantidas a todo custo e argumentava que o governo só deveria considerar as reivindicações dos marinheiros após a rendição e entrega das armas.

32



Por outro lado, o senador Rui Barbosa, adotou uma postura mais conciliatória e defensiva em relação aos marinheiros. Rui Barbosa via a revolta como um sintoma de problemas mais profundos dentro da Marinha e da sociedade brasileira, como a opressão e a discriminação racial. Conforme Santos (2005), Barbosa defendia que não se deveria condenar apenas os meios utilizados pelos rebeldes, mas também analisar a culpa da própria sociedade brasileira, inclusive dos políticos, no episódio da Revolta dos Marinheiros.

33



O senador Baiano defendia que o governo precisava reconhecer as injustiças enfrentadas pelos marinheiros e buscar uma solução pacífica para a crise. Ele acreditava que a repressão e a violência não eram a resposta adequada e que o diálogo era essencial para resolver as tensões.

34



Rui Barbosa apresentou um projeto de anistia que concedia anistia aos insurretos, desde que estes se submetessem às autoridades constituídas. Tal projeto, continha os seguintes dispositivos legais:

Art. 1º É concedida anistia aos insurretos de posse dos navios da Armada Nacional se os mesmos dentro do prazo que lhes for marcado pelo Governo se submeterem às autoridades constituídas.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

35

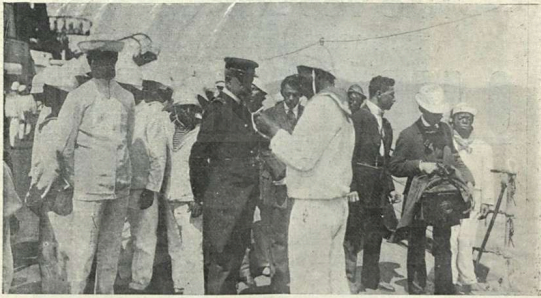
Charge do presidente Hermes da Fonseca no momento da assinatura da anistia, encorajado pela política e pela burguesia, e no segundo plano, o Zé povo consola a pátria decepcionada.



36

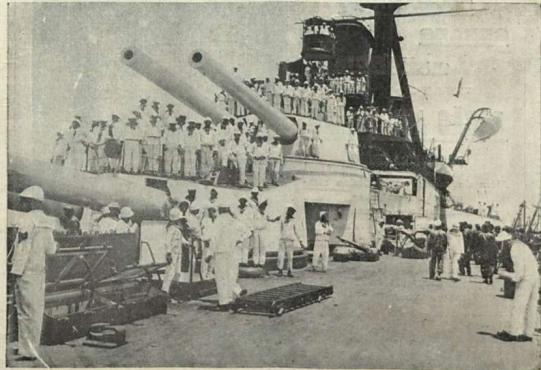
Fonte: O Malho, edição 0429 de 3 dez 1910

O MALHO
REVOLTA DOS MARINHEIROS
A LEITURA DO DECRETO DA AMNISTIA



O marinheiro João Cândido, chefe dos revoltosos, lê o decreto de amnistia publicado no *Diário Oficial* que lhe foi entregue pelo comandante Pereira Leite. Lê e desconfiado, pede explicações acerca da significação do art. 2º, que revoga as disposições em contrário

A BORDO DO S. PAULO: EXPECTATIVA PACIFICA



A guarnição do couraçado S. Paulo aguardando a comunicação da amnistia e as ordens do marinheiro chefe da revolta, sobre a entrega do navio ao comandante legal nomeado pelo governo

A anistia concedida aos marinheiros, representou uma vitória parcial e frágil e não significou o fim das hostilidades. O governo e a promulgou o Decreto nº 8400, um instrumento legal que autorizava excluir, a bem da disciplina, dos quadros da Marinha, os indivíduos considerados nocivos à disciplina. Essa medida, claramente retaliatória, visava punir aqueles que haviam participado da revolta e intimidar outros potenciais candidatos a ações semelhantes; demonstrando a fragilidade da conciliação e a persistência das tensões institucionais.

37

A Revolta na imprensa

A cobertura da imprensa também desempenhou um papel importante, moldando e amplificando a percepção pública sobre a revolta e suas implicações. Tania Ferreira (2010) demonstrou que a imprensa do Rio de Janeiro desempenhou um papel decisivo na construção da opinião pública acerca do movimento. Compreendendo uma variedade de abordagens e opiniões para retratar os eventos e suas implicações. “a imprensa da cidade vai contribuir de maneira significativa na divulgação, análises e denúncias, com fotos, caricaturas e artigos de opinião sobre os acontecimentos mais variados e surpreendentes que se produziam. A Revolta da Chibata terá uma das mais significativas participações da imprensa que a tornarão visível aos olhos de todo o Brasil e fonte documental importante para os historiadores”. (Ferreira, 2010, p. 14).



38

A Revolta na imprensa

Jornais e revistas como *O Correio da Manhã*, *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *O Malho* e *Careta*, em suas reportagens, mantinham o público informado das manobras realizadas pelos marinheiros e dos atos das autoridades, garantindo que a população em geral estivesse ciente do que estava acontecendo. A cobertura intensa ajudou a transformar a revolta em um tema de discussão nas rodas sociais e políticas do Rio de Janeiro e do Brasil.



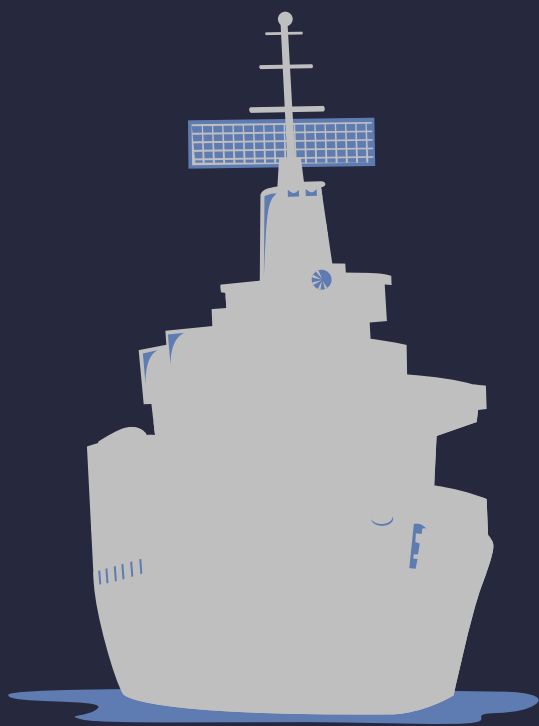
39

Depois da Revolta



Como parte das medidas repressivas tomadas pelo governo posteriormente à revolta, o decreto 8.400 de 28 de novembro, que autorizava a baixa, por exclusão, do Corpo de Marinheiros Nacionais, [daqueles] cuja permanência no serviço for inconveniente à disciplina, permitiu às autoridades da Marinha a exclusão de, aproximadamente, mil e duzentos marinheiros, até abril de 1911, fornecendo aos mesmos passagem para seus estados de origem". (Neto, 2020, p. 137-138).

40



Depois da Revolta

A deportação de militares para a Amazônia também foi utilizada como represália contra os que não se enquadravam nos padrões de disciplina exigidos pelo comando.

O legado

A Revolta dos marinheiros, terminou com a concessão de anistia aos marinheiros envolvidos e a abolição do uso da chibata como forma de punição na Marinha brasileira. Mas o grande mérito desta revolta, para além dessas conquistas imediatas, foi expor as condições de vida e trabalho a que os marinheiros eram submetidos. Essa visibilidade foi fundamental para trazer à tona as vozes dos silenciados e dos excluídos da sociedade brasileira.

João Cândido: o líder



O marinheiro João Cândido, que commandou o «Minas Geraes» e sérviu de almirante a toda esquadra revoltada

Careta:, edição 0134 de 3 dez 1910

A figura de João Cândido Felisberto emerge, no bojo da Revolta da Chibata, como figura central, o líder da revolta.

Essa afirmação não é unânime, haja vista a polêmica que cerca o Projeto de Lei do Senado nº 340/2018 que propõe a inscrição de seu nome no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

43

João Cândido: o almirante negro

“O marinheiro João Cândido nasceu em 1880 no município de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, onde seus pais seriam escravos já libertos. Era um negro alto, encorpado, introvertido, de poucas palavras e poucos gestos. Com 15 anos, entrou para a Escola de Aprendizes. Serviu em diversos navios mistos e a vapor, sem exercer função que o salientasse”. (Martins, 2010, p. 56).



O marinheiro João Cândido, que commandou o «Minas Geraes» e sérviu de almirante a toda esquadra revoltada

Careta:, edição 0131 de 3 dez 1910

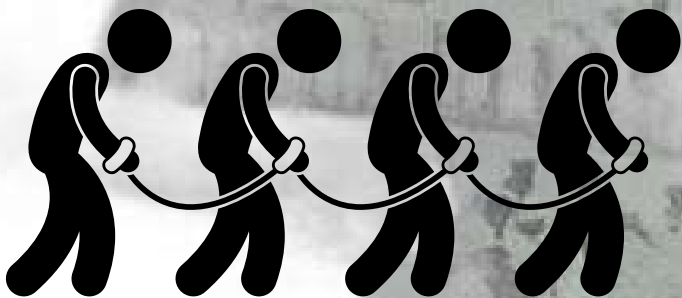
44

A origem de João Cândido o coloca em um contexto histórico e social marcado pela discriminação racial. A condição de seus pais como escravizados libertos sugere que ele cresceu em um ambiente onde as questões de raça e classe eram muito relevantes. Era de se esperar que sua figura fosse controversa e, ainda capaz de suscitar debates acalorados. Em determinados ambientes, a simples menção de seu nome e de seus feitos em 1910 pode ser, no mínimo, inconveniente. Mas uma coisa é inegável, se o simples pronunciar do nome desse marinheiro causa desconforto em certas esferas, significa que algo incomodou a "harmonia social", alguma coisa escapou do trilho da História.



O marinheiro João Cândido, que com o «Minas Geraes» e serviu de alma a toda esquadra revoltada

Visões divergentes



Um homem negro, nascido na vigência da escravidão, em condições socioeconômicas extremamente desfavoráveis, sem expectativa de ascensão social, como tantos outros em sua situação, ser manchete nos principais veículos de comunicação da capital do país é, no mínimo anômalo. Silvia Almeida lembra que: "O marinheiro negro João Cândido continua sendo a figura mais lembrada desse movimento, ao passo que sua história de vida revela diferentes combates memoriais, os quais envolvem a adesão de políticos e de diferentes correntes dos movimentos sociais e negros, mas também controvérsias". (Almeida, 2011, p. 62).

Visões divergentes

Martins (2010) critica a forma como a figura de João Cândido foi mitificado pela imprensa e pela memória coletiva, argumentando que essa construção não se baseia em uma análise histórica precisa. Ele sugere que a glorificação de Cândido como um herói da resistência é uma distorção da realidade, que não reflete sua verdadeira participação na revolta. "João Cândido teve seu momento de glória. O abandono a que fora relegada sua memória foi substituído pela entronização, como o defensor dos humildes, o Almirante Negro invencível no passadiço do capitânea da esquadra rebelde. Mas, ante o que se passou na verdade, torna-se um mito sem embasamento histórico". (Martins 2010, p. 63).

Conclusão

A Revolta da Chibata, simbolizou a luta contra a opressão e a exclusão social que permeou a sociedade brasileira durante a primeira República, especialmente no contexto do pós-abolição. Liderada por João Cândido, essa revolta não apenas atropelou o canal de comando da hierarquia militar, mas também se tornou um grito de resistência de marinheiros, em sua maioria negros e pardos, de classes sociais marginalizadas, que buscavam dignidade e direitos em uma sociedade com acentuados níveis de desigualdades raciais e sociais.

A Revolta da Chibata e a figura de João Cândido não apenas desafiam as narrativas históricas tradicionais, mas também ressaltam a urgência de um reconhecimento mais amplo das lutas por justiça social e igualdade que marcaram a primeira República.

CRÉDITOS DAS IMAGENS

Nº do slide	Direito de imagem	link do site onde se conseguiu a informação	Data do acesso
01	Hemeroteca Digital Brasileira	https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&pagfis=4502	16/12/24
02	Hemeroteca Digital Brasileira	https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_02&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=3116	16/12/24
07	Hemeroteca Digital Brasileira	https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=083712&Pesq=rebelli%c3%a3o&pagfis=3596	20/12/24
08	Hemeroteca Digital Brasileira	https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=083712&Pesq=rebelli%c3%a3o&pagfis=3596	20/12/24
10	Hemeroteca Digital Brasileira	https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=083712&Pesq=rebelli%c3%a3o&pagfis=3596	28/12/24
13	Hemeroteca Digital Brasileira	https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_02&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=3107	28/12/24

CRÉDITOS DAS IMAGENS

Nº do slide	Direito de imagem	link do site onde se conseguiu a informação	Data do acesso
14	Hemeroteca Digital Brasileira	https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=083712&Pesq=rebelli%c3%a3o&pagfis=3602	02/01/25
15	Hemeroteca Digital Brasileira	https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=107468&pagfis=1424	08/01/25
23	Arquivo Público do Estado de São Paulo	https://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao_chibata/assets/fontes/20.jpg	08/01/25
26	Arquivo Público do Estado de São Paulo	https://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao_chibata/assets/fontes/8.jpg	23/01/25
33	<u>Wikipédia</u>	https://pt.wikipedia.org/wiki/Pinheiro_Machado	23/01/25
34	<u>Wikipédia</u>	https://pt.wikipedia.org/wiki/Ruy_Barbosa	

CRÉDITOS DAS IMAGENS

Nº do slide	Direito de imagem	link do site onde se conseguiu a informação	Data do acesso
37	Hemeroteca Digital Brasileira	https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=083712&Pesq=rebelli%c3%a3o&pagfis=3602	23/01/25
38	Hemeroteca Digital Brasileira	https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=17619	23/01/25
44	Arquivo Público do Estado de São Paulo	https://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao_chibata/assets/fontes/20.jpg	23/01/25
45	Arquivo Público do Estado de São Paulo	https://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao_chibata/assets/fontes/8.jpg	23/01/25

CRÉDITOS DOS VÍDEOS

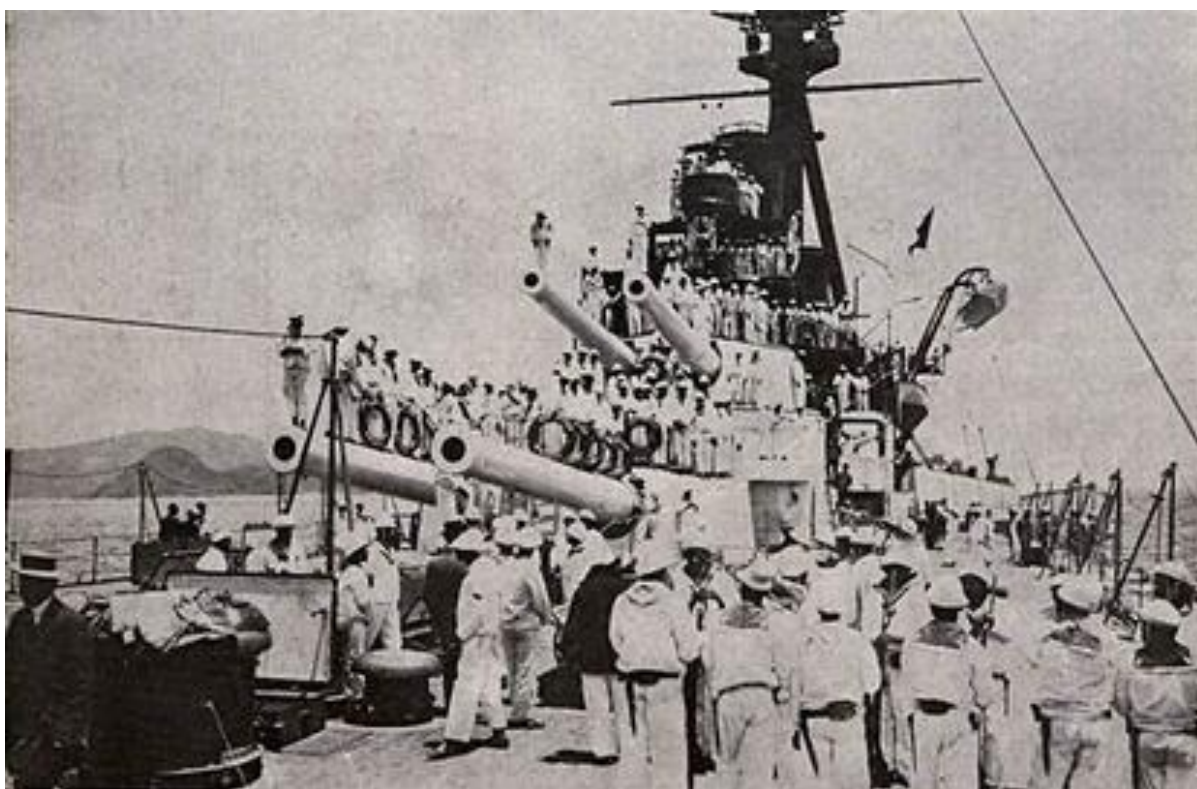
Nº do slide	Direito de imagem	link do site onde se conseguiu a informação	Data do acesso
12	Canva	https://www.canva.com/design/DAGdOKApJvo/rmxgLWV6u3ycx6kMjRjbpQ/edit	06/02/25
16	Canva	https://www.canva.com/design/DAGdOKApJvo/rmxgLWV6u3ycx6kMjRjbpQ/edit	06/02/25



ANEXO B

JOSÉ AUGUSTO PIMENTEL DE FREITAS

A REVOLTA DA CHIBATA



Fonte: Revista O Malho/Biblioteca Nacional Digital (EL PAÍS)

CAMPO GRANDE – MS

2025

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1 CONTEXTO HISTÓRICO	4
2 O PERFIL DOS MARINHEIROS E A TOMADA DE CONSCIÊNCIA	6
3 O PLANEJAMENTO E DESENVOLVER DA REVOLTA	7
4 A REVOLTA DA CHIBATA: UM GRITO DE RESISTÊNCIA	7
5 AS REIVINDICAÇÕES	8
FONTES	9

INTRODUÇÃO

A Revolta da Chibata, ocorrida em 1910, representa um dos episódios mais emblemáticos da história brasileira, evidenciando a luta dos marinheiros contra a opressão e as condições desumanas a que eram submetidos. Este material didático foi elaborado com o objetivo de fornecer uma abordagem acessível e envolvente sobre esse acontecimento histórico, possibilitando sua discussão e análise em sala de aula.

A apostila está estruturada de forma a contextualizar os fatores históricos que antecederam a revolta, incluindo a herança da escravidão, a exclusão social dos afrodescendentes após a abolição, e a permanência de práticas disciplinares arcaicas na Marinha brasileira. Em seguida, apresenta o perfil dos marinheiros envolvidos, destacando as condições precárias de trabalho e o despertar da consciência coletiva que culminou na revolta.

O planejamento e a execução do movimento também são abordados detalhadamente, evidenciando a organização estratégica dos revoltosos e o impacto imediato da insurreição na sociedade e no governo da época. Além disso, são discutidas as principais reivindicações dos marinheiros, os desdobramentos políticos e sociais do evento e as consequências para seus protagonistas, incluindo a traição governamental e a repressão aos líderes do movimento.

A Revolta da Chibata transcende seu contexto imediato e deve ser compreendida como um marco na luta por direitos e dignidade no Brasil. Ao trabalhar esse tema em sala de aula, os estudantes são incentivados a refletir sobre a persistência das desigualdades sociais, a importância da resistência e os desafios enfrentados por aqueles que ousam desafiar estruturas opressivas.

Espera-se que esta apostila contribua para um aprendizado significativo, promovendo uma compreensão crítica dos acontecimentos históricos e sua relevância para o presente. Dessa forma, busca-se não apenas transmitir informações, mas também estimular o pensamento crítico e o debate qualificado entre os alunos.

1 CONTEXTO HISTÓRICO

A Revolta da Chibata, ocorrida de 22 a 26 de novembro de 1910, no Rio de Janeiro, é um daqueles eventos que contraria a tradição historiográfica, haja vista ter sido levada a cabo por simples marinheiros predominantemente descendentes de escravizados. Por se tratar de um fato estranho à linearidade histórica, para compreendê-la, é preciso examinar o contexto na qual se insere.

Ao pôr a lupa sobre as circunstâncias que envolveram a revolta, é possível enxergar outros elementos desencadeantes, que a atrela ao conjunto de fatores vividos por aquela parte da população egressa da escravidão e entendê-la como expressão de um movimento maior, que aspirava a integração e a cidadania para as pessoas negras no pós-abolição. “Nenhuma revolução é feita em nome de ideias que não tenham alguma receptividade e as razões que explicam por que certas ideias surgem ou vencem em determinado momento só podem ser entendidas quando se analisa a realidade vivida pelos homens que lutam a favor ou contra elas” (Viotti, 1999, p. 453).

Na data da revolta, fazia apenas vinte e dois anos que a escravidão havia sido abolida. A Lei Áurea, chancelada em 13 de maio de 1888, foi um ato de reconhecimento legal, pelo Estado brasileiro, de que a escravidão se tornara obsoleta, antieconômica e anacrônica, em um país, cuja economia ainda se assentava em base agrária, mas que já via surgir iniciativas que apontavam em direção do capitalismo industrial.

O império brasileiro, desde o seu início sofreu pressão internacional, vinda da Inglaterra, para decretar o fim da escravidão, chegando a se constituir uma das exigências dos ingleses para reconhecer o Brasil como Nação independente em 1825.

A lei de 13 de maio de 1888, referendou a luta dos próprios escravizados, que durante séculos nunca aceitaram a condição que lhes fora imposta; entretanto, as frias letras da lei jamais seriam suficientes para apagar a mentalidade, do elemento colonizador, que predominou durante todo o longo período que antecedeu a sua assinatura, estendendo para a incipiente República, o sentimento reinante, na elite brasileira, de sua superioridade em relação à população pobre, notadamente a população negra.

A decrépita instituição abolida pela lei anteriormente citada, só foi possível existir, por tanto tempo, devido ao emprego de um intrincado aparato de violência contra a pessoa do escravizado. Dentre as nefastas medidas coercitivas, destacava-se o uso indiscriminado da

tortura física como *modus operandi*, tendo a chibata como instrumento usado para infligir castigos dolorosos.

Além disso, é preciso contextualizar a revolta dentro do cenário de exclusão e racismo imperante na sociedade brasileira pós-abolição. Nesse sentido, a revolta deve ser analisada sob a perspectiva da resistência e luta por direitos e dignidade. Examinando as causas profundas e complexas que levaram à Revolta da Chibata, compreende-se a sua relevância para o desvelar das lutas sociais da época. Esta apostila visa contribuir para uma visão ampla e aprofundada desse importante momento da história brasileira, ressaltando a importância da inclusão social e do reconhecimento da cidadania plena para todos os cidadãos.

Mesmo após o fim oficial da escravidão, os ex-escravizados e seus descendentes enfrentaram um sistema social que lhes negava acesso às mesmas oportunidades oferecidas aos descendentes dos imigrantes europeus, então encorajados a povoar o Brasil em nome do branqueamento da população. Este projeto, amplamente apoiado por teorias raciais pseudocientíficas da época, tentou promover a ideia de que o progresso do país dependia da assimilação de culturas "superiores", frequentemente associadas a povos originários da Europa.

A economia, que até então tinha sido amplamente dependente do trabalho escravo, não contou com políticas efetivas de inclusão para integrar os ex-escravizados no mercado formal. Assim, a marginalização econômica se fez uma realidade persistente, perpetuando um ciclo de pobreza que limitou severamente o desenvolvimento social e pessoal das comunidades negras.

Para muitos dos novos brasileiros "livres", restava ocupar as periferias da sociedade, em ocupações que mal se sustentavam. Nas áreas urbanas, as favelas começaram a emergir como um espaço onde os afro-brasileiros encontraram forma de subsistir, apesar de todas as dificuldades. Estes espaços, que cresceram exponencialmente ao longo do século XX, serviram como espaços de pobreza e da resistência cultural.

Os resquícios da escravidão também foram evidentes nas instituições como a Marinha do Brasil, onde os marinheiros experimentaram a opressão de práticas disciplinares que ecoavam as brutalidades do passado. A chibata, usada como instrumento de castigo, era um lembrete cruel da desumanização infligida durante a escravidão e se tornou um símbolo central nas demandas dos revoltosos por dignidade e respeito. Esta prática reverberava com a história de submissão e silêncio imposto, ao mesmo tempo que provocava uma necessidade urgente de revolta contra a persistência de tais práticas.

A Revolta da Chibata, portanto, representa não apenas um ato de rebeldia contra um tratamento desumano, mas um grito persistente e legítimo pela inclusão racial e social, pela dignidade e, fundamentalmente, pela realização das promessas de liberdade e cidadania.

Descortinar e compreender o contexto do pós-abolição é crucial para captar o significado profundo deste movimento, que não pode ser isolado do contínuo histórico no qual se insere, mas sim celebrado como uma etapa importante na longa caminhada do Brasil rumo a uma sociedade mais justa e equitativa.

Nesse contexto, os marujos brasileiros, que enfrentaram rotinas marcadas por abusos e punições anacrônicas, começaram a considerar suas próprias circunstâncias à luz das pregações republicanas. Eles perceberam que a república que prometia cidadania não alinhava a sua retórica com a prática, criando uma contradição que estimulou a busca por mudanças.

2 O PERFIL DOS MARINHEIROS E A TOMADA DE CONSCIÊNCIA

A Revolta da Chibata não pode ser completamente compreendida sem uma análise do perfil dos marinheiros que a protagonizaram e do processo que culminou na tomada de consciência que impulsionou o movimento. Os marinheiros brasileiros no início do século XX eram, em sua maioria, oriundos de contextos socioeconômicos desfavoráveis, compostos predominantemente por afrodescendentes e mestiços, que encontraram na marinha não apenas uma forma de escapar da pobreza extrema, mas também uma possibilidade de ascensão social, embora bastante rara. Contudo, a dura realidade a bordo, marcada por práticas disciplinares violentas e escalas de serviço extenuantes, desfez rapidamente qualquer ilusão da promessa de galgar os degraus da carreira.

O cotidiano dos marinheiros da Marinha Brasileira era severo. Além das longas jornadas de trabalho, os marinheiros sofriam com a falta de condições adequadas, alimento insatisfatório e péssimas acomodações. A disciplina era mantida com mão de ferro, e os castigos corporais, especialmente as chicotadas, era prática comum.

As viagens internacionais levou os marujos a conhecerem outras realidades, onde os seus pares já haviam alcançado direitos que lhes eram negados. Durante o tempo que passaram na Inglaterra à espera da construção dos couraçados que seriam incorporados à frota brasileira, puderam observar que na marinha daquele país não era prevista a pena de açoites, e a interação com seus pares estrangeiros os levou a tomarem consciência de sua própria condição.

3 O PLANEJAMENTO E DESENVOLVER DA REVOLTA

O planejamento e o desenrolar da Revolta da Chibata constituem um capítulo decisivo na história dos movimentos de resistência no Brasil, caracterizado por um rigoroso e estratégico processo de organização liderado por marinheiros imbuídos de um senso de propósito comum. A revolta, que eclodiu em 22 de novembro de 1910, não foi um ato impulsivo, mas o resultado de uma preparação cuidadosamente planejada.

O movimento contou com a liderança de João Cândido, que emergiu como uma figura essencial na organização e execução do plano de ação. Seu conhecimento sobre as operações navais e sua habilidade de agrupar os marinheiros em torno de um objetivo comum foram decisivas. João Cândido foi vital na construção de uma identidade coletiva, agregando os marinheiros em suas aspirações de melhorias de suas condições.

4 A REVOLTA DA CHIBATA: UM GRITO DE RESISTÊNCIA

O crescente descontentamento culminou quando o marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes recebeu duzentas chibatadas, desencadeando a indignação coletiva dos marinheiros. Na noite de 22 de novembro de 1910, iniciava-se a insurreição, com marinheiros tomando o controle de várias embarcações de guerra, incluindo os encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*, os dois mais poderosos da frota. Eles apontaram os canhões para a cidade da cidade do Rio de Janeiro, para pressionar o governo a atender suas reivindicações. Este foi um movimento ousado e taticamente engenhoso, que colocou a cidade e o governo em estado de alerta e levou as autoridades a reconhecerem a gravidade da situação. O ato de levantar-se contra seus superiores, correndo o risco de punição severa ou mesmo morte, refletia um nível de desespero e um desejo coletivo de mudança que não podia mais ser ignorado.

No centro da revolta estava o uso da chibata, um legado sombrio das práticas escravagistas que ainda persistiam na Marinha de Guerra brasileira mesmo após a abolição da escravatura e a Proclamação da República. Esse foi um ponto que distinguiu a Revolta da Chibata de outras revoltas militares: ela concentrava-se na busca por dignidade e direitos básicos dentro de sua própria instituição.

A liderança dos revoltosos, coube a João Cândido, que ficaria conhecido como "Almirante Negro". João Cândido, com sua postura firme e liderança carismática, tornou-se um símbolo da resistência aos abusos de poder. Sua figura incorporou a luta contra a injustiça, sendo exaltado por muitos de seus compatriotas como um herói na luta pela justiça social.

5 AS REIVINDICAÇÕES

Os marujos enviaram um manifesto de demandas ao governo, onde expunham suas exigências e pedidos de mudanças. Este documento foi um testemunho das aspirações por transformação e do desejo de alterar a percepção institucional sobre sua situação. Assumiram uma postura de firmeza e determinação, indicando que não aceitariam mais a continuação passiva de abusos sem resistência ou retaliação. Tal coragem e ousadia em enfrentar um sistema militar e político foi um reflexo da maturidade do movimento e do consenso formado acerca da necessidade inevitável de mudanças.

As exigências colocaram a Marinha e o governo em uma situação delicada. A pressão popular, combinada com uma cobertura jornalística crescente e o temor de outras atitudes drásticas, impeliu uma necessidade urgente de responder às demandas dos marinheiros. Finalmente, a decisão de conceder anistia aos insurgentes e abolir a chibata como prática disciplinar na Marinha foi uma vitória significativa, embora mitigada pelas subseqüentes perseguições e traições sofridas pelos líderes do movimento.

As experiências dos marinheiros em sua luta contra os castigos físicos e suas demandas mais amplas foram mais do que uma simples revolta; foi um símbolo contra o sistema exclusivo da República brasileira.

Apesar das promessas do governo, a retaliação logo se seguiu, com muitos líderes da revolta posteriormente presos, sofrendo represálias como a expulsão da Marinha. João Cândido, foi preso numa cela nas Ilha das Cobras com mais dezessete marinheiros, de onde apenas dois saíram vivos, sendo João Cândido um deles. Este desdobramento lançou uma sombra sobre as promessas republicanas de justiça e igualdade, destacando a complexa luta entre o avanço dos direitos e os retrocessos impostos pela manutenção do *status quo*.

O desfecho da Revolta da Chibata enfatizou a resistência dos marinheiros em face de enormes desafios e refletiu a natureza complexa das lutas sociais no Brasil. Embora suas conquistas tenham sido inicialmente suprimidas, a revolta dos Marinheiros de novembro de 1910 permanece como um emblema da luta por dignidade e direitos humanos em um país em evolução, inspirando movimentos subseqüentes e servindo como um doloroso lembrete da necessidade de vigilância constante para proteger as conquistas adquiridas com tanto sacrifício.

FONTES

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados; o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Cia. das Letras. 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. Os bordados de João Cândido. História, Ciências e Saúde – Manguinhos II, v. 2, n. 2, p. 68-84, jul./out. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v2n2/a05v2n2.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. ISBN 978-85-359-2566-1.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CASTRO. Robert W. P. da Silva. Nascimento. Moacir Silva do (orgs.). **Marinheiros e cidadania no Brasil: contribuições para uma história social militar-naval**. Curitiba: CRV, 2020.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos/**. – 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999